

MARCO ANTONIO MARTINS

**Entre Estrutura, Variação e Mudança:
uma análise sincrônica das construções com
-se indeterminador no Português do Brasil**

FLORIANÓPOLIS, FEVEREIRO DE 2005

MARCO ANTONIO MARTINS

**Entre Estrutura, Variação e Mudança:
uma análise sincrônica das construções com *-se*
indeterminador no Português do Brasil**

Dissertação apresentada à Coordenadoria da Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina como quesito parcial para a obtenção do título de mestre em Lingüística.

Orientadora:

Prof^a Dr^a Izete Lehmkuhl Coelho

FLORIANÓPOLIS, FEVEREIRO DE 2005

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de

Mestre em Lingüística

E aprovada em sua forma final pelo programa de Pós-graduação em Lingüística
pela Universidade Federal de Santa Catarina

Banca examinadora

Profa. Dra. Izete Lehmkuhl Coelho
Profa. orientadora
UFSC

Profa. Dra. Maria Eugênia Lamoglia Duarte
UFRJ

Profa. Dra. Ruth E. Vasconcellos Lopes
UFSC

Profa. Dra. Edair Maria Görski
UFSC

Agradecimentos...

Neste, quase sempre, solitário percurso da vida acadêmica contamos com a ajuda de muitas
pessoas...

Agradeço a todas...

Em especial,

À professora Izete Lehmkuhl Coelho pela sempre segura e sábia orientação e, acima de
tudo, pela constante e sincera amizade, que por acreditar no meu trabalho me fez acreditar
também...

À professora Edair Görski pelas discussões acerca das “coisas da sócio” e sobre o meu
trabalho, assim como pelo convívio (extra)acadêmico...

À professora Ruth Lopes, exemplo de profissionalismo e dedicação, pelas aulas de sintaxe
e pelas discussões...

Às professoras Ana Maria Stalh Zilles, Edair Görski e Ruth Lopes pelas valiosas
contribuições por ora da qualificação do projeto no Bondeandando...

À professora Maria Eugênia Lamoglia Duarte por aceitar participar da banca...

Às professoras Maria Cristina Figueiredo Silva e Odete Menon pelas discussões dentro e
fora de sala de aula...

À Coordenadoria do curso de pós-graduação em Lingüística da Universidade Federal de
Santa Catarina, assim como a todos os professores do departamento...

Aos amigos do pós, alguns dos idos tempos da graduação, em especial, Lucilene Lisboa de
Liz, Joana Arduin, Ronald Taveira da Cruz e Ivanilde da Silva, por tornar tão agradável a
vida acadêmica...

Ao amigo e professor André Cechinel, pelas aulas de Inglês e pela ajuda com o *abstract*...

Aos amigos vinculados ao projeto VARSUL, em especial à Marineide, Gésyka Mafra, Priscila Neves, Guilherme May, pelo convívio, pelas discussões, pelas festas...

À minha mãe, fonte de toda a minha força...

Ao André pelas coisas da vida...

Ao Marcelo e à Suellen pela força inspiradora e prazerosa da amizade...

À CAPES pelo financiamento desta pesquisa.

Resumo

O foco central desta dissertação é examinar sincronicamente o processo de variação das construções de indeterminação com *se* no Português do Brasil em duas amostras distintas: uma de língua falada, extraída do banco de dados do VARSUL, e outra de língua escrita, extraída de editoriais e de entrevistas da revista Veja. Imbuídos de tal objetivo, propomos, na esteira do programa minimalista de pesquisa, uma análise formal destas estruturas, ancorada numa interpretação morfológica do *–se indeterminador enclítico*. De acordo com os resultados estatísticos aqui apresentados, no processo de variação destas construções, duas gramáticas atreladas a distintos fatores sociais e lingüísticos parecem estar operando. Neste processo, a variante conservadora com *se* parece ceder espaço para a variante inovadora sem *se*.

Abstract

The main purpose of this dissertation is to examine synchronically the variation in the construction of indeterminacy with *se* in Brazilian Portuguese, in two distinct samples: one of spoken language, extracted from VARSUL database; and the other of written language, using interviews and editorials extracted from *Veja* magazine. To reach such purpose, it is necessary, working within the minimalist research program, a formal analysis of these structures, connected with the morphological interpretation of *-se* enclitic indetermination. According to the statistic results here presented, in the variation process of these constructions, two grammars associated with distinct linguistic and social factors seem to be operating. In this process, the conservative variant with *se* seems to give way to the innovative variant without *se*.

Sumário

Introdução

0.1	<i>Na universidade a gente/se questiona(-se) verdades: sobre as construções com se</i> indeterminador no PB	7
0.2	Alguns Objetivos e Hipóteses... ..	7
0.3	Apresentação do trabalho	9

CAPÍTULO I

A teoria da variação e mudança e a gramática gerativa: um olhar sobre a concepção de língua e mudança lingüística

Introdução	11
1.1 Definindo a estrutura: a língua	12
1.1.1 Categoricalidade e Idealização: em busca de uma unidade estrutural	12
1.1.2 Sistema de Regras Variáveis: ainda em busca de uma unidade estrutural (desta vez, porém, variável, contínua e quantitativa)	16
1.1.3 Em busca de uma concepção de língua... ..	19
1.1.3.1 ... num sistema de regras variáveis	19
1.1.3.2 ... num sistema de regras categóricas	25
1.1.4 Estrutura lingüística: sistema variável ou sistemas homogêneos?	31
1.2 Sobre Mudança Lingüística: algumas questões... ..	37
1.2.1 O <i>Locus</i> da mudança	37
1.2.2 Estrutura, Variação e Mudança (sócio)lingüística	40
1.3 Considerações finais do capítulo	43

CAPÍTULO II

Uma análise derivacional das construções de indeterminação com *se* no PB

Introdução	44
2.1 A arquitetura teórica: algumas questões sobre o Programa Minimalista	45
2.1.1 O Sistema computacional	46
2.2 Por uma interpretação morfológica do <i>se</i> indeterminador	48
2.2.1 Estruturas morfológicas	49
2.2.2 Sobre formativos morfológicos	56
2.2.3 Morfologia e sintaxe, ênclise e próclise... ..	61
2.3 Uma análise derivacional das construções de indeterminação com <i>se</i>	64
2.3.1 As propriedades das construções (<i>pro exp</i>) (<i>se</i>) <i>V(-se)</i>	65
2.3.1.1 As construções verbo + <i>se</i> e estruturas passivas	65
2.3.1.2 O alçamento do argumento interno	68
2.3.1.3A composicionalidade e as estruturas com <i>se</i> indeterminador	69
2.3.2 Uma proposta de análise... ..	72
2.4 Considerações finais do capítulo	74

CAPÍTULO III

Uma análise (sócio)lingüística sincrônica das construções com *se* indeterminador no PB

Introdução	75
3.1 <i>Se</i> indeterminador e o fenômeno da concordância no PB	76
3.2 O percurso diacrônico do <i>se</i> indeterminador	78
3.3 Uma análise (sócio)lingüística das construções com <i>se</i> indeterminador no PB: sobre frequências e probabilidades de uso	83

3.3.1	Metodologia	83
3.3.1.1	O envelope de variação	85
0.3.1.1A	variável dependente	85
0.3.1.2	As variáveis independentes	87
3.3.2	As construções sem <i>-se...</i>	89
3.3.2.1	... segundo variáveis sócio-estilísticas	89
3.3.2.2	... segundo variáveis lingüísticas (estruturais)	95
3.3.3	O preenchimento do sujeito e as construções de indeterminação sem <i>se</i> no PB	101
3.3.4	A realidade enclítica e proclítica do <i>se</i> indeterminador	104
3.3.4.1	Sobre as expressões locativas/temporais	111
3.4	Considerações finais do capítulo	113
	Considerações finais...: Aonde nos leva a análise proposta?	115
	BIBLIOGRAFIA	118

Índice de quadros, gráficos e tabelas...

<i>Quadro 1:</i>	Estratificação social dos informantes da amostra do VARSUL	84
<i>Gráfico 1:</i>	Distribuição geral de aplicação da regra variável nos dados da revista Veja	90
<i>Gráfico 2:</i>	Distribuição geral de aplicação da regra variável nos dados do VARSUL	92
<i>Gráfico 3:</i>	Realização de pronomes não referenciais ("expletivo") na amostra da revista Veja	102
<i>Gráfico 4:</i>	Realização de pronomes não referenciais ("expletivo") na amostra do VARSUL	102
<i>Tabela 1:</i>	Passivas Pronominais -Apagamento do clítico <i>se</i> por período de tempo (adaptada de Nunes 1990, p.101)	81
<i>Tabela Veja 1:</i>	Frequência e probabilidade de <i>pro expl</i> (ou <i>pronome não referencial</i> – “ <i>expletivo</i> ”) <i>V</i> , segundo a variável <i>Tipo de texto</i>	91
<i>Tabela VARSUL 1:</i>	Frequência e probabilidade de <i>pro expl</i> (ou <i>pronome não referencial</i> – “ <i>expletivo</i> ”) <i>V</i> , segundo a variável <i>Escolaridade</i>	93
<i>Tabela VARSUL 2:</i>	Frequência e probabilidade de <i>pro expl</i> (ou <i>pronome não referencial</i> – “ <i>expletivo</i> ”) <i>V</i> , segundo a variável <i>Idade</i>	94
<i>Tabela Veja 2:</i>	Frequência e probabilidade de <i>pro expl</i> (ou <i>pronome não referencial</i> – “ <i>expletivo</i> ”) <i>V</i> , segundo a variável <i>Preenchedores da posição à esquerda da construção <u>pro expl (se) V(-se)</u></i>	96
<i>Tabela VARSUL 3:</i>	Frequência e probabilidade de <i>pro expl</i> (ou <i>pronome não referencial</i> – “ <i>expletivo</i> ”) <i>V</i> , segundo a variável <i>Preenchedores da posição à esquerda da construção <u>pro expl (se) V(-se)</u></i>	96
<i>Tabela VARSUL 4:</i>	Frequência e probabilidade de <i>pro expl</i> (ou <i>pronome não referencial</i> – “ <i>expletivo</i> ”) <i>V</i> , segundo a variável <i>Ordem das expressões locativas/temporais</i>	98

<i>Tabela VARSUL 5:</i>	Frequência e probabilidade de <i>pro expl</i> (ou pronome não referencial – “ <i>expletivo</i> ”) V, segundo a variável <i>Forma de realização das expressões locativas/temporais</i>98
<i>Tabela Veja 3:</i>	Frequência e probabilidade de <i>pro expl</i> (ou pronome não referencial – “ <i>expletivo</i> ”) V, segundo a variável <i>Tipo de construção</i>99
<i>Tabela Veja 4:</i>	Frequência e probabilidade de <i>se indeterminador enclítico</i> segundo a variável <i>Preenchimento (ou não) da posição à esquerda da construção <u>pro expl (se) V(-se)</u></i>104
<i>Tabela VARSUL 6:</i>	Frequência e probabilidade de <i>se indeterminador enclítico</i> , segundo a variável <i>Preenchimento (ou não) da posição à esquerda da construção <u>pro expl (se) V(-se)</u></i>105
<i>Tabela Veja 5:</i>	Frequência e probabilidade de <i>se indeterminador enclítico</i> , segundo a variável <i>Preenchedores da posição à esquerda da construção <u>pro expl (se) V(-se)</u></i>107
<i>Tabela Veja 6:</i>	Frequência e probabilidade de <i>se indeterminador enclítico</i> segundo a variável <i>Ordem das expressões locativas/temporais</i>108
<i>Tabela Veja 7:</i>	Frequência e probabilidade de <i>se indeterminador enclítico</i> , segundo a variável <i>Forma de realização das expressões locativas/temporais</i>109
<i>Tabela Veja 8:</i>	Frequência e probabilidade de <i>se indeterminador enclítico</i> , segundo a variável <i>Tipo de construção</i>110

(...) Mas de vez em quando vinha a inquietação insuportável: queria entender o bastante para pelo menos ter mais consciência daquilo que não entendia. Embora no fundo não quisesse compreender. Sabia que aquilo era impossível e todas as vezes que pensara que se compreendera era por ter compreendido errado. Compreender era sempre um erro - preferia a largueza tão ampla e livre e sem erros que era não-entender. Era ruim, mas pelo menos se sabia que se estava em plena condição humana.

Clarice Lispector

Introdução

0.1 *Na universidade a gente/se questiona(-se) verdades: Sobre as construções com se indeterminador*

O estatuto dos clíticos, de um modo geral, e em particular do clítico *se*, tem sido objeto de muitas discussões, em várias áreas e sob muitas perspectivas, nos estudos lingüísticos. Isolamos como objeto de estudo nesta dissertação *as construções de indeterminação com se* no Português do Brasil (doravante PB). De acordo com a análise que aqui propomos, tais construções envolvem aquelas com *se indeterminador enclítico*, *se indeterminador proclítico* e aquelas *sem a realização de se* na estrutura linear. Em nossa proposta, a partir da análise formal, na esteira do programa minimalista de pesquisa (cf. segundo capítulo), apresentamos, no terceiro capítulo, uma análise de regra variável das *construções de indeterminação com se*, nos moldes da teoria da variação e mudança em duas amostras distintas.

0.2 *Alguns objetivos e hipóteses*

Elencamos, a seguir, três (grandes) objetivos gerais desta dissertação:

- (i) Discutir alguns pressupostos, mais especificamente a concepção de língua e a de mudança lingüística, da teoria da variação e mudança (cf. Weinreich, Labov e Herzog 1968 e Labov 1972, 1982) e da gramática gerativa, em particular o programa minimalista de pesquisa (cf. Chomsky 1995; 1998), a fim de suscitar

questionamentos acerca de estudos lingüísticos variacionistas ancorados em pressupostos de uma teoria formal;

- (ii) estabelecer o estatuto teórico do *se indeterminador enclítico* assim como o das construções com *se* indeterminador em estruturas com verbos transitivos diretos no PB, na esteira dos pressupostos teóricos do programa minimalista;
- (iii) propor uma análise (sócio)lingüística sincrônica das construções com *se* indeterminador a fim de mapear a sua elisão, assim como a realização de pronomes não referenciais (“expletivo”), tais como *você* e *a gente*, nestas estruturas no PB.

Buscando caminhos para deslindar tais objetivos, estaremos munidos de algumas hipóteses gerais:

- (i’) há um distanciamento bastante significativo no que concerne ao conceito de língua, e, conseqüentemente, nos pressupostos teóricos, estabelecidos pela teoria gerativa e pela teoria variacionista. Dessa maneira, numa análise lingüística, enquanto à teoria gramatical (refiro-me ao empreendimento da gramática gerativa) compete a descrição e análise da estrutura em si e por si (a língua e a questão da imanência e categoricidade), à teoria da variação e mudança cabe a descrição e análise das diferentes forças, lingüísticas e sociais, que permeiam a variação no sistema dentro da empiria, sem desconsiderar, no entanto, que a concepção de língua de cada modelo possui propriedades bastante distintas.
- (ii’) *se indeterminador enclítico* é um morfema adjungido ao verbo numa aplicação de regras morfológicas, e, assim como a morfologia passiva, possui propriedades inacusativas excluindo da estrutura argumental de verbos transitivos o argumento

externo na derivação de objetos sintáticos. A hipótese que colocamos é a seguinte: nas construções com o *se* indeterminador temos na posição de sujeito um *pro* *expletivo* com traços D, sem traços de Caso, e, não argumental, portanto, capaz de checar EPP (cf. Chomsky 1998). Desse modo, *se* indeterminador não possui propriedades argumentais assim como papel temático e traço de Caso valorável a ser checado na derivação.

- (iii') a frequência de uso das formas inovadoras – sem *se* *indeterminador enclítico* realizado foneticamente – como recurso de indeterminação no PB está relacionada ao fato de esta língua estar perdendo suas características de uma língua essencialmente *pro-drop* em direção ao preenchimento da posição de sujeito (cf. Duarte, 1993; 1995).

0.3 Apresentação do trabalho

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro deles, nosso foco de interesse são os pressupostos teóricos que embasam a pesquisa aqui realizada, ou seja, a teoria da variação e mudança e a gramática gerativa. Nossa discussão centrar-se-á nas concepções de língua e de mudança lingüística que está por trás de ambos os modelos, a fim de “preparar o terreno” para as análises por nós apresentadas nos capítulos subseqüentes.

Uma proposta derivacional das construções de indeterminação com *se* no PB na esteira do programa minimalista de pesquisa é o tema do segundo capítulo. Para isso, buscaremos, estabelecer o estatuto teórico do *se* *indeterminador enclítico*, interpretado como um morfema amalgamado à estrutura verbal, assim como o da construção *pro expl (se) V(-se)* para então propor uma derivação convergente destas estruturas no sistema computacional.

No terceiro capítulo, faremos uma breve incursão às relações entre as construções de indeterminação com *se* e o fenômeno da concordância no PB, e, ainda, ao percurso diacrônico destas estruturas, para, então, apresentarmos a análise (sócio)lingüística sincrônica da regra variável ora estudada. Dividiremos a apresentação dos resultados de nossa análise em três grandes seções. Na primeira, abordaremos aqueles relativos à variante inovadora sem *se*, buscando deslindar os processos sociais e lingüísticos (ou estruturais) que estão a ela atrelados. A relação entre o estudo das construções de indeterminação com *se* no PB e a perda das propriedades de uma língua essencialmente *pro-drop* que esta língua parece apresentar é o foco da discussão da segunda seção. Na terceira, e última, seção, focaremos as construções com *se*, buscando respaldo na empiria para as análises diferenciadas das realidades enclítica e proclítica de *se* indeterminador, e, ainda, atentar para o fato de que o PB parece estar operando com duas gramáticas (cf. a proposta de Kroch 1989, 1994) em relação às construções em questão.

Fecharemos nossas discussões nas considerações finais, avaliando aonde nos leva a pesquisa e, conseqüentemente, a análise ora apresentadas, com a certeza de que, ao menos, “derramaremos mais tinta”, deste grande tonel, que parece envolver o universo do “famigerado” *se*.

Capítulo I

A teoria da variação e mudança e a gramática gerativa: um olhar sobre a concepção de língua e de mudança lingüística

Introdução

Buscaremos, neste capítulo, refletir sobre a concepção de competência lingüística, dentro do programa minimalista (cf. Chomsky 1995, 1998 e 1999)¹ e da teoria da variação e mudança (cf. Weinreich, Labov e Herzog 1968 e Labov 1972; 1978; 1982; 1994; 2001 e 2003), em busca de concepções acerca do fenômeno da língua(gem)². Nossa intenção é buscar subsídios na forma com que cada modelo teórico concebe a língua, de maneira a fazer uma breve incursão ao conceito de competência lingüística envolvido em ambas as teorias. Tal propósito tem por finalidade suscitar questionamentos acerca dos estudos lingüísticos na esteira destes modelos teóricos e, sobretudo, em estudos cujos pressupostos perpassam ambos os modelos.

O capítulo está dividido em duas (grandes) seções. Na primeira, abordaremos o fenômeno da língua, a partir da perspectiva do estruturalismo, tendo como base a leitura de

¹ Partiremos nossa discussão, no entanto, do modelo estruturalista, baseados na leitura de Saussure, tendo em vista a concepção de língua como objeto autônomo e homogêneo.

² Adotaremos, doravante, o termo língua para nos referir ao par língua/linguagem, não entrando dessa maneira em especulações acerca de tal distinção.

Saussure. Ainda, buscando elencar definições acerca da língua nos modelos teóricos da sociolingüística variacionista e da gramática gerativa, mais especificamente no programa minimalista, na segunda parte, focalizaremos nossa atenção às definições de língua apresentadas pelos referidos modelos teóricos e o que tais definições acarretam quando as empregamos numa determinada análise de um fenômeno lingüístico. Na terceira parte do texto, enfim, buscaremos estabelecer um paralelo, mesmo que pautado nas diferenças, entre um sistema de regras variáveis e sistemas homogêneos a fim de percebermos as definições de variação e mudança em ambos os modelos teóricos, elucidando, dessa forma, a (in)compatibilidade de determinadas acepções quando assumimos determinados pressupostos teóricos que perpassam pela teoria gerativa e pela teoria da variação e mudança no que concerne aos estudos lingüísticos. Algumas questões, ainda, acerca do processo de mudança lingüística dentro dos pressupostos da teoria da variação e mudança e da gramática gerativa serão abordadas na segunda seção.

Isso posto, enfrentemos a difícil tarefa de definir...

1.1 Definindo a estrutura: a língua

1.1.1 Categoricalidade e Idealização: em busca de uma unidade estrutural

Uma das questões centrais (permeada de paradoxos, é verdade!) do *Curso de Lingüística Geral* de Fernand de Saussure é a necessidade de se apreender numa unidade estrutural de análise o objeto de estudo da lingüística: a língua. Esta necessidade acentua determinados recortes dicotômicos bastante significativos. Em outras palavras, a definição de língua como um sistema fechado passível de definição por si próprio carrega consigo um caráter homogêneo e, portanto, não-variável do sistema lingüístico.

O estruturalismo de Saussure pode ser resumido em duas grandes dicotomias: a língua em oposição à fala e a forma em oposição à substância.³

Começemos pela primeira, que comporta a concepção de linguagem segundo o estruturalismo. Segundo Saussure, o estudo da linguagem somente é possível se lançarmos mão de duas partes, ao mesmo tempo, antagônicas e indissociáveis entre si: a língua e a fala. O conjunto global da linguagem é uma abstração que não se pode conhecer, exceto através do estudo de uma dessas partes, impossíveis de serem estudadas juntas. Saussure assume olhar em seu estudo no *Curso de Lingüística Geral* apenas para o que se refere à língua, uma vez que a fala se constitui como uma parte individual da linguagem, como o comportamento lingüístico de enunciados reais. O autor, então, busca na língua uma estrutura abstrata que subjaza ao sistema e que deve ser distinta dos enunciados reais.⁴

Enquanto a fala, segundo Saussure, é individual e de caráter secundário no que concerne aos estudos da linguagem, a língua é essencial para o sistema e existe na coletividade designando uma totalidade de regularidades e padrões de formação que subjazem aos enunciados deste sistema. A língua, desse modo, pode ser estudada em separado, abstraída do seu uso e/ou funcionamento, por constituir-se um produto, ou um sistema fechado, passível de definição autônoma. A língua, no entanto, não é uma nomenclatura, ou uma lista de itens responsáveis pela representação de mundo, mas sim um sistema que, conhecendo suas próprias regras, vai juntar signos para exprimir idéias.

Segundo Saussure, a unidade lingüística, o signo lingüístico, é constituído da união de dois termos, ou ainda, é a associação de uma imagem acústica a um conceito, denominados, respectivamente, significante e significado. O signo lingüístico, no entanto, apenas se constitui na combinação destes dois termos de maneira que na ausência de um perde-se a unidade que constitui o signo.

Voltemos agora à segunda dicotomia saussuriana apresentada no início do texto. Segundo o autor, a língua se elabora entre duas massas amorfas, quais sejam a dupla face

³ Por fala aqui, estamos nos referindo à *parole* saussuriana que recobre também os enunciados escritos.

⁴ Por enunciados reais aqui quero me remeter essencialmente à fala, ou à língua em uso (empíria), ou mais especificamente, a enunciados produzidos, utilizados, de alguma maneira, por uma determinada comunidade de fala.

que constitui o signo lingüístico: significante, som ou fonologia pura, e significado, pensamento ou psicologia pura. É a combinação entre essas *massas amorfas* que forma a entidade concreta da língua, o signo. Essa combinação entre significante e significado, no entanto, não se dá de maneira aleatória, mas sim segundo uma determinada arbitrariedade. A relação entre o primeiro e o segundo não possui nenhuma ligação natural com a realidade (i. e. empiria); ou seja, a massa fonética (significante) que, associada ao conceito mental (significado), constitui o signo lingüístico *flor*, por exemplo, não possui nenhuma relação direta com o mundo real. Por esse motivo, a língua é um sistema abstrato que pode ser estudado à parte da empiria, uma vez que a relação que constitui a unidade lingüística não perpassa aquilo que concebemos como realidade⁵, se é que tal coisa realmente exista.

Segundo Saussure, todo o sistema da língua repousa neste princípio irracional da arbitrariedade do signo e é esse o fator que garante a “sobrevivência” do sistema. Da mesma maneira, o signo lingüístico apresenta, paradoxalmente, segundo o autor, um caráter imutável, o que garante o sistema da língua, e um caráter mutável responsável pela mudança no sistema. O signo possui seu caráter imutável porque é estabelecido num determinado momento e, uma vez dentro do sistema da língua, é imposto à massa de maneira que nem a própria massa nem mesmo o indivíduo podem modificá-lo. A língua, sob esta concepção, é um produto herdado de um período para outro. A mutabilidade do signo, por sua vez, dá-se pela fatalidade proporcionada pelo fator tempo, que se *encarrega de alterar todas as coisas*. O tempo irá causar o deslocamento entre significante e significado de maneira que a língua seja redefinida. Então, da mesma maneira que o tempo assegura a continuidade do sistema da língua, ele pode alterar a relação entre significado e significante que constitui o signo. A imutabilidade do signo, segundo o autor, é oriunda do fato de a língua ser um sistema e, como tal, possuir um fator de conservação.

Dentro do sistema da língua, a noção de valor, por sinal muito cara aos estruturalistas, é que assegura a significação das unidades lingüísticas. A língua é um sistema de signos dotados de valores, que garantem a percepção de quem o observa, ou

⁵ Por realidade, entende-se aqui, fundamentalmente, empiria.

seja, a noção de valor que cada unidade lingüística assume dentro do sistema deve ser de conhecimento compartilhado por seus usuários.

Desta maneira, para os estruturalistas, é a noção de valor que assegura a significação dos elementos no sistema lingüístico, sendo que esta noção é marcada/determinada a partir de oposições que o próprio sistema estabelece. Segundo Saussure, *na língua tudo são oposições*, de maneira que a identidade (ou valor) do signo lingüístico é estabelecida por relações opositivas a partir de negações. São as diferenças existentes nas relações que irão significar os elementos do sistema, atribuindo valores aos signos lingüísticos. A metáfora utilizada por Saussure é a de um jogo de xadrez, como se o sistema do jogo pudesse figurar o sistema da língua: dentro das regras que possibilitam as movimentações das peças é que se estabelece o valor de cada unidade no jogo: pode-se, desta maneira, trocar o bispo, por exemplo, por um copo com água, que as relações estabelecidas desta peça com as demais é que assegurariam a possibilidade do jogo. As relações são estabelecidas por negações, uma vez que o copo de água assume o *valor* do bispo por não se movimentar somente na horizontal e na vertical como a torre ou em todas as direções como a rainha.

As relações opositivas que estabelecem a sistematicidade da língua se desenvolvem em duas esferas distintas, sendo que são elas os fatores responsáveis por estabelecer os valores que significam nas unidades lingüísticas, quais sejam: (i) as relações sintagmáticas, que compreendem a ordem de sucessão de um número determinado de elementos; e (ii) as relações associativas, ou paradigmáticas, que consistem em aproximar termos que apresentam algo em comum, num olhar verticalizado em relação à língua, em oposição à primeira cujas relações são de caráter horizontal e seqüencial.

Saussure assume uma postura bastante paradoxal em relação aos estudos diacrônicos e sincrônicos da língua. Segundo ele, a sincronia deve lidar com a estrutura do sistema num determinado ponto específico do tempo, enquanto a diacronia deve se preocupar com o desenvolvimento de elementos isolados *não percebidos por uma mesma consciência coletiva*. As mudanças, desta forma, nunca são gerais na língua, pois estão restritas ao que o sistema possibilita, ou aos estados de oposições percebidos na sincronia.

O autor admite a possibilidade de mudança, ainda que dentro do que o sistema admite, como fatos acidentais na língua.

Uma vez que Saussure admite que o fator essencial da linguagem é a língua como um sistema fechado e passível de ser estudada por si própria como um produto, somos forçados a admitir que dentro deste sistema não há possibilidade de variação⁶. Para o autor, toda mudança pressupõe um novo sistema, pois a língua é concebida como um objeto homogêneo e como um produto abstraído de seu funcionamento real.

Saussure admite que a língua é um sistema que, através de uma acumulação de fatos similares na fala de cada indivíduo, evolui. Essa evolução, no entanto, na proposta do autor, não se dá de forma clara e consistente, pois a alteração/evolução de uma determinada forma x para outra y é abrupta, de maneira que em um determinado estado sincrônico de língua temos x ⁷ e em outro estado sincrônico temos y , e, conseqüentemente, outro estado de língua, ou outro sistema.

A concepção de língua, desta maneira, é a de uma estrutura homogênea, que, ao sofrer o menor grau de alteração/evolução/variação, perde sua unidade/identidade e se constitui num outro sistema diferente daquele.

1.1.2 Sistema de Regras Variáveis: ainda em busca de uma unidade estrutural (desta vez, porém, variável, contínua e quantitativa)

Weinreich, Labov e Herzog (1986) propõem um modelo teórico que se preocupava, sobretudo, em acomodar a regra variável e seus determinantes sociais e estilísticos do(s) uso(s) da língua. Este modelo, no entanto, não se limitava ao que Saussure denominou *parole*. O sistema de regras variáveis proposto pelos autores pretende abarcar todo o fenômeno lingüístico. Ou, em outras palavras, os autores buscavam uma teoria para o sistema da língua, assim como Saussure, acomodando, porém, a regra variável.

⁶ Entendemos variação aqui como possibilidades distintas de se dizer a mesma coisa, com um mesmo valor de verdade, em um mesmo contexto. (cf. Labov, 1972)

⁷ E esse estado é um determinado sistema ou estado sincrônico de uma língua.

O conceito de variável lingüística aqui é central porque, de um lado, permite conceber o sistema lingüístico como intrinsecamente heterogêneo, e, de outro, parece dar conta da íntima intersecção entre a estrutura lingüística, propriamente dita, e a estrutura social de uma dada comunidade. É este conceito, o de variável lingüística, que vai tornar possível se pensar num sistema, a um só tempo, lingüístico⁸ e social.

O sistema lingüístico, a partir da proposta dos autores, passa a ser a língua em uso, não que se limite à *parole*, ou à fala, essencialmente, mas está inserido na empiria de tal maneira, que não se constitui sem ela.

Nas palavras dos autores,

We will, finally, suggest a that a model of language which accommodates the facts of variable usage and its social and stylistic determinants not only leads to more adequate descriptions of linguistic competence, but also naturally yields a theory of language change that bypasses the fruitless paradoxes with which historical linguistics has been struggling for over half a century. (p. 99)

De acordo com as idéias de Weinreich, Labov e Herzog, um estudo sincrônico deve atestar através da diacronia, direta ou indiretamente, que a língua é um sistema heterogêneo e eminentemente variável. Segundo esses autores, podemos entender um determinado estado sincrônico de um sistema lingüístico, observando, por exemplo, um dado fenômeno lingüístico, se voltarmos ao passado e retornarmos ao presente para perceber o processo de mudança. Admitindo que a mudança de uma forma *x* para outra *y* é um processo, assume-se que a língua é um sistema heterogêneo e que para que tenhamos, num determinado estado sincrônico de língua, a forma *y*, é necessário se pensar que num estado sincrônico posterior

⁸ Pensado aqui como estrutura, fundamentalmente.

esta forma esteve em variação com outra forma *x*, sendo que esta passagem não se deu de maneira abrupta como observou o mestre de Genebra.

Concebe-se, desta maneira, um sistema tricotômico entre indivíduo, sociedade e língua, de maneira que o fator social ⁹ perpassa a relação língua - indivíduo e (re)organiza o conceito de mudança proposto pelo estruturalismo.

Quando os autores advogam por uma teoria de mudança lingüística respaldada em dados empíricos, assumem voltar seu olhar para o uso variável que se faz do sistema da língua. Esse uso variável, no entanto, deve aqui ser entendido como o próprio sistema lingüístico, diferentemente do que propunha Saussure, em que não há lugar para se pensar em um sistema imanente abstrato que subjaza ao uso. O sistema lingüístico é o uso, não podendo deste ser dissecado. Segundo os autores, *the association between structure and homogeneity is a illusion* (p. 187), de maneira que a língua é o somatório da totalidade de fatores internos, ou lingüísticos, e externos, ou extralingüísticos.¹⁰

Há aqui uma clara dissociação entre a relação estrutura lingüística e homogeneidade proposta por Saussure. A visão proposta por Weinreich, Labov e Herzog é a de que a língua é uma estrutura heterogênea inerentemente variável, o que equivale dizer que tem um sistema variável, ou, em outras palavras, que a estrutura lingüística comporta variação sistematizada. Há regularidades, segundo os autores, passíveis de definição, que garantem que a língua mantenha sua sistematicidade dentro do universo aparentemente caótico da variação. Reforço tal afirmação com as palavras dos autores.

A code or system is conceived as a complex of interrelated rules or categories which cannot be mixed randomly with the rules or categories of another code or system. (p.166)

⁹ Por social aqui me refiro a fatores como sexo, idade, escolaridade, classe social etc.

¹⁰ Ainda aqui o sistema lingüístico é tido como uma abstração, mas nunca fora da língua em uso, ou da empiria.

Um dos pressupostos de Weinreich, Labov e Herzog é o de que a competência lingüística de uma comunidade de fala, ou de um falante, está diretamente relacionada com o domínio/controlado de estruturas heterogêneas e de um sistema de regras variáveis, ou seja, que a competência lingüística humana é uma competência voltada ao uso que se faz de um sistema variável. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

Temos, desta maneira, uma ruptura na proposta de concepção de língua(gem) postulada por Saussure. Quando Weinreich, Labov e Herzog publicam *Empirical Foundations for a Theory of Language Change* propõem um novo olhar perante o fato da língua(gem). A língua passa a ser concebida como um objeto heterogêneo, sistemático e inerentemente variável.

1.1.3 Em busca de uma concepção de língua...

1.1.3.1 ... num sistema de regras variáveis

Quando assumimos que o uso do sistema lingüístico é variável, lançamos mão de determinados conceitos bastante significativos, por exemplo, o de que a estrutura lingüística é, essencialmente, a língua em uso.¹¹

Segundo Labov, precursor da sociolingüística variacionista, a análise de um sistema lingüístico deve buscar:

How do we know someone talks like a countryman unless we know that there are rural forms and urban forms with the same meaning? How do we know that someone has spoken politely to us, unless we know that he chose one of several ways of saying the

¹¹ Pode parecer redundante esta idéia, mas quando se busca uma concepção de língua, o fato de admitir que esta língua será um produto eminentemente fundado na empiria é bastante significativo, até mesmo em relação aos pressupostos assumidos perante os fatos da língua(gem).

same thing, in this case the more mitigating variant. (Labov, 1982, p. 2)

O que norteia os estudos de Labov parece ser a busca por uma competência lingüística que abarque todo o fenômeno da língua enquanto desempenho, fundamentalmente¹². O falante de uma língua deve ser competente para reconhecer, por exemplo, uma forma *B*, mesmo que esta forma não faça parte do seu dialeto, se esta forma estiver, por exemplo, em um mesmo contexto e possuir um mesmo valor de verdade que uma forma *A* utilizada em seu dialeto. Esta capacidade de processar/assimilar formas variáveis desloca a concepção de competência lingüística para o campo da empiria, de maneira que não temos língua, nem sistema, fora do uso efetivo que se faz da estrutura de uma dada língua.

Vale a pena ressaltar aqui a concepção de língua que está por detrás desta análise: um conjunto de regras efetivamente usadas por uma comunidade de fala. Parece que a estrutura lingüística, neste caso, pode até mesmo ser uma abstração, porém nunca deslocada do seu uso, pois a língua somente se constitui como um sistema quando usada por uma determinada comunidade de fala.¹³

O objetivo de uma análise lingüística ancorada na regra variável, como proposta por Labov, não é o de estabelecer primeiramente uma descrição de uma gramática, mas sim de se sistematizar um artifício heurístico para tal (cf. Labov, 1978, p.1), de maneira que se estabelece na análise empírica dos dados de fala de uma determinada comunidade lingüística; um suporte para se evidenciar uma determinada gramática abstrata correlacionada ao sistema em uso.

¹² Segundo Labov (2003, p.236), por exemplo, um indivíduo monolíngüe é competente para usar e entender os vários domínios estilísticos do sistema lingüístico que tem como língua materna; já um indivíduo bilíngüe raramente possui todas as variações estilísticas de um sistema adquirido como segunda língua. Em outras palavras, a competência lingüística do uso estilístico que se faz de um dado sistema de língua parece estar associada à aquisição da língua materna.

¹³ Segundo Labov (1978), o próprio termo “sociolingüística” é uma redundância, pois a língua é, na concepção do autor, um fenômeno social, por essência.

Não estamos aqui, no entanto, questionando o estatuto teórico de uma análise sociolingüística variacionista. Mas, ao contrário, o que queremos é elencar alguns pressupostos teóricos que, ao nosso ver, são fundamentais para tal análise, a fim de estabelecer uma série de princípios basilares que estão por detrás da regra variável.

Quando “olhamos” para o sistema lingüístico sob o prisma da regra variável proposta por Labov, compramos determinados pressupostos teóricos bastante significativos: (i) a língua é um sistema heterogêneo; (ii) o falante de uma língua é competente para lidar com a regra variável dentro de um mesmo sistema lingüístico; (iii) a língua não se constitui um produto por si só; ela somente se constitui enquanto uso; (iv) o conceito de empiria é basilar dentro de uma análise lingüística. Explicamos.

Em se tratando do primeiro pressuposto, há uma relação direta entre um sistema de regras variáveis e um sistema heterogêneo. Somente admitimos que uma língua sofra variação e, conseqüentemente, mudança, se assumirmos que não há homogeneidade dentro de um mesmo sistema lingüístico¹⁴. Essa postulação foi estabelecida por Weinreich, Labov e Herzog (1968), quando propõem uma fundamentação empírica para os estudos da linguagem (cf. discutimos na seção 2).

O conhecimento que se tem quando se sabe uma língua¹⁵ é o de um sistema inerentemente variável. A pressuposição da variação desloca a relação língua e indivíduo, para um lugar permeado por fatores sociais, de maneira que dentro da estrutura lingüística atuam fatores como idade, sexo, escolaridade etc. Não existe um sistema abstraído do uso, que, de acordo com o meio social em que é utilizado, sofra por si só variação, a noção de regra variável está diretamente ligada a este “todo lingüístico” que é o embricamento simultâneo e indissociável de forças lingüísticas e sociais. Dessa forma, integrantes de uma comunidade de fala são competentes para lidar de forma variável com elementos não mais puramente lingüísticos, como também não mais puramente sociais dentro de um mesmo

¹⁴ Voltaremos a esta questão mais adiante, quando apresentarmos a proposta de Kroch para variação e mudança lingüística dentro da teoria gerativa, cujo conceito de língua admite homogeneidade.

¹⁵ Os pressupostos da gramática gerativa estavam despontando nesta época em busca da descrição/explicação da competência lingüística que um indivíduo tem quando fala uma determinada língua.

sistema lingüístico, uma vez que a regra variável está, de certo modo, num espaço de entremeio entre estes dois componentes.¹⁶

Atentamos ao fato de que, dessa forma, a sociolingüística não é somente um método heurístico de análise do fenômeno da linguagem, pois os pressupostos lingüísticos que estão por trás do conceito da regra variável nos remetem a uma concepção bastante peculiar do que se entende por língua. O que pretendemos argumentar aqui é que as variáveis lingüísticas ou regras variáveis podem até “alimentar” uma determinada teoria lingüística, de maneira que a quantificação e a frequência de uso de determinadas formas restritas pelo sistema são um poderoso método de se descrever e explicar o sistema lingüístico¹⁷. No entanto, quando assumimos tal modelo, compramos, de antemão, uma concepção de língua bastante específica e determinada, e todas as conseqüências teóricas que este pressuposto acarreta.

De acordo com Labov (1982, p.21-22), “language is defined in the broadest terms as a system for transforming information”. Este é um ponto relevante no que diz respeito à concepção de língua para o modelo variacionista proposto por Labov, no sentido de que a língua, ou o sistema lingüístico em si como uma estrutura, é voltada, essencialmente, à comunicação, ou, em outras palavras, a língua é, por si mesma, um fenômeno eminentemente social.

A partir deste conceito, estabelece-se o pressuposto de que não podemos entender/compreender o desenvolvimento de uma mudança lingüística separadamente da comunidade em que ela ocorre. A língua é uma rede de relações, ou forças, internas e externas à estrutura em si.

Segundo Guy (1998, p.27), uma análise de regra variável “é uma tentativa de modelar os dados como uma função de várias forças simultâneas, interseccionadas e independentes, que podem estar atuando em diferentes direções”. Nesse sentido, fica

¹⁶ Voltaremos a este ponto mais adiante.

¹⁷ De acordo com Naro (2003, p.25), “a metodologia da Teoria da Variação constitui uma ferramenta poderosa e segura que pode ser usada para o estudo de qualquer fenômeno variável nos diversos níveis e manifestações lingüísticas. As suas limitações são as do próprio lingüista, a quem cabe a responsabilidade de descobrir quais são os fatores relevantes, de levantar e codificar os dados empíricos corretamente e, sobretudo, de **interpretar os resultados numéricos dentro de uma visão teórica da língua.**”

bastante evidente que o conceito de língua perpassa fatores como enunciação e contexto social, de maneira que estes exercem determinada influência na escolha do falante por uma ou outra variante de uma mesma variável.

Resumindo o que foi dito, cito Labov (1972, p.3).

The point of view of the present study is that one cannot understand the development of a language change apart from the social life of the community in which it occurs. Or to put it another way, social pressures are continually operating upon language, not from some remote point in the past, but as an immanent social force acting in the living present.

Por outro lado, conceber a língua como um sistema inerentemente heterogêneo revestido de formas lingüísticas com significados sociais, como propõe Labov, cria um paradoxo de maneira que o funcionamento do sistema se dá não na estrutura em si, nem no componente social, mas, como já dito, num espaço de entremeio entre estas duas naturezas. A questão é: como descrever/explicar este sistema? Este impasse havia sido resolvido por Saussure quando o autor procurou separar o sistema do funcionamento da linguagem, propondo a estrutura como saída. A língua enquanto sistema imanente que é só faz sentido quando pensada como estrutura subjacente. Segundo Pagotto (2001, p.38),

Toda essa operação leva a sociolingüística a um beco sem saída. Ao desafiar o dragão da imanência, Labov não percebe que a língua não se diz totalmente, que a apreensão total de seu funcionamento é impossível. O programa que propõe é empírico e, de constatação em constatação, acaba por concluir que as regras mais abstratas não são afetadas pelo componente social, [onde] conceitos como *comunidade lingüística*, *variável lingüística*,

variantes lingüísticas, regra variável e vernáculo são entendidos mais como entidades do mundo real do falante do que como construtos teóricos; por mais empíricas e observáveis que pareçam ser, são construções teóricas do pesquisador.

Se, de acordo com Pagotto (2001, p.39), as “regras mais abstratas” de um sistema lingüístico não são afetadas pelo componente social, e se o componente social afeta apenas aquelas “áreas de variação”, um estudo sociolingüístico está, de certa forma, dissecado da estrutura subjacente do sistema da língua.

Uma análise lingüística na esteira da proposta da regra variável não é simplesmente submeter um determinado fenômeno lingüístico a uma análise estatística. Podemos mensurar estatisticamente um determinado fenômeno, sem que este seja necessariamente lingüístico, em busca de quantificações dentro de um sistema. O que queremos argumentar aqui é que podemos estudar estatisticamente fenômenos distintos dentro do sistema de uma dada língua, sem que estejamos trabalhando com uma regra variável. Se dentro de um mesmo contexto, uma determinada forma/estrutura A mantém o mesmo valor referencial que outra B, temos a aplicação de uma regra variável, caso contrário, estamos olhando para fenômenos distintos, passíveis de receber uma análise estatística, mas não dentro da proposta da regra variável.

Tal discussão nos remete a vários outros aspectos, tal como o que se entende necessariamente por um mesmo valor referencial e um mesmo contexto. Em relação ao primeiro, Lavandera (1987), dialogando com o estudo de Labov e Weiner sobre as passivas do inglês (WEINER & LABOV, 1983), argumenta que o alargamento da condição de mesmo significado, ou valor referencial, de determinadas formas/estruturas estaria no domínio do que a autora propõe como “condição de comparabilidade funcional”. Dessa maneira, temos variação sempre que as relações de frequência de uma ou outra determinada forma/estrutura são conseqüências da compatibilidade entre o significado

referencial/social/estilístico que esta forma/estrutura possui e os diferentes contextos em que elas podem ocorrer.¹⁸

Voltando ao segundo aspecto, Oliveira (1987) discute o que é um mesmo contexto quando buscamos definir uma regra variável. Segundo o autor, devemos nos reportar ao contexto não só no seu domínio estrutural, mas também aos fatores de natureza não-estrutural, buscando diferenciar fatores condicionantes e fatores determinantes de uma forma lingüística. Uma dada forma, de acordo com a discussão do autor, pode não ser condicionada por alguns fatores, lingüísticos ou não, mas sim por eles determinada, no sentido de que tal forma ocorra somente dentro de um contexto específico. Neste caso, então, a condição da regra variável fica mais restrita ainda, chegando ao ponto de que em todo o sistema a noção de variação seja substituída pela noção de distribuição complementar, sob uma perspectiva homogênea do sistema.

De acordo com as idéias até aqui discutidas, voltamos à concepção de língua que está, de certo modo, por trás da análise variacionista. Tal análise abarca determinados pressupostos bastante significativos no que diz respeito ao conceito de língua como sistema. A idéia de que este sistema é homogêneo, por exemplo, não pode caminhar junto a uma fundamentação empírica para uma teoria da linguagem. A busca pela homogeneidade, e conseqüentemente pelo retrato de uma língua idealizada, não pode ser a base teórica para se retratar um estado sincrônico de uma determinada língua na esteira de uma análise variacionista, uma vez que tal concepção vem de encontro com pressupostos bastante caros para o entendimento da regra variável.

Segundo Labov (1982, p.22), a existência de mudanças lingüísticas dentro de uma determinada comunidade de fala cria um sério problema para quem trabalha com especulações baseadas em uma estrutura homogênea. Ou, em outras palavras, a análise da regra variável não é compatível com um sistema homogêneo. Quando assumimos que há variação na estrutura da língua e que um sistema lingüístico é formado por formas que, em

¹⁸ A autora radicaliza argumentando que estudos sociolingüísticos variacionistas somente são adequados/possíveis no domínio da fonologia, uma vez que fonemas não possuem por si só significado/valor referencial. Para maior discussão a respeito remeto a Bentivoglio (1987).

um mesmo contexto, assumem o mesmo valor de verdade, compramos o caráter heterogêneo deste sistema e estamos no campo da empiria.

1.1.3.2 ... num sistema de regras categóricas

Discutamos agora a concepção de língua(gem)¹⁹ do gerativismo tendo como base a leitura de Chomsky. A busca de uma concepção de língua, ainda no gerativismo, é norteadada pela grande dicotomia que tanto rendeu aos estudos de Saussure: o conhecimento que uma pessoa tem das regras de uma língua em oposição ao uso efetivo desta língua em situações reais. Para Saussure, esta distinção, a oposição *langue* e *parole*, é o alicerce de todo o seu estudo no *curso de lingüística geral*. O autor define língua como algo essencial para o sistema e existente na coletividade, designando-a como uma totalidade de regularidades e padrões de formação que subjazem aos enunciados deste sistema em oposição à fala, que, segundo Saussure, é individual e de caráter secundário no que concerne aos estudos da linguagem (cf. discutimos na seção 2)²⁰.

Da mesma forma que Saussure, o modelo chomskyano toma como muito cara a dicotomia entre língua em oposição à fala. Para Chomsky, o conhecimento das regras de uma língua é a competência (competence) lingüística que um indivíduo tem do sistema, e o uso efetivo desta língua em situações reais de fala, essencialmente, é o desempenho (performance). Para o autor, a lingüística deveria se preocupar com o estudo da competência, no sentido de explicar o que há na/com a mente humana que faz com que uma criança adquira uma determinada língua no mundo de irregularidades que formam o sistema lingüístico. Ou, em outras palavras, um modelo de teoria lingüística deveria não só descrever o sistema de uma língua, mas chegar a princípios universais que explicassem o funcionamento da mente humana, pelo menos no que concerne à linguagem. Para

¹⁹ Não assumiremos aqui as distinções língua/ linguagem, de maneira que estamos nos referindo ao sistema lingüístico como um todo.

²⁰ Muito embora Saussure considere a língua o somatório da fala de todos os indivíduos de um sistema lingüístico, o autor abstrai este sistema do seu uso individual e particularizado, como se a língua fosse um produto passível de ser estudada independentemente de quaisquer fatores.

Chomsky, o estudo do desempenho lingüístico, ou do uso efetivo que se faz de um determinado sistema, voltado, neste sentido, à empiria, limita-se a oferecer uma facção ínfima dos enunciados que são ou não possíveis de dizer numa determinada língua, ou, ainda, a descrever as variações e erros de desempenho.²¹ Para Chomsky, portanto, uma teoria lingüística tem que ter como objetivo mais importante a descrição das regras gerais que governam a estrutura da competência que um indivíduo tem do sistema lingüístico. Essa competência lingüística, segundo Chomsky, é um estado mental que subjaz ao modo como os indivíduos usam a língua(gem), constituindo o que o autor define como faculdade da linguagem (doravante FL).

De acordo com Chomsky (1999, p. 106), Newton foi condenado por (re)introduzir “qualidades ocultas”, que não são tão diferentes frente aos mistérios da física neoescolástica aristotélica, nas ciências naturais. No entanto, “o absurdo era real” e foi simplesmente aceito perante a comunidade científica. O que o autor busca argumentar aqui é que o modelo formal de um sistema lingüístico idealizado, como o proposto pela gramática gerativa, com base num falante/ouvinte ideal, possui propriedades abstratas mas nem por isso falsas no que concerne ao sistema lingüístico, e que, de certo modo, toda abstração é uma necessidade perante as generalizações dos estudos científicos.

De certo modo, as ciências naturais são princípios filosóficos, de maneira que o conhecimento científico necessita abstrair-se da empiria em busca de generalizações acerca de determinados fenômenos. Se não se idealizasse, por exemplo, um espaço em que o elemento atrito fosse totalmente desconsiderado, o conhecimento científico que se tem acerca dos movimentos dos corpos no espaço, por exemplo, não teria avançado significativamente nos tempos atuais.

Segundo Chomsky, cada língua particular é um estado de um “subcomponente” da mente humana que é especificamente dedicado para a linguagem – como um sistema que é²². A língua é um sistema de infinitude discreta,

²¹ O que Chomsky entende por desempenho (performance) não se limita, no entanto, ao uso que se faz do sistema. O desempenho é o processamento da linguagem, o que inclui uma série de coisas, como articulação, percepção etc.

²² Por língua aqui o autor entende a língua humana essencialmente.

a procedure that enumerates an infinite class of expressions, each of them a structured complex of properties of sound and meaning. The recursive procedure is somehow implemented at the cellular level, how no one knows. That is not surprising; the answers are unknown for far simpler cases. (Chomsky, 1999, p. 109)

Para o autor, outros “eventos cerebrais”, como por exemplo, as operações lógicas que são fundamentais para a computação, não são entendidas pelos homens, mas eles acontecem de fato, de maneira que todas as operações matemáticas, por exemplo, são abstrações da realidade, em busca de generalizações acerca do mundo real, que tomo aqui por empiria.

A FL é um componente da mente humana dedicado à linguagem, que deriva objetos sintáticos a partir de átomos lingüísticos. É uma expressão dos genes e, neste sentido, comum à espécie humana, uma dotação genética, portanto.

De acordo com Hauser *et alli.* (2002), o aparato fisiológico, ou suporte biológico da FL é, de certa forma, compartilhado com outros animais. Devendo-se entender aqui, a FL, no entanto, sob dois sentidos: de um lado, um sistema amplo que “olha” para a linguagem como um sistema de comunicação, e que inclui, dessa forma, o sistema computacional e os sistemas de performance sensório-motor e conceitual-intencional, e, de outro lado, um sistema restrito que inclui apenas o mecanismo computacional do sistema altamente limitado e restritivo.²³ Segundo os autores, a FL restrita é uma dotação genética humana que, a partir de evoluções de determinados elementos, se distanciou da FL em seu sentido amplo, compartilhada com os animais.

²³ A FL restrita é altamente limitada porque opera com unidades discretas (fonemas/morfemas) que, a partir do mecanismo da recursividade, podem derivar uma infinita gama de estruturas, é altamente restritiva porque somente lida com unidades lingüísticas que possam ser lidas/interpretadas pelos sistemas de interface (forma lógica e forma fonética).

Segundo Chomsky, o que uma criança aprende quando adquire uma determinada língua não é a língua em absoluto, como uma propriedade de algum organismo social, de uma comunidade, cultura ou nação. A aprendizagem é uma realização, no sentido de que, independentemente de desenvolver uma dada língua, a criança já possui um caminho, que é “the inicial state of cognitive system of the language faculty with options specified”. (CHOMSKY, 1995, p.219).

O modelo chomskyano é, nesse sentido, racionalista, admitindo a existência de um órgão responsável pela faculdade humana da linguagem, sendo que esta faculdade é modular e independente dos outros sistemas cognitivos. Muito embora ela faça interface com outros sistemas, ela se constitui como um sistema à parte, e, por esse motivo, modular, como se fosse um órgão específico para lidar com a linguagem.

Segundo Lopes (1999, p.85), a FL dentro do Programa Minimalista é entendida como encaixada nos sistemas de performance, interagindo com eles e satisfazendo, de certa forma, condições gerais impostas por eles. Isso porque a linguagem é vista como uma espécie de solução otimizada para condições gerais mínimas independentes como simplicidade, economia, simetria, não-redundância etc e deve “procurar ser usável” pelos sistemas de saída na interface.

Nas palavras de Chomsky (1999, p. 114),

the extra-linguistic systems include sensorimotor and conceptual systems, which have their own properties independent of the language faculty. These systems establish what we might call “minimal design specifications” for a language faculty. To be usable at all, a language must be “legible” at the interface: the expressions it generates must consist of properties that can be interpreted by these external systems.

A FL é constituída por mecanismos computacionais otimizados que, alimentados por um léxico, geram estruturas. Segundo o modelo gerativista chomskyano, o léxico alimenta um nível do sistema que vai juntar átomos da língua para gerar estruturas e fazer sintaxe; por esse motivo, a faculdade da linguagem é um módulo à parte dos outros sistemas cognitivos, o que torna a sintaxe autônoma. Há neste sistema computacional um dispositivo responsável pela recursividade que, acrescido da criatividade lingüística, gera estruturas, o que torna o sistema computacional modular e independente dos outros sistemas cognitivos; para Chomsky, a língua é dissecada/abstraída/retirada de todos os fatores sociais, psicológicos e cognitivos inerentes ao indivíduo, o que faz do modelo gerativista uma teoria naturalista e racionalista, pois é um modelo que parte de grandes generalizações, e não do mundo, para construir uma teoria lingüística.

Dois grandes questionamentos podem ser considerados o alicerce do modelo chomskyano: o primeiro diz respeito ao que é, e como se constitui (qual a natureza), (d)o sistema de conhecimento lingüístico²⁴, sendo que este conhecimento é de caráter individual, interno e intensional²⁵; o segundo diz respeito a como este sistema emerge/surge na mente humana. Este último traz “à baila” o processo de aquisição, que, segundo o autor, é o meio para explicar um sistema lingüístico.²⁶

No que concerne, ainda, ao segundo questionamento, é em busca de uma resposta a ele, de como uma criança adquire uma língua, uma vez que toda criança adquire uma língua, exceto por deficiências físicas ou biológicas²⁷, que repousa um dos grandes alicerces da teoria chomskyana, o inatismo. Segundo Chomsky, a arquitetura cerebral humana é geneticamente capacitada para desenvolver linguagem, ou seja, uma criança adquire língua em meio ao verdadeiro caos em que o sistema lingüístico está imerso porque há um dispositivo cerebral inato, a gramática Universal (GU), que comporta a FL.

²⁴ Este primeiro questionamento diz respeito à competência lingüística, a busca de universais que possibilitam a descrição daquilo que se sabe quando se sabe uma língua, já rapidamente discutido anteriormente.

²⁵ Por intensional, Chomsky admite intensão, ou aquilo que se dá não fora do sistema, da faculdade da linguagem, no caso.

²⁶ Segundo Chomsky, a possibilidade da capacidade explicativa do conhecimento lingüístico almejado por um modelo teórico lingüístico somente pode ser apreendida através da aquisição.

²⁷ No caso de alguma patologia adquirida, não genética etc.

A FL, neste sentido, é estruturada por Princípios universais, ou grandes generalizações que configuram as estruturas das línguas naturais, e Parâmetros lingüísticos, responsáveis pelas variações entre as línguas.²⁸ Segundo Chomsky, os princípios básicos das línguas naturais são propriedades do estado inicial da GU e os parâmetros podem variar de forma limitada e são adquiridos/fixados pela experiência. De acordo com o modelo, a criança já nasce geneticamente capacitada para desenvolver linguagem com a sua GU em estado inicial (S0), sendo necessário, no entanto, o mínimo de *Input* lingüístico para que os Parâmetros da língua a ser adquirida sejam estabelecidos, o que mudaria o estágio da GU para uma Gramática particular do indivíduo (Sn).²⁹

Outras evidências apontam para a existência da GU. Toda criança, independentemente de sua cor, raça, condição social ou ambiente familiar, quando exposta ao mínimo de *input* adquire uma língua. O processo de aquisição é muito rápido e uniforme em todas as línguas, de maneira que a aquisição emerge sem uma determinada “instrução” prévia. Não tornamos o ambiente lingüístico acético para que uma criança adquira uma língua mesmo perante a complexidade intrínseca das línguas naturais que este sistema possui. São estas evidências, bastante fortes, que asseguram a hipótese inatista, o grande alicerce da teoria gerativa chomskyana.

Sintetizando o que dissemos até aqui sobre a concepção de linguagem do gerativismo, tendo como base a leitura de Chomsky, destacaríamos que, segundo este modelo, a língua é essencialmente humana e inata aos indivíduos da espécie. Há um sistema modular responsável pela faculdade da linguagem, a GU, vista como um órgão, e por isso biológico, que é independente dos sistemas cognitivo, conceitual, articulatório e perceptivo. A faculdade da linguagem obedece, no entanto, às limitações, às condições impostas por estes sistemas de interface. O sistema computacional responsável pela faculdade da linguagem somente gera estruturas que estes sistemas “externos” conseguem “ler”. A língua(gem), sob esse ponto de vista, é um sistema discreto altamente articulado,

²⁸ Não podemos, no entanto, assumir que essa variação seja possível dentro de um mesmo sistema lingüístico, ou de uma mesma língua.

²⁹ O *input* é também uma parte imprescindível para que haja aquisição de uma língua, mesmo que seja uma pequena amostra deste. Este *input* será um conjunto de componentes/elementos do sistema lingüístico a que a criança estará exposta, nunca será, no entanto uma totalidade.

em que, a partir de determinadas unidades da língua (os átomos lingüísticos), uma infinidade de estruturas são geradas.

1.1.4 Estrutura lingüística: sistema variável ou sistemas homogêneos?

De acordo com a discussão até aqui estabelecida, deparamo-nos com um grande impasse: como lidar com o fato de que toda língua natural muda, e que em determinados momentos há variação na estrutura lingüística, sob o aparato teórico homogêneo da gramática gerativa? Ou, ainda, como realizar um estudo variacionista, numa perspectiva teórica da regra variável proposta por Labov, de um determinado fenômeno lingüístico, tendo como pressupostos teóricos elementos de uma abordagem formal?

Alguns estudiosos investem em um casamento das duas teorias, ou, em outras palavras, num estudo lingüístico variacionista, na perspectiva da regra variável, ancorado em pressupostos da gramática gerativa (cf. Tarallo e Kato 1989; Tarallo 1991; Kato 1996 e 2001). A grande contradição deste “suposto” casamento, além do que o senso comum já nos faz conhecer desta união, está no fato de que, por um lado, o modelo chomskyano, como o próprio Chomsky (1999:12) observa, está interessado em descrever a competência que um falante tem quando usa um determinado sistema lingüístico abstraído de fatores sociais e psicológicos, como uma faculdade da mente humana (i. e. a Faculdade da Linguagem), em busca de generalizações acerca do fenômeno da linguagem; e, por outro lado, a sociolingüística variacionista não concebe um sistema lingüístico abstraído do uso efetivo que se faz da língua (i. e. da empiria), de maneira que só há língua enquanto uso efetivo que se faz de um dado sistema de regras (sócio)lingüísticas numa determinada comunidade de fala.

O embricamento destas posições teóricas possui algumas implicações bastante significativas no que concerne aos estudos lingüísticos. Não estamos aqui, no entanto, argumentando que tais estudos não são possíveis para descrição e análise de fenômenos lingüísticos, mas que tais estudos necessitam de um olhar mais acurado, uma vez que se

defrontam com pressupostos teóricos, muitas vezes, antagônicos como o próprio conceito de língua, conforme discutimos nas seções anteriores.³⁰

Nos parece que a variação, segundo a proposta de Tarallo e Kato (1989), está limitada a um espaço entre a língua, pensada aqui como estrutura abstrata essencialmente, e o componente social. Ou, em outras palavras, por mais que fatores sociais atuem num dado processo de variação (sócio)lingüística, o processo de mudança que eventualmente afetará o sistema da língua estará restrito a fatores estruturais, ou gramaticais.

Quando discutimos a concepção de língua que, de certo modo, está por trás da regra variável, assumimos que tal acepção pressupõe que: (i) a língua é um sistema heterogêneo; (ii) o falante de uma língua é competente para lidar com a regra variável dentro de um mesmo sistema lingüístico; (iii) a língua não se constitui um produto por si só, ela somente se constitui enquanto uso; e (iv) o conceito de empiria é basilar dentro de uma análise lingüística (cf. item 1.2.1). Todavia, quando confrontamos tais pressupostos à concepção de língua proposta pela gramática gerativa, nenhum deles parece se sustenta numa análise lingüística.

Ainda referente à “aparente incompatibilidade teórica” entre as duas vertentes, ou entre os dois modelos, Tarallo (1991) busca minimizar as diferenças entre as duas concepções separando os níveis de origem e de propagação da mudança.³¹ Segundo o autor, a definição de Lightfoot está direcionada para a questão da origem da mudança, enquanto a de Labov volta-se essencialmente para a propagação deste processo. Segundo Tarallo, quando separamos a origem e a propagação das mudanças lingüísticas tais concepções não parecem tão antagônicas, aproximando, dessa forma, uma abordagem formal e racionalista de uma análise empírica e probabilística.

³⁰ Uma outra discussão de um suposto “casamento teórico” a fim de descrever/explicar determinados fenômenos lingüísticos pode ser encontrada em Tavares (2003), muito embora tal estudo vise ao casamento da teoria sociolingüística variacionista com uma abordagem funcionalista.

³¹ O autor se refere aqui às definições de Lightfoot (1988) e Labov (1975) sobre mudança lingüística, de maneira que para o primeiro a mudança lingüística se explica pela própria teoria da gramática, concebendo desta forma a estrutura da língua como um produto autônomo, e para Labov, a mudança avulta da possibilidade de intervenção de outros fatores, como o social, por exemplo. (Tarallo, 1991, p.13).

No entanto, para tal aproximação, o autor precisa se desfazer da diferente concepção de língua que se estabelece em ambos os modelos teóricos, desconsiderando-a simplesmente. Esse é o ponto. Como se afastar da concepção de língua, pressuposta por um determinado modelo teórico, se tal definição é crucial numa análise lingüística porque é a partir dela que comprovamos ou refutamos determinados pressupostos basilares na análise?

Segundo Tarallo, um processo de mudança lingüística, no sentido de ruptura estrutural, decorre necessariamente de diferenças quantitativas entre faces distintas de em mesmo sistema. Para o autor, as etapas do contínuo diacrônico é que irão desencadear a mudança qualitativa, ou estrutural, deste sistema. A mudança estrutural, no entanto, está ancorada na autonomia da gramática, de maneira que a estrutura do sistema é que vai definir tal processo.

Segundo Pagotto (2001, p.82), procurando destacar de que maneira o processo de variação é concebido como irremediavelmente estrutural no sistema proposto por Labov, a natureza das formas variantes, que estão, de certo modo, entre a estrutura e o componente social,

recebem assim tintas bem claras: são entidades de um terceiro funcionamento, que não seria nem lingüístico nem social, mas simbólico. Uma vez que o sujeito não é fonte do significado social, ele está submetido a um funcionamento lingüístico no qual se vê chamado a identificar-se com posições de sujeito diversas.

De certa forma, quando assumimos a postura teórica proposta pelo modelo teórico da gramática gerativa, estamos, de antemão, “comprando” uma série de pressupostos respaldados num conceito de língua bastante particular, que não podem ser “abandonados” no decorrer de uma análise lingüística. Apesar de os fenômenos de interface estarem sendo bastante investigados como forma de descobrir mais sobre o sistema computacional, que

tem que lidar com símbolos legíveis por elas, a Faculdade da Linguagem é um módulo/dispositivo da mente/cérebro inato à espécie humana.

Acreditamos, no entanto, que uma teoria da linguagem olhe para seu objeto através das lentes da ciência, e fazer ciência não é enquadrar as coisas em encaixes perfeitos. Fazer ciência significa não simplificar a complexidade do mundo, mas sim, estabelecer recortes que nos possibilitem perceber o grau de proximidade entre o que nos propõe uma teoria sobre, no caso, um sistema lingüístico e o que se mostra deste sistema ao que insistimos em chamar de realidade (i. e. empiria). Todavia, mesmo nesta perspectiva o próprio conceito de realidade, tomada aqui como empiria, difere significativamente nos dois modelos. De um lado, para a gramática gerativa, realidade é sinônimo de intuição e o que ela pode nos revelar sobre a estrutura abstrata que subjaz ao sistema lingüístico, e de outro, para a sociolingüística variacionista, realidade é o uso efetivo que uma determinada comunidade de fala faz de um sistema lingüístico atrelado a um funcionamento social.

Na proposta de Kroch (1989, 1994)³², a variação é vista com um período em que duas, ou mais, gramáticas estão competindo por estabelecer-se como atrelada à estrutura lingüística. Dessa maneira, é como se o processo de mudança fosse um (re)arranjo na estrutura do sistema. Segundo o autor, a noção de variação é bastante problemática no que concerne às generalizações e formalizações da gramática gerativa, tendo em vista que a estrutura física/biológica da Faculdade da Linguagem não coaduna com um sistema de regras variáveis.

Segundo Henry (2002, p.273), “variation is seen as something that occurs at certain periods, but is not part of the true nature of syntax as such”.³³ De certa forma, a variação existe sempre em um sistema lingüístico, pois é através da variação que as línguas mudam, e mudança é, com bastante evidência, uma característica das línguas naturais. A variação, no entanto, é sempre observada dentro de um determinado período de tempo em uma língua. A partir dessa observação, podemos inferir que a competência lingüística de um

³² Voltaremos a proposta de Kroch na segunda seção deste capítulo, quando abordarmos a questão da mudança lingüística.

³³ Entende-se por sintaxe, aqui, estrutura lingüística ou a competência lingüística que se tem quando se fala uma determinada língua natural.

indivíduo parece não possuir em sua natureza regras variáveis, e que a variação, entretanto, não é ignorada pelo sistema, mas ocorre por um limitado período de tempo dentro da estrutura lingüística, período este em que a língua (re)organiza sua estrutura.

Poderíamos ilustrar a proposta de gramática em competição, reforçada com a postura de Henry, com o estudo de Nunes (1990). Segundo Nunes, a reanálise pela qual passou a estrutura passiva pronominal com concordância, exemplificada em (1) abaixo, desencadeou um processo de mudança no PB de maneira que a categoria vazia passa a ser interpretada como um pronome nulo referencial e não mais como um expletivo (cf. ex. (2))³⁴.

(1) *expl* alugam-se **pe** casas **pi**³⁵

(2) *pro ref* **pe** aluga-se **p0** casas **pi**

Essa reanálise, nas palavras do autor, forçou a interpretação do sintagma nominal posposto como objeto direto, portador de Caso acusativo, e não mais como sujeito, portador de Caso nominativo e responsável pela concordância.

Conforme discutimos no decorrer desta seção, há um distanciamento bastante significativo no que concerne ao conceito de língua estabelecido dentro da teoria gerativa (mais especificamente dentro do Programa Minimalista) e dentro da teoria variacionista. Tal distanciamento, no entanto, não inviabiliza uma dada análise lingüística cujos pressupostos compartilhem elementos de ambas as teorias, tanto que vários estudos foram e vêm sendo desenvolvidos nesta linha de pesquisa³⁶. Esta análise, porém, não seria o resultado de uma “união casamenteira” entre as duas teorias, mas, antes de tudo, de uma concepção que transite ora pelos pressupostos de uma e ora pelos pressupostos de outra teoria. Mesmo porque, retomando Tarallo (1991), o foco de interesse, e, conseqüentemente,

³⁴ Martins (2003a), analisando o Português Europeu, também argumenta que construções com *se* impessoal têm sua origem a partir de um processo de reanálise de construções com *se* passivo.

³⁵ **pe**, **pi** e **p0**: papel temático de argumento externo, interno e ausência de papel temático, respectivamente.

³⁶ Tomem-se, por exemplo, os artigos desenvolvidos em Roberts e Kato (1993), e os trabalhos de teses e dissertações que deles se originaram, dentre muitos outros.

de escopo, da teoria da gramática se dá na estrutura do sistema da língua (no caso da mudança lingüística, na origem deste processo), enquanto a da sociolingüística variacionista é a o uso deste sistema num nível pragmático e as suas relações sócio-estilísticas.

O queremos advogar aqui é que se ambas as teorias recobrem diferentes “espaços” do fenômeno observado – a língua, uma análise lingüística pode se valer dos diferentes pressupostos por elas apregoados tendo em vista que não atuarão num mesmo domínio de descrição/explicação deste fenômeno.

1.2 Sobre Mudança Lingüística: algumas questões...

Da mesma maneira que a concepção de língua, a definição do fenômeno da mudança lingüística é bastante problemática para o modelo teórico da gramática gerativa e para a teoria da variação e mudança. Mesmo porque, parece que a natureza dos fenômenos que estão envolvidos neste processo é de natureza vária e o escopo de ambos os modelos teóricos, isoladamente, de acordo com a discussão na seção anterior, por si e em si só não abarca a totalidade destes fenômenos. (cf. Martins, M. A. 2004b)

Busquemos, então definir o *Lócus* da mudança lingüística a fim de separarmos “o joio do trigo”, ou, dito de outro modo, de definir os níveis de origem e propagação deste processo que compete à teoria da gramática e à teoria da variação e mudança, respectivamente.

1.2.1 O *Lócus* da mudança

Weinreich, Labov e Herzog (1986) propõem um modelo teórico cuja preocupação era, sobretudo, a de acomodar a regra variável e seus determinantes sociais e estilísticos

do(s) uso(s) da língua. Este modelo, no entanto, não se limitava à *Parole* de Saussure³⁷. A pretensão do sistema de regras variáveis proposto pelos autores era a de abarcar todo o fenômeno lingüístico. Ou, em outras palavras, os autores buscavam uma teoria para o sistema da língua³⁸, assim como Saussure, acomodando, porém a regra variável.

Os autores apresentam cinco problemas que devem ser suscitados para se estudar/observar a mudança lingüística: restrição, transição, encaixamento, avaliação e atuação ou implementação. O primeiro, o problema da *restrição*, relaciona-se aos condicionamentos e às restrições lingüísticas e extralingüísticas que permeiam a trajetória da mudança, uma vez que toda mudança é sistemática; ela só ocorre de acordo com o que o sistema permite.

Um outro problema, proposto pelos autores, é o de *transição*, ou de como uma mudança lingüística acontece. O pesquisador deve, portanto, solucionar o problema de como se dá o processo de transição ou de mudança de uma determinada forma/estrutura A para uma B. Para que um processo de mudança efetivamente ocorra, Weinreich, Labov e Herzog apresentam três etapas: (i) os falantes aprendem uma nova forma; (ii) durante um determinado período de tempo, os falantes convivem com as duas formas em variação, comportando-se, portanto, como competentes para trabalhar/assimilar regras variáveis; (iii) uma das formas se torna obsoleta.

O problema de *encaixamento* diz respeito a como as mudanças se encaixam no sistema (extra)lingüístico dos falantes. Os questionamentos que este problema visa a responder são da natureza de como a estrutura social e lingüística comporta a mudança e quais os reflexos desta mudança, pois, uma vez que concebemos a língua³⁹ como um sistema, toda variação e/ou mudança não ocorre sozinha de maneira que uma alteração na estrutura da língua sempre irá se refletir, como também será um reflexo, nas/das demais estruturas, como uma rede de ligações imbricadas.

³⁷ Para uma discussão acerca dessa questão remeto a Pagotto (2001) e Figueroa (1994).

³⁸ Mais uma vez a acepção de sistema aqui é essencial. Para Weinreich, Labov e Herzog o sistema da língua deve abarcar os fenômenos estruturais, ou lingüísticos propriamente, assim como os não-estruturais, como aqueles determinados pelos fatores sociais, estilísticos etc.

³⁹ E por língua aqui entendemos sistema de relações lingüísticas e extra-lingüísticas.

No que se refere ao problema de *avaliação*, deve-se entender a mudança e descrever o seu processo de maneira que as mudanças observadas possam ser avaliadas pelos membros de uma comunidade de fala. Os autores apresentam, ainda, o problema de *atuação* ou implementação que busca responder por que uma dada mudança lingüística ocorre em determinada época ou lugar.

Alguns destes problemas apresentados pelos autores, no texto já clássico de 1968, nos conduzem a perguntas sobre o sistema (i. e.: a estrutura) da língua e não, necessariamente, sobre regras variáveis. Os problemas de *Restrição* e *Encaixamento*, em particular no que tange ao nível estrutural (e/ou lingüístico), pressupõem uma estrutura, essencialmente, gramatical que, por se apresentar como uma unidade estrutural, passível de descrição e análise, portanto, não admite regras variáveis. Estamos já no domínio da teoria da gramática⁴⁰.

Por outro lado, muitos estudos contemporâneos de cunho gerativista sobre aquisição de língua propõem que a mudança lingüística se dá entre gerações pela alternância de um sistema por outro, quando a criança adquire traços distintos da gramática dos seus pais através de “alterações” nos dados primários a que elas estão expostas (cf. Lightfoot, 1989; 1989). No entanto, como e o porquê tais alterações nos dados se processam, no uso efetivo do sistema, não são considerados e, tendo em vista que toda mudança é um processo gradual que pressupõe variação entre duas ou mais formas, há uma etapa da mudança que uma análise desta natureza não dá conta⁴¹.

Lightfoot (no prelo) propõe uma divisão entre mudança lingüística e mudança gramatical. Por um lado, segundo o autor, a mudança lingüística é um agrupamento de “fenômenos” distintos que pode abarcar diferentes usos da gramática no discurso, da variação social e de variedades geográficas. De outro lado, a mudança gramatical constitui um tipo (específico) de mudança, não que não esteja imbricada com outros fatores não-estruturais (foco da mudança lingüística), mas, devido às restrições (biológicas) da

⁴⁰ Tanto que estes problemas, em particular o *Encaixamento*, são sempre apresentados como uma ponte para o respaldo de estudos que buscam o embricamento das teorias em questão.

⁴¹ Não estamos aqui, em nenhum momento, desconsiderando a validade de tal análise, apenas levantamos o fato de que para o estudo do processo da mudança lingüística tal proposta não é suficiente.

Gramática Universal (doravante GU), está voltada aos aspectos da mudança que envolvem a variação e a aquisição de gramáticas pelas crianças.

Quando Lightfoot assume que o foco de interesse da mudança gramatical está atrelado à concepção de gramáticas (i. e. diferentes sistemas, ou diferentes gramáticas)⁴², salvam-se os pressupostos – bastante caros, aliás – da gramática gerativa, ou seja, a concepção de língua (sistema/gramática) como um objeto homogêneo e, por isso, passível de definição por e em si só, independente, porém totalmente alheio, à fala dos indivíduos num ambiente heterogêneo e inerentemente variável (i. e. da empiria).

Roberts (1993a) propõe três noções distintas dentro da teoria da mudança lingüística: passos, reanálise e mudança paramétrica. Segundo o autor uma mudança paramétrica se dá a partir de pequenas mudanças na estrutura (superficial) da língua (i. e. alterações permissíveis dentro do sistema) que através de um aumento gradual na frequência de uso são reanalisadas, como uma marcação “errônea”, pelas crianças no processo de aquisição. A reanálise destas construções inovadoras numa escala sucessiva e gradativa irá marcar um novo parâmetro no sistema, ou uma mudança paramétrica.

1.2.2 Estrutura, Variação e Mudança (sócio)lingüística

De acordo com a proposta de Kroch (1989, 1994, 2001) as mudanças sintáticas num dado sistema lingüístico têm sua origem num processo gradual de competições entre opções gramaticalmente incompatíveis. Para o autor, um dado processo de mudança lingüística se dá, ou tem seu início, numa assimetria pequena e constante entre dois sistemas distintos. A diferença entre a língua vernacular de uma criança e as outras variedades que ela irá adquirir nas mais variadas instâncias da sua vida é o elemento propulsor de tal assimetria, de modo que esta assimetria pode ser pensada como uma falha na aquisição de um dado sistema lingüístico. Em outras palavras, a variação sintática pode

⁴² Retomaremos esta noção quando discutirmos a concepção de Anthony Kroch sobre variação e mudança lingüística na seção 1.2.2.

ser pensada na proposta do autor como uma competição entre gramáticas, ou diferentes sistemas lingüísticos.

Para que uma dada mudança ocorra é necessário admitir que exista uma determinada incompatibilidade entre formas velhas e formas inovadoras na língua. Esta incompatibilidade pode ser associada a fixações diferentes de parâmetros sintáticos de um dado sistema lingüístico – de maneira que se tem, sempre, no caso da coexistência de duas formas, variação, ou opções gramaticais incompatíveis. De acordo com a proposta de Kroch, uma falha⁴³ na aquisição de um sistema lingüístico é o elemento propulsor da mudança sintática. Desse modo, a fixação dos parâmetros para a língua primeira adquirida pela criança (a vernacular, sempre mais automatizada e mais acessível nos processos de produção e processamento da fala – L1) seguirá a interpretação primeira dos dados aos quais a criança está exposta, e esse processo está diretamente atrelado, segundo o autor, à frequência de uso das variantes.

Exemplifiquemos tal proposta. Cerqueira (1993), num estudo sobre os possessivos no PB, propõe que o lugar sintático (pensado aqui como estrutura subjacente, especificamente) do pronome possessivo *seu* é incompatível com o lugar sintático da forma genitiva *dele*. Na proposta do autor, a especificação do traço [+ Pessoa] em AGR no PB parece ter se reduzido a primeira e a segunda pessoas do discurso, de modo que o sistema passa a operar com duas distinções apenas no quadro dos possessivos⁴⁴. Assim, a especificação de posse para falantes distintos do falante/ouvinte se dá por meio do sintagma *de + possuidor*. Tal mudança na estrutura da língua, atestada por Cerqueira, seria possível, numa interpretação a partir da proposta de Kroch, porque a frequência de uso da variante *dele* é superior àquela da variante *seu*, nestes contextos específicos, nos dados aos quais a criança está exposta no processo de aquisição do PB.

Dentro da proposta do autor, da mesma forma que uma criança adquire léxico, adquire também gramática. O processo de formação dos itens lexicais de um sistema

⁴³ Uma falha no sistema lingüístico deve ser pensada aqui como uma conclusão equivocada (errada) que uma criança adquirindo língua infere frente aos dados nos quais está exposta (cf. Kroch 2001, p.701).

⁴⁴ Segundo o autor, de um conjunto com cinco distinções no quadro dos pronomes possessivos (meu, teu, seu, nosso, vosso e seu), o sistema se reduz a duas pessoas apenas (meu, seu, seu, nosso, seu, seu; sendo que a terceira pessoa do singular e a terceira do plural foram sempre indiferenciadas (p. 151)).

lingüístico está respaldado em princípios universais das línguas naturais de maneira que certos afixos são considerados como núcleos das palavras, selecionando a base a qual irão se adjungir, assim como os núcleos funcionais na sintaxe. A presença de *doublets* morfológicos, então, pode ser, de certo modo, prevista pelo sistema.

De acordo com a proposta de Kroch, uma criança tem acesso direto somente aos dados da língua em uso, não à gramática que o falante usa para produção dos dados de fala; e o processo de inferência através do qual a criança tira conclusões frente aos dados está sujeito a erros (falhas, possíveis de serem formadas pelo sistema – processos formativos sintáticos e morfológicos Kroch (1994)). E, deste modo, se olharmos com mais vagar, a aquisição não pode ser muito imprecisa, diferentemente do que diz Lightfoot (1979) no *Princípio da Transparência*.

Segundo Clark & Roberts (1993, p. 301-302) a escolha apropriada da gramática é sobre-determinada pelo ambiente lingüístico, sempre dada à rica estrutura interna da Gramática Universal, de modo que uma arquitetura/estrutura de parâmetros é estável no grau que ela expressa dados de *input* não-ambíguos.

Voltando à questão de como acomodar variação lingüística num sistema homogêneo, Kroch (1994, p.2) argumenta que as mudanças lingüísticas, e o autor se refere aqui a mudanças sintáticas especificamente, ocorrem via competição entre opções incompatíveis gramaticalmente. Segundo o autor, a variação presente num sistema lingüístico pode ser pensada como uma competição entre duas gramáticas distintas: uma conservadora e outra inovadora. Como se num determinado período de tempo diferentes sistemas lingüísticos estivessem concorrendo, de maneira que, gradualmente, formas lingüísticas inovadoras e padrões “desalojassem” formas mais velhas.

Se voltarmos ao problema de restrição de uma mudança lingüística, proposto por Weinreich, Labov e Herzog (1968) (cf. discutido na seção 1.2.1 deste texto), atentáramos ao fato de que todo processo de mudança, pensado num sentido restrito, na verdade, somente se desencadeia por fatores estruturais do sistema da língua, de maneira que a variação se limita a um espaço entre a estrutura e o componente social de um determinado sistema lingüístico.

Um outro problema proposto pelos autores, o da transição de uma dada mudança lingüística, é um processo que decorre de três etapas, a saber: (i) os falantes adquirem uma nova forma; (ii) durante um determinado período de tempo, os falantes convivem com as formas em variação e (iii) uma das formas se torna obsoleta. A questão é: Se o percurso de uma mudança lingüística envolve um desequilíbrio na estrutura do sistema (cf. (i)), um período de variação (cf. (ii)) e um retorno a um outro estado de equilíbrio, quando uma das formas torna-se obsoleta (cf. (iii)), a competência lingüística dos falantes é, neste caso, de um sistema variável que, embora passe por períodos de variação, caminha em direção a uma dada homogeneidade?

1.3 Considerações Finais do capítulo

Advogamos aqui por uma proposta “promíscua” de análise, não com fins casamenteiros, mas por uma independência de relações, de modo que nos utilizamos ora de uma e ora de outra teoria, o que acarreta aceitar seus pressupostos, muitos dos quais são impossíveis de se desconsiderar como a concepção de língua, por exemplo. Mesmo porque, o modo como se concebe a língua, neste caso, parece ser determinante na análise realizada e, nesse sentido, uma proposta de análise complementa a outra. Em outras palavras (menos metafóricas, talvez), enquanto à teoria gramatical (refiro-me ao empreendimento da gramática gerativa) compete a descrição e análise da estrutura em si e por si (a língua e a questão da imanência e categoricidade), à teoria da variação e mudança cabe a descrição e análise da totalidade das diferentes forças, lingüísticas e sociais, que permeiam a variação no sistema dentro da empiria.⁴⁵

Nesta perspectiva, assumo com Tarallo (1993, p. 73) que na análise aqui desenvolvida “*o aparato analítico é sociolingüístico em concepção e orientação, mas a motivação teórica para o estudo das variáveis é derivada do modelo gerativo*” (grifo meu).

⁴⁵ E quando nos referimos às forças lingüística que determinam a variação no sistema lingüístico, assumimos, que estamos em diferentes domínios do que se concebe por sistema (e/ou estrutura) lingüístico(a).

Segundo Dutra (1998, p.16), uma teoria científica é considerada *empiricamente adequada* porque “*ela é verdadeira*”, ou, ao menos, “*aproximadamente verdadeira*”, quando ela dá conta dos fenômenos ou “*das coisas que podemos observar*”, caso o campo de investigação de interesse da teoria não tenha atingido “*a verdade*”. Ora, parece que para a lingüística poder “dar conta” do seu objeto de estudo, como um todo, e aqui alargo sobremaneira a concepção de língua (que, aliás, está longe de atingir uma realidade específica), necessita perpassar os pressupostos “*aproximadamente verdadeiros*” dos distintos focos de análise, tais como os da teoria da variação e mudança e os da gramática gerativa.

Capítulo II

Uma análise derivacional das construções de indeterminação com *se* no PB

Introdução

O tópico central deste capítulo é propor uma análise derivacional das construções de indeterminação do sujeito com *se* no PB, na esteira do programa minimalista (cf. Chomsky 1995). A presente análise limita-se, no entanto, a construções com verbos transitivos, e, ao contrário de muitas análises já postas, que assumem que *se* indeterminador tem valor referencial, e, conseqüentemente, pode pertencer a uma posição argumental, assumindo uma função temática numa dada estrutura (cf. Nunes 1990, Galves 1987 e 2001, D'Alessandro 2003 e Martins, A. M. 2003, entre outros), assumimos aqui que *se* não possui valor referencial e, conseqüentemente, não possui traços *phi* (ϕ) e traços de Caso.

O capítulo está estruturado da seguinte maneira: na primeira seção teceremos algumas considerações sobre o programa minimalista; o estatuto do *se* enclítico indeterminador será discutido na segunda seção cujo pressuposto ancora-se na ênclise como um processo morfológico (cf. Martins, M. A. 2004a), preparando o terreno para a nossa proposta derivacional das construções com *se* indeterminador; objeto da terceira seção. Fecharemos as discussões deste capítulo nas considerações finais.

2.1 A arquitetura teórica: algumas questões sobre o Programa Minimalista

Conforme discutimos no primeiro capítulo, a língua, dentro da acepção proposta pela gramática gerativa, é essencialmente humana e inata aos indivíduos da espécie, de modo que há no aparato fisiológico humano um sistema modular responsável pela faculdade da linguagem (doravante FL), a GU, vista como um órgão, e, por isso, biológico, que é independente dos demais sistemas de performance (o sistema conceitual-intencional e o sistema sensorio-motor)⁴⁶. A FL, apesar de se constituir como um módulo independente destinado à linguagem, faz interface com os sistemas de performance de maneira a “obedecer” às limitações, ou às condições, impostas por estes sistemas. Desta maneira, o sistema computacional responsável pela FL somente “gera” estruturas que os sistemas conceitual-intencional e sensorio-motor conseguem “ler”. A língua(agem), sob esse ponto de vista, é um sistema discreto altamente articulado, que, a partir de determinadas unidades mínimas da língua (i. e. os átomos lingüísticos), gera uma infinidade de estruturas (os objetos sintáticos).

A FL é constituída por mecanismos computacionais otimizados que, alimentados por um léxico, geram estruturas. Segundo o modelo gerativista chomskyano, o léxico alimenta um nível do sistema que vai juntar átomos da língua para gerar estruturas e fazer sintaxe, por esse motivo, a faculdade da linguagem é um módulo à parte dos outros sistemas cognitivos, o que torna a sintaxe autônoma. Há neste sistema computacional um dispositivo responsável pela recursividade que, acrescido da criatividade lingüística, gera estruturas, o que torna o sistema computacional modular e independente dos outros sistemas cognitivos; para Chomsky, a língua é abstraída de todos os fatores sociais, psicológicos e cognitivos inerentes ao indivíduo, o que faz do modelo gerativista uma teoria naturalista e racionalista, pois é um modelo que parte de grandes generalizações, e não da empiria, para construir uma teoria lingüística.

⁴⁶ Chomsky (1998, p.2) assume, no entanto, que tal questão não é tão simples assim, uma vez que é a necessidades/prescrições destes sistemas que a faculdade da Linguagem tem que satisfazer para que um objeto sintático convirja na derivação.

De acordo com Lopes (1999, p. 84), o Programa Minimalista “não é apenas uma seqüência ‘natural’ como solução para as possíveis limitações que o modelo de R&L [Regência e Ligação] eventualmente tenha atingido”, como também não é apenas um novo formalismo, “é antes uma nova forma de concepção da Faculdade da Linguagem”.

Os pressupostos basilares do PM estão, de certa forma, ancorados em questionamentos acerca do quão ótima é a faculdade da linguagem quando exposta aos sistemas de interface, de maneira a se buscar uma necessidade virtual conceitual acrescida da noção de economia e de não redundância no sistema. A FL é constituída de um sistema computacional responsável pela derivação de objetos sintáticos e de um léxico, depósito de todas as idiosincrasias das línguas naturais. Passamos a algumas breves considerações acerca do sistema computacional.

2.1.1 O Sistema computacional

O sistema computacional (CHL) não é um sistema de processamento, é, antes de tudo, um sistema otimizado que, alimentado por um léxico, deriva objetos sintáticos.

Uma vez “escolhidos” os itens lexicais do Léxico, o mecanismo da numeração disponibiliza uma cópia de tais itens para o processo da derivação no CHL.⁴⁷ As operações efetuadas pelo CHL visam a formarem pares ordenados (π, λ) , de maneira que π é um objeto a ser interpretado pela forma fonética (PF) e λ é um a ser interpretado pela forma lógica (LF).

⁴⁷ A escolha que o CHL faz dos itens lexicais no Léxico, no entanto, não é uma escolha aleatória, de maneira que, de certo modo, os itens lexicais já entram na Numeração com uma determinada estrutura conceitual pré-determinada. O item lexical *comprar* tem, por exemplo, uma grade temática para dois argumentos, um com traços semânticos [+humano], o argumento externo, e um outro com traços semânticos [-humano], o argumento interno, propriedades estas que serão, de certo modo, consideradas pelo CHL. Desse modo, tudo o que for “baixado” pelo léxico na numeração será utilizado na derivação (Princípio de Economia, cf. Chomsky 1995).

A numeração é, nesse sentido, um conjunto de cópias de itens lexicais com um dado índice, relacionado ao número de vezes que cada item vai ser disponibilizado pelo CHL, responsável em garantir a realização do par (π, λ) .

Os itens lexicais são compostos por um conjunto de traços fonológicos, interpretáveis em PF, de traços semânticos, interpretáveis em LF, e de traços formais, interpretáveis ou não em LF, responsáveis pelo funcionamento do CHL. Os traços formais podem ser *categoriais*, responsáveis por especificar a categoria de um dado item lexical, se ele é um verbo ou um nome, por exemplo; traços *phi* (ϕ), que indicam propriedades como [pessoa/número/gênero] dos itens lexicais, interpretáveis nos nomes e não-interpretáveis nos verbos, por exemplo; e traços de Caso sempre não-interpretáveis em LF. São os traços formais que farão com que o CHL derive objetos sintáticos de maneira que todos os traços não-interpretáveis, uma vez no sistema, têm que ser checados antes da aplicação de *spell-out* em sintaxe visível.⁴⁸

São duas as operações básicas propostas pelo PM (cf. Chomsky 1995) que fazem o CHL “rodar”: *Merge*, responsável por concatenar elementos da numeração no processo de derivação; e *Move*⁴⁹, responsável por mover elementos durante a derivação no CHL sempre motivado pela checagem de traços não-interpretáveis no sistema.⁵⁰

Além dos itens lexicais, temos no léxico do PM as categorias funcionais T, C, D e v, motivadas em termos interpretativos, responsáveis por, uma vez na derivação, entrar num processo de checagem dos traços fortes (propriedades das categorias funcionais), sempre não interpretáveis, contra uma categoria lexical no CHL, eliminando-os do sistema.

Uma sentença, ou uma estrutura, somente converge se, e somente se, ao final da derivação no CHL, o par (π, λ) estiver satisfeito e os índices das cópias dos itens lexicais na

⁴⁸ *Spell-out* é o estágio da derivação em que o CHL envia para o componente fonológico a estrutura sintática para ser pronunciada.

⁴⁹ De acordo com Nunes (2001) esta operação não é banal nas línguas naturais, de maneira que vários outros processos estão, de certo modo, imbricados neste procedimento como copiar um determinado item lexical, mover, criar cadeia e apagar elos da cadeia em PF.

⁵⁰ O processo de checagem dos traços formais sempre envolve *Move*, de modo que os domínios de concatenação e checagem não podem ser os mesmos; *Merge*, nesses casos, é mera consequência colateral do movimento.

Numeração estiverem zerados. Nesta fase da derivação, os traços não-interpretáveis já devem ter sido eliminados do sistema.

A noção de Caso é central no PM. Enquanto no modelo de Regência e Ligação (R&L) o Caso é atribuído sob regência pelo verbo, pela preposição e pela categoria funcional I (+ finito) a um DP foneticamente realizado, no PM, todo PD já vem do léxico marcado com um determinado Caso que é checado pelas categorias funcionais no sistema computacional (CHL). Toda relação de checagem envolve o apagamento do traço em questão pelo sistema.

A atribuição de papel temático, aos elementos selecionados pela estrutura argumental do verbo no PM (cf. Chomsky 1998), se dá configuracionalmente na primeira concatenação do item lexical. Dada uma determinada configuração, por exemplo, um determinado papel temático é atribuído. O PM incorpora a noção de Projeção Lexical (LP, do inglês *Lexical Projector*), bastante importante para o funcionamento do sistema. Os itens lexicais já entram na derivação dotados de uma determinada configuração temática, de maneira que parece haver uma hierarquia temática nas línguas naturais em que o *tema*, por exemplo, de um determinado verbo, quando este possui, entrará sempre no processo da derivação na primeira concatenação, recebendo, dessa forma, o papel temático de argumento interno. Da mesma maneira, em estruturas cujo verbo licencia um argumento agentivo, este deve ocorrer sempre numa posição acima do tema.

2.2 Por uma interpretação morfológica do *-se* indeterminador

Buscaremos, nesta seção, propor uma interpretação morfológica do *se* *indeterminador enclítico* nas construções de indeterminação com *se* no PB. Nossa proposta tem como pressuposto o fato de *se* indeterminador (realizado foneticamente ou não na estrutura linear) estar sempre associado ao fenômeno da ênclise cujo estatuto, diferentemente do fenômeno da próclise que está associado a processos sintáticos, está atrelado a processos morfológicos (cf. Costa & Martins 2003).

2.2.1 Estruturas morfológicas

Martins, A. M. (2003a) analisa um tipo de construção com *se* em dialetos da Madeira (Câmara de Lobos e Caniçal), a seguir exemplificado.

- (1) E depois, chegando ao tempo da poda, *a gente sega-se* esses olhos todos e *deixa-se* este só.⁵¹
- (2) *A gente* tinha aquilo afinadinho, tudo amoladinho e quando era preciso, que *a gente* via que ela já não moia bem, *a gente levantava-se* e *picava-se* [a mó].
- (3) *A gente* *via-se* elas [as baleias] longe, era o espanto.
- (4) *Levantávamos-se* de manhã, aquecíamos logo a água para amassar.
- (5) Até levávamos logo o sal, o prato de sal lá, para *se* lembrarmos, para não deixarmos o pão sem sal.

Segundo a autora, as sentenças (1), (2), e (3) são construções de “duplo sujeito” (*a gente* e *se*), cuja concordância sujeito-verbo se estabelece por intermédio de *se*. Em sua proposta⁵², muito embora *se* seja defectivo no que concerne aos traços de [pessoa – número], um mecanismo de concordância entre este e o seu ‘duplo’ (*a gente*, no caso dos exemplos) conduz ao preenchimento dos valores subespecificados dos seus traços relevantes.

A expressão visível deste sujeito-tópico proposto por Martins para as estruturas (1), (2) e (3), no entanto, pode não ocorrer no domínio frásico (cf. ex. (4) e (5)). De acordo com a análise da autora, pode ser que nestas últimas ocorra a redução de **se se* a *se*, evitando a

⁵¹ Os exemplos de (1) a (5) são de Martins, A. M. (2003).

⁵² Por uma análise unificadora de *se* indefinido (estrutura com concordância) e *se* impessoal (estrutura sem concordância) para o Português Europeu.

coocorrência seqüencial de dois clíticos idênticos nas línguas⁵³. Em outras palavras, nas estruturas exemplificadas em (4) e (5), em que há a presença de um *se* reflexivo, a realização de *se* indeterminador não é permitida, devido às propriedades das línguas que não admitem a coocorrência seqüencial de dois clíticos idênticos, como o português europeu analisado pela autora, ilustra.

Bonet (1991), ao propor o mapeamento dos clíticos pronominais no componente morfológico, apresenta duas propriedades que podem distinguir dois tipos de *se* no Italiano. Segundo esta autora, uma das propriedades é a ordem superficial que *se* pode assumir numa estrutura com outro clítico acusativo. Enquanto que *se* impessoal precede o clítico acusativo (cf. ex. (6a)), o *se* reflexivo o antecede (cf. ex. (6b)).

(6) a. lo si sveglia.⁵⁴

b. Se lo compra.

(7) Ci si lava

Uma outra diferença apontada por Bonet é a existência de sentenças que admitem a coocorrência seqüencial de dois clíticos idênticos (cf. ex. (7)).

Ancorados na proposta de Bonet para o Italiano, nossa análise para o *se* indeterminador no PB (e nos referimos aqui ao enclítico essencialmente) é que o seu mapeamento no componente morfológico é associado, de algum modo, com traço de [pessoa], diferentemente dos demais usos de *se*⁵⁵. E, assumindo que a ênclise é um fenômeno marginal no PB (cf. Galves 2001), a realização de *se* reflexivo, como exemplificado em (9) e (10), é interpretada como a forma proclítica, de modo que *se*

⁵³ No Português do Brasil, ao menos, tal restrição estende-se à coocorrência seqüencial também de diferentes clíticos, como evidencia a agramaticalidade de (i) abaixo.

(i) * Ele me te apresentou.

⁵⁴ Exemplos (18) e (19) de Bonet (1991, p. 146), respectivamente.

⁵⁵ Um fato interessante sobre esse aspecto é que o *se* reflexivo, por exemplo, parece não mais possuir traços de [pessoa] especificado, uma vez que sentenças como *nós se lavamos*, *Você se lavou* e *Eu se levantei* são possíveis em alguns dialetos do PB ao menos.

indeterminador, realizado foneticamente (cf. ex. (9)), ou não (cf. ex. (10)), está sempre associado a uma posição pós-verbal.⁵⁶

(8) *Se se levantávamos pela manhã, aquecíamos logo a água para amassar.⁵⁷

(9) ?Se levantávamos-*se* pela manhã, aquecíamos logo a água para amassar.

(10) *A gente* se levantava(mos)(-*se*) pela manhã, aquecíamos logo a água para amassar.

O que buscamos argumentar aqui é que o estatuto, (i. e. o mapeamento morfológico) do *se* indeterminador é sempre associado à ênclise nestas estruturas, diferentemente daquele associado ao *se* proclítico, das construções com *pro expl* e de construções com o preenchimento com pronomes não referenciais (“expletivos”), tais como *a gente* e *você*, entre outros⁵⁸. Dito de outro modo, o mapeamento morfológico do *se* indeterminador está sempre associado a uma posição pós-verbal, como a de muitos outros morfemas da estrutura verbal no PB^{59/60}.

A análise de Martins, A. M. (2003a), no que concerne às sentenças de (1) a (5), está ancorada na pressuposição de que nestas construções a estrutura argumental do verbo licencia um argumento externo e, conseqüentemente, um papel temático para tal

⁵⁶ A (a)gramaticalidade destas estruturas, no entanto, parece diferenciar em registros dialetais do PB, como opções gramaticalmente incompatíveis como propõe Kroch (1994, 2001).

⁵⁷ A agramaticalidade de (8) parece se justificar conforme a restrição em relação à coocorrência de clíticos seqüenciais (cf. nota 2).

⁵⁸ Voltaremos a essa questão ainda neste capítulo, na seção 2.3, quando apresentarmos uma análise derivacional para as construções com *se* indeterminador.

⁵⁹ Em relação à possibilidade de apagamento do morfema *-se* indeterminador no PB, em estruturas como *Na universidade questiona(-se) verdades*, gostaríamos de trazer à baila alguns casos nesta língua cuja estrutura verbal possui um morfema elidido na estrutura superficial. Em se tratando de morfemas derivacionais, o apagamento do -r morfêmico na estrutura linear dos infinitivos em sentenças como *Eu vou come(r) o bolo*, como vêm mostrando muitos estudos sociolinguísticos, pode ser exemplificado. A possibilidade de elisão das marcas morfêmicas de concordância, agora de morfemas flexionais, tais como em *Os cara(s) fala(m)* também pode ser exemplificada como um caso em que se tem na estrutura linear o apagamento de morfemas da estrutura verbal na superfície.

⁶⁰ O que buscamos argumentar aqui é que o *se* indeterminador está sempre associado a uma posição pós-verbal no PB, e este capítulo, por conseguinte, visa a propor uma análise para o *se indeterminador enclítico*; no entanto, o *se indeterminador proclítico* é, ainda, bastante produtivo na língua (cf. resultados estatísticos da análise empírica do terceiro capítulo desta dissertação), mas seu estatuto, todavia, parece ser o de pronomes (não referenciais) como *a gente*, *você* e *tu* em estruturas de indeterminação.

argumento. O que pretendemos argumentar aqui, no entanto, é que em tais construções o *se* indeterminador enclítico é um morfema amalgamado à estrutura verbal que, morfológicamente, desempenha o mesmo papel que o morfema passivo⁶¹, inacusativizando verbos transitivos. A hipótese que colocamos é a seguinte: nas construções com o *-se* indeterminador (e consideramos aqui o enclítico essencialmente, que pode ou não ser realizado foneticamente na estrutura linear) temos na posição de sujeito um *pro expletivo* com traços D, capaz de checar EPP, e sem traços de Caso (i. e., não argumental, portanto) (cf. Chomsky 1998).

Assim, nas construções exemplificadas por Martins (cf. (1), (2) e (3) acima), de acordo com a nossa proposta, o elemento pré-verbal é a realização fonética de um pronome não referencial (“expletivo”) na estrutura *pro expl (se) V(-se)*; sendo que, conforme discutido, este pronome não possui propriedades argumentais assim como papel temático e traços de Caso a ser checado na derivação, apenas traço D capaz de checar EPP. Há, dessarte, nestas estruturas, a realização fonética do “morfema” *-se* indeterminador, associado a uma posição pós-verbal (i. e. enclítica), assim como a realização de um pronome não referencial.

O que parece, de fato, é que o Português de dialetos como o de Madeira, assim como o PB, parece estar perdendo as características de uma língua essencialmente *pro-drop* em direção a uma língua em que a realização do sujeito seja obrigatória (cf. Duarte, 1993; 1995). Neste processo, construções com sujeito não referencial ou com *pro expletivo*, como exemplificadas abaixo (cf. (11), (12) e (13)), caminham em direção ao preenchimento da posição de sujeito com elementos de valor não referencial, como o caso do pronome *a gente* dos exemplos de Martins (2003).⁶²

⁶¹ Muitas das discussões acerca da morfologia passiva defendem que tais construções possuem propriedades de uma estrutura inacusativa, uma vez que a realização do argumento externo da grade temática do verbo transitivo pode ou não ser expresso na sentença. Nas construções com *se*, todavia, a realização deste argumento não é nunca permitida, e esta não é uma questão banal para a análise que aqui se propõe. Voltaremos a essa questão mais adiante, na seção 2.3.1.

⁶² Uma evidência bastante interessante no que concerne à hipótese ora apresentada é que a realização fonética do expletivo nestas estruturas somente pode ser observada por elementos não referenciais, de valor indeterminado, como o pronome *a gente, você*, entre outros. Voltaremos a essa questão no capítulo III.

- (11) Hoje *a gente* tem um grupo, uma parte da Igreja, que está comprometida. (Duarte, 2003, p.128)
- (12) Então *a gente* tem também lá é...recreação. (Duarte, 2003, p.129)
- (13) Na casa e em volta, assim, como se fosse o que? [uma]- uma sacada, [uma]- uma área, como se fosse uma área coberta, assim, que dava para o mar. Ali *a gente* tinha mesinhas, *FLP24L0366*⁶³

Costa & Martins (2003), quando analisam a variação entre próclise e ênclise no Português Europeu (PE), apresentam um conjunto de argumentos, respaldados em estudos recentes sobre os clíticos nas línguas naturais, a favor de que a derivação da ênclise frente à próclise ou vice-versa falha na sintaxe, o que mostra que tais fenômenos são realidades distintas. Seus argumentos são:

- (a) diferentes estatutos prosódicos e morfológicos envolvem os processos da próclise e da ênclise;
- (14) Eu vou comê-*lo*/**o*.
- (15) Não **lo/o* comer é uma boa idéia.
- (b) somente a próclise é boa em construções coordenadas;
- (16) Eu já *o* li e reli.
- (16') * Eu li-*o* e reli.

⁶³ Exemplo extraído da amostra do VARSUL analisada no terceiro capítulo desta dissertação; *FLP24L0366* significam, respectivamente a cidade, o número e a linha da entrevista;

- (c) somente a próclise permite interpolação;
- (17) Eu não sei como *se* isso chamava.
- (d) em certos contextos, um mesmo clítico pode ser licenciado ao mesmo tempo proclítico e enclítico ao verbo numa mesma estrutura;
- (18) Não há peixe que *se* ponha-*se* ao sol sem salgar.
- (19) Onde a gente vai que eles estão, já se sabe que *se* cheira-*se* logo.
- (e) apenas a ênclise licencia a coocorrência de um clítico reflexivo com infinitivo simples em estruturas em que somente o infinitivo não flexionado é permitido
- (20) * Pedimos desculpa para *nos* fingir arrependidos.
- (20') Pedimos desculpa para fingir-*nos* arrependidos.

Estes argumentos apresentados pelos autores parecem delinear duas realidades, a enclítica e a proclítica, bastante distintas. Nos voltemos ao *se* indeterminador e ao paradigma em (21), a seguir.

- (21) ?? *pro expl* Penteia-*se* os meninos⁶⁴
- (21a) Os meninos *se* penteiam
- (21b) (*Você*) penteia os meninos

⁶⁴ Tal construção parece ser boa apenas numa gramática bastante específica, de acordo com a discussão que segue.

(21c) Penteiam os meninos

Se por um lado, na estrutura em (21), associada à gramática de uma segunda língua (i. e. L2) atrelada aos dogmas da gramática normativa, o se enclítico está associado a uma interpretação indeterminada⁶⁵; por outro lado na estrutura em (22a) o se proclítico está associado a uma interpretação reflexiva, necessariamente. Tal evidência nos conduz à possibilidade de que a realidade enclítica e proclítica do *se* indeterminador, assim como dos demais clíticos como propõem Costa & Martins, sejam processos de naturezas distintas. Se, ainda, estruturas com *se* indeterminador enclítico estão associadas, apenas, a uma gramática conservadora, sob a influência da escola (i. e. de uma gramática normativa, cf. nota 17), outras estruturas, com a realização fonética elementos pronominais (não referenciais) como *a gente*, *você* e *tu*, entram no sistema da língua, sob o condicionamento de uma outra gramática (cf. ex. (21b))⁶⁶.

As construções cuja flexão verbal é a de terceira pessoa do plural (cf. ex. (22c), a seguir) estão sendo consideradas nesta análise como uma outra possibilidade de indeterminação no PB, assim como aquelas flexionadas na primeira pessoa do plural. No que concerne às construções com *se* indeterminador, muito embora a relação de concordância seja, de acordo com a gramática tradicional, entre o verbo e o SN pós-verbal, assumiremos (cf. Nunes 1990, Martins, M. A. 2003, entre outros) que o processo de reanálise que alterna *se* passivador em *se* indeterminador nas construções com verbos transitivos está num estágio bastante avançado, chegando a frequências de uso, já em textos escritos (cf. Cavalcante 1999), bastante pequenas. Como já salientamos, a análise teórica aqui proposta estende-se apenas às construções com *se* indeterminador sem concordância entre o verbo e o SN pós-verbal.

⁶⁵ Nossa hipótese aqui é a de que as construções com *se* indeterminador enclítico pertencem a uma gramática distinta daquelas sem *se*, mesmo que na superfície pareçam a mesma; de modo que enquanto esta está associada a um variedade mais vernacular(L1), aquela está atrelada a uma língua influenciada pela escola (cf. a discussão na seção 3.3 no capítulo 3 desta dissertação).

⁶⁶ Um estudo diacrônico mapeando este percurso é uma pretensão para trabalhos futuros.

A mesma análise para estruturas com verbos do tipo *quebrar* parece se evidenciar (cf. paradigma em (22)), apesar de que em construções com *se* e verbos da categoria com as propriedades do verbo em questão não pareça ser uma boa formação no PB.

(22) ??? *pro expl* Quebra-se o vidro

(22a) O vidro se quebra (quebrou sozinho)

(22b) (*Você*) quebra o vidro

(22c) Quebram o vidro

Desse modo, baseados nessa discussão e em estudos como o de Costa & Martins (2003), parece-nos que, enquanto a próclise é um fenômeno sintático, a ênclise é o resultado de um processo morfológico, de modo que o componente morfológico se constitui como independente da sintaxe, porém com reflexos na derivação de objetos sintáticos no sistema computacional.

2.2.2 Sobre formativos morfológicos

Câmara Jr. (1970, p. 69-70), partindo da classificação estabelecida por Bloomfield⁶⁷ das unidades formais de uma língua, introduz o conceito de formas dependentes para diferenciar as partículas proclíticas e enclíticas das demais unidades em Português. De acordo com o autor, uma forma dependente não possui as propriedades de uma forma livre, pois não pode “funcionar isoladamente numa comunicação” (cf. ex. (23)), como também não possui as propriedades de uma forma presa cuja posição é fundamentalmente invariável

⁶⁷ De acordo com esta classificação, as unidades formais de uma língua são de duas naturezas: a) formas livres, quando “funcionam isoladamente como comunicação suficiente e b) formas presas, que somente “funcionam” quando ligadas a uma unidade da língua de forma livre (Bloomfield *apud* Câmara Jr. 1970, p.69).

na estrutura linear (cf. ex. (24)). Uma das propriedades de uma forma dependente, segundo o autor, é a suscetibilidade de duas posições (cf. ex. (25)).

(23) Quem foi à festa com a Maria?

*Me

(24) b. infeliz

c. *felizin

(25) A Maria (*se*) machucou (*se*) na mudança.

O autor deixa o clítico na categoria de forma dependente, enquanto nossa proposta é de que *se*, quando enclítico, em estruturas de indeterminação no PB é um morfema adjungido ao verbo, as suas propriedades alinham-se àquelas compartilhadas pelas formas presas apresentadas por Câmara Jr, mais especificamente aos morfemas derivacionais (cf. exemplo (24))⁶⁸.

Determinados morfemas derivacionais no PB parecem “mexer”, de certo modo, na grade da estrutura temática do verbo ao qual se adjungem, de modo que, dada uma representação de elementos selecionados semanticamente por um verbo, processos morfológicos específicos podem interferir nesta seleção. Os nominais formados a partir de *-vel* e *-or* parecem ilustrar tal aceção.

A formação de adjetivos em *-vel* é, em geral, possível a partir de verbos transitivos, que selecionam papéis temáticos bastante específicos como [tema] e [agente]. De acordo com a análise de Eliseu (1984), o argumento externo do adjetivo formado neste processo corresponde necessariamente ao argumento interno da estrutura temática do verbo, de modo que tal formação não é, em parte, compatível com verbos ergativos e intransitivos (cf. exs.

⁶⁸ Câmara Jr. (1972, p. 51) propõe que uma partícula pronominal átona em posição enclítica é um sufixo a mais na estrutura, assim como os morfemas flexionais, que, agregados ao verbo, formam um todo morfológico.

(14)). Dessa maneira, a formação de adjetivos em *-vel*, segundo a análise do autor, opera apenas em casos em que exista na base um argumento externo e um argumento interno.

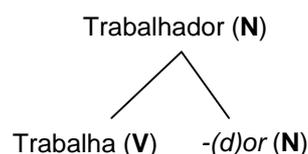
- | | | | | | | |
|------|----|---------------|----|------------|----|-------------|
| (26) | a. | *chegável | b. | comível | c. | trabalhável |
| | | *parecível | | vendável | | *dormível |
| | | *ficável | | legível | | *latível |
| | | *permanecível | | desejável | | *chorável |
| | | durável | | aceitável | | |
| | | quebrável | | bebível | | |
| | | *afundável | | impensável | | |

Tal formação, no entanto, no PB ao menos, parece envolver outras propriedades além daquelas apresentadas na análise de Eliseu. Diferentemente do que propõe o autor, em (26a) os adjetivos *durável* e *quebrável* são gramaticais e formados a partir de verbos ergativos, enquanto a forma *trabalhável* em (26c), também gramatical, de um verbo intransitivo. Uma questão instigante é o fato de que o argumento remanescente na formação do adjetivo tem de possuir traços semânticos [- animados], como exemplifica a agramaticalidade de (27c) e (27d). A forma *trabalhável* parece garantir sua gramaticalidade quando considerado o objeto a ser trabalhado, como *a madeira*, por exemplo, (cf. ex. 27e).

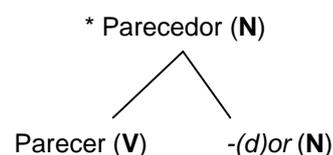
- (27)
- a. O Pedro resolveu o problema
 - b. O problema é resolúvel
 - c. * Pedro é resolúvel
 - d. * O Pedro é trabalhável
 - e. A madeira é trabalhável

Os nominais formados em *-(d)or* também apresentam uma peculiaridade bastante interessante. Tal sufixo não altera a grade temática do verbo ao qual se adjunge; no entanto, uma vez que o agente da ação expressa pelo verbo é refletido na derivação, a grade temática do verbo deve obrigatoriamente projetar um agente. Segundo Eliseu (1984 p. 43), já que a estrutura temática dos verbos ergativos não contém argumento externo, “a formação de nominais em *-(d)or* a partir desse tipo de verbo é previsivelmente impossível” (cf. (28)).

(28) a.



b.



Nessa perspectiva, o item lexical formado em (28a) é permissível pelo sistema da língua, no caso o PB, porque tal processo obedece às especificações das propriedades morfossintáticas de um dado núcleo individual, o afixo *-(d)or*. Segundo Eliseu (1984), os nominais formados em *-(d)or* referem-se sempre ao agente de uma dada ação e, em consequência disso, apenas podem se adjungir a bases verbais que possuam em sua grade temática um agente. Este, no entanto, não é o caso do verbo *parecer*, o que justifica a agramaticalidade de (28b). De acordo com a proposta de Kroch, deve haver uma relação entre os desencadeadores e os traços morfossintáticos, de modo que os processos formativos morfológicos, e o autor estende tal análise aos formativos sintáticos, obedecem à “direcionalidade” dos núcleos lexicais, ou, no caso dos sintáticos, dos núcleos funcionais, das especificações estruturais do sistema. A proibição “*no-doublets*”, no entanto, parece ser um princípio teórico que expressa uma propriedade da faculdade humana da linguagem⁶⁹.

⁶⁹ Se pensarmos nos estudos recentes em gramática gerativa (cf. Chomsky 1995), a linguagem é vista como uma espécie de solução otimizada para condições gerais mínimas independentes como simplicidade, economia, simetria, não-redundância etc e deve “procurar ser usável” para tudo.

Dessa maneira, os nominais formados em *-(d)or* podem não alterar sobremaneira a grade temática do verbo ao qual se adjungem, mas possuem uma restrição sobre os itens nos quais operam. Numa construção predicativa com o formativo adjetival, o argumento externo do item base pode ser encontrado.

Nessa perspectiva, outras formas na língua como “*viajador*”, por exemplo, são possíveis, uma vez que a exigência dos formativos em *-(d)or* é obedecida em tal processo; no entanto, o sistema da língua parece evitar redundâncias (i. e. os *doublets* cf. Kroch 1994), e dada a existência de outra forma com a mesma acepção, *viajante*, no caso, aquela é bloqueada. Segundo Aronoff (1975, p. 43), o efeito de bloqueio é a não ocorrência de uma forma devido a simples existência de outra, ou seja, a existência de uma forma na língua está diretamente atrelada a sua produtividade.

Da mesma maneira que os morfemas *-(d)or* e *-vel* parecem selecionar a base verbal na qual irão se afixar, o morfema *-se* indeterminador também o faz. Parece que para a restrição da regra morfológica de inserção do *-se* indeterminador não basta o item selecionar apenas tema (ou apenas a gente) (cf. exs. (29) e (30) respectivamente), mas sim tema e agente (cf. ex. (31). Todavia, uma vez aplicada a regra, o papel temático, e, conseqüentemente, a realização do agente na estrutura da sentença durante a derivação na sintaxe não é mais licenciada para que a construção convirja (cf. exemplifica a agramaticalidade de (31’)).

(29) * Caiu-*se* o João.

(30) * Trabalhou-*se* o João.

(31) A Maria vendeu o João.

(31a) Se vendeu o João.⁷⁰

(31b) * A Maria vendeu-*se* o João.

⁷⁰ Esta estrutura tende, em alguns dialetos do PB – naqueles geralmente associados a L1, ao menos, ser interpretada como reflexiva (i. e. a interpretação reflexiva só pode existir se se admitir que *João* é um sujeito posposto).

2.2.3 Morfologia e sintaxe, ênclise e próclise...

A teoria da sintaxe tem procurado explicar os fenômenos da ênclise e da próclise através de análises sintáticas. A ordem entre o verbo e o clítico, de um modo geral, é tida por muitos autores como decorrendo de um movimento independente do verbo para uma posição mais alta, motivada, ou bloqueada, por razões sintáticas (cf., entre outros, Kayne 1991). Buscaremos aqui, respaldados na discussão realizada e na subsequente, propor uma outra visão da realidade da ênclise *versus* a próclise, ou, mais precisamente, do *se* indeterminador enclítico e do *se* indeterminador proclítico.

De acordo com Galves (2001), apesar de a ênclise no PB ser um fenômeno marginal, o *se* indeterminador apresenta uma tendência a aparecer em ênclise, “principalmente em fórmulas, como receitas culinárias, ou no discurso pedagógico” (p. 148). A partir dessa afirmação, e dada a sua análise para os clíticos pronominais, a autora aventa a possibilidade de que o *se*, nestas circunstâncias, pode receber uma análise diferenciada dos demais clíticos no PB (cuja próclise tende a ser generalizada), podendo ser interpretado como um morfema inserido diretamente no verbo.

Galves (2001, p. 250) considera que os clíticos são como traços *phi* (ϕ) interpretáveis, da mesma natureza que os morfemas flexionais, o que permite uma explicação da ênclise em termos de afixação morfológica do clítico ao verbo no léxico. Segundo a autora, isso é coerente com a proposta de Chomsky (1995) de que os morfemas flexionais são afixados às palavras no léxico.

Nossa proposta, no entanto, é a de que o *se* indeterminador⁷¹ não possui traços *phi* (ϕ) (cf. seção 2.2.1), mas que constitui um todo morfológico com o verbo, mais especificamente, numa situação em que, realizado ou não foneticamente na estrutura linear,

⁷¹ E tomamos por referência sempre o clítico *se* indeterminador enclítico dada as suas propriedades, aqui advogadas, de um morfema da estrutura verbal.

encontra-se enclítico à base verbal ⁷². Poderíamos pensar no paradigma (22) retomado aqui em (32).

(32) João quebrou o vidro

(32') *João quebrou-*se* o vidro

Na construção (32) acima, a atribuição do papel temático de tema do verbo *quebrar* se dá, configuracionalmente, na primeira concatenação do verbo ao seu complemento *o vidro*, garantindo, assim, a composição do objeto sintático [quebrar-vidro], ou de VP. De acordo com nossa proposta, o acréscimo do morfema *se* indeterminador, por regras morfológicas, “mexe” na grade temática do verbo *quebrar* não licenciando papel temático de argumento externo (i. e. a categoria *v* não é projetada na derivação no sistema computacional), inacusativizando verbos de natureza transitiva (cf. exemplifica a agramaticalidade de (32')).

A peculiaridade desta “famigerada” partícula, o clítico *se*, já rendeu longas discussões dentro do quadro teórico da gramática gerativa. Todo aparato teórico estabelecido por Galves (1986) e Nunes (1990), entre outros, acerca do estatuto do *se* indeterminador no PB, tem como pressuposto o seu caráter argumental em estruturas como (30) e (31) a seguir, de maneira que em tais construções há dois papéis temáticos a serem distribuídos.

Na análise de Galves (1986), que se ancora na proposta de indexação livre de Borer, no que concerne à distribuição temática pela estrutura do verbo, em (33), a seguir, o *se* realiza, como prefere a autora, o papel θ de argumento externo, por estar no domínio da flexão e poder entrar numa cadeia temática com a posição de sujeito e *AGR* e o SN

⁷² Não estamos assumindo aqui, porém, que esta formação seja um processo flexional ou derivacional, mesmo porque os limiares entre estes processos não estão claros na literatura; nem tampouco assumimos que tal processo se dê no léxico propriamente como propõe Galves. Há outras análises que propõem que este processo se dê num componente morfológico depois da sintaxe (cf. Costa & Martins 2003, entre outros). O que assumimos de fato, é que, por hipótese, este processo é refletido de alguma maneira na computação sintática.

verdades posposto ao verbo, o papel θ do argumento interno, o que explica tal construção em que a concordância entre o verbo e o DP pós-verbal não se aplica.

(33) Alugam-**se** casas → **se** apassivador

(34) Aluga-**se** casas → **se** indeterminador

(35) *pro expl* alugam-se **pe**⁷³ [caso acusativo] casas pi [caso nominativo via cadeia]

(36) *pro ref* **pe** [caso nominativo] aluga-se **p0** [indetermina pro] casas pi [caso acusativo]

Já segundo Nunes (1990, p. 74), o clítico *se* em (33) absorve papel θ do argumento interno e Caso acusativo, e, conseqüentemente, o SN *verdades* recebe papel θ de argumento interno e Caso nominativo, em cadeia com o *pro expl* na posição de sujeito (cf. ex. (35)). Em (34), *se* apenas detematiza a posição de sujeito, que é preenchida por um pronome nulo referencial para quem o papel θ do argumento externo é atribuído (cf. ex. (36)). Em outras palavras, em ambas as construções o papel θ do argumento externo tem que ser “ Descarregado”. Levantamos aqui duas questões.

Uma primeira questão diz respeito à ambivalência de absorção de Caso. Enquanto Galves rejeita a atribuição de Caso acusativo ao clítico *se*, e Nunes refuta a possibilidade de *se* receber Caso nominativo, propomos aqui que *se* indeterminador, por ser adjungido ao verbo num processo morfológico, não possui traço de Caso nominativo ou acusativo a *se* checado na sintaxe; estabelecendo-se o caráter não argumental de *-se* indeterminador. Dito de outro modo, no processo de reanálise em que o *se* apassivador passa a ser interpretado como indeterminador, a categoria *pro expl* que figura na posição de sujeito da estrutura, antes passiva, mantém-se na construção inovadora (cf. observamos no paradigma (37) a

⁷³ A posição de sujeito é detematizada porque o clítico “absorve” o papel ϕ do argumento externo (fato evidenciado, ao menos em PE pela possível anteposição do SN: Os bolos comeram-se) (cf. Nunes 1990, p.25).

seguir), levando-se em conta as propriedades do processo morfológico que insere o *-se* indeterminador na estrutura do verbo⁷⁴.

(37) *pro expl* Alugam-*se* casas

(37a) *pro expl* Aluga-*se* casas

(37b) *pro expl* Aluga(-*se*) casas

(37c) *A gente* aluga(-*se*) casas

A segunda questão está relacionada com a reanálise da categoria vazia. Enquanto a análise de Nunes considera que no processo em que o *se* passivador, em estruturas como (33), é reanalisado como *se* indeterminador (cf ex. (34)), o *pro expl* é reanalisado como *pro ref* nestas construções. Vale lembrar que os resultados de Duarte (1995) vêm apontando para o fato de que o PB parece estar perdendo as propriedades de uma língua *pro-drop*, ou de sujeito nulo do tipo do Italiano, ou seja, que a categoria *pro ref* vem sendo substituída pela realização plena do sujeito (seja ele lexical ou não)⁷⁵. Considerando o exposto, como coadunar a idéia desta reanálise como propõe Nunes com os resultados de Duarte de que o PB parece caminhar em direção à perda desta categoria em sua gramática? No item 2.3, vamos apresentar uma proposta de análise dessas construções, na esteira de um outro quadro teórico.

2.3 Uma análise derivacional das construções de indeterminação com *-se*

Considerando os resultados de Nunes (1990, p.83) no que concerne à discordância entre o verbo e o argumento interno por período de tempo (84% de discordância na amostra do século XX) e que, nas palavras do autor, as construções sem concordância foram

⁷⁴ Discutiremos mais detalhadamente as propriedades do construto *verbo-se* na seção 2.3, subsequente.

⁷⁵ Problema levantado pela professora Ruth Lopes em comunicação pessoal.

“paulatinamente perdendo terreno para sua concorrente, culminado no momento sincrônico, em que deve sua sobrevivência na modalidade escrita à renitência da gramática normativa”, a análise que apresentamos nesta seção sobre as construções de indeterminação com *se* será apenas daquelas estruturas sem concordância entre o verbo e o argumento interno⁷⁶.

Respaldando-nos no processo morfológico que adjunge *se* indeterminador a uma base verbal, apresentaremos nesta seção uma análise derivacional das construções com *se* indeterminador no PB.

2.3.1 As propriedades das construções (*pro exp*) (*se*) V(-*se*)

As construções (*pro expl*) (*se*) V(-*se*) possuem, conforme discutimos nas seções anteriores, propriedades bastante específicas, de modo que o “*morfema*” -*se* indeterminador (enclítico), uma vez adjungido à estrutura verbal, paralelamente à morfologia passiva, que na proposta de muitos autores inacusativiza verbos transitivos, não licencia a projeção da categoria funcional *v* na derivação de objetos sintáticos no CHL. Buscaremos a seguir evidências empíricas para nossa proposta de análise.

2.3.1.1 As construções de indeterminação com *se* e as estruturas passivas

Sobre as construções passivas e as ergativas, Eliseu (1984) observa que enquanto as primeiras estão associadas a processos morfológicos que afetam as propriedades dos verbos, “as segundas dependem das propriedades lexicais idiossincráticas dos verbos ergativos, não estando envolvido nenhum fator morfológico” (p.51). Partindo da consideração do autor, colocamos as construções *verbo+se* num mesmo patamar de análise das estruturas passivas, ou seja, em ambas as construções as propriedades refletidas na

⁷⁶ Na análise empírica, todavia, apresentada no terceiro capítulo desta dissertação, as duas construções, com e sem concordância entre o verbo e o argumento interno, foram computadas.

derivação de objetos na sintaxe são oriundas de processos morfológicos, e não de propriedades idiossincráticas dos itens em questão.

De acordo com Martins, A. M. (2003a), construções com *se* impessoal, ou indeterminador, têm sua origem num processo de reanálise de construções passivas que excluía a presença (explícita ou implícita) de um argumento de caráter agentivo da estrutura argumental do verbo, o argumento externo (cf. (38)).

(38) *Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades*

(39) Questionam-se verdades

(40) Questiona-se verdades

A partir da análise de Martins poderíamos aventar que as propriedades formais no processo de reanálise das construções passivas em construções “mediopassivas”, segundo a autora, (ou médias, cf. exemplo (39)) e posteriormente em estruturas de indeterminação (cf. (40)) não foram alteradas. E quando nos referirmos aqui em propriedades formais estamos nos reportando à categoria expletiva que figura na posição de sujeito da estrutura (cf. o paradigma (37) na seção 2.2.3).

(41) [O livro]**pi** foi [compra + *do*]**pe tpi**

(42) João**pe** tinha [compra + *do*]**p0** [o livro]**pi**

(43) Vende-*se* casas

(44) * João vende-*se* casas

De acordo com Nunes (1990), nas estruturas (41) e (42) acima podemos observar que o clítico *se* tem um funcionamento análogo ao do afixo *-do* e, obedecendo ao Critério Temático, não absorve papel ϕ de argumento externo (**pe**) em construções com o sujeito

temático realizado (cf. (43) e (44)). O pressuposto considerado pelo autor, todavia, é o de que nas estruturas (41) e (42) o mesmo afixo *-do* é usado. Nunes traz à baila tal paralelo para apresentar evidências de que *se* indeterminador nas estruturas reanalisadas das passivas pronominais também não realiza nenhum papel ϕ (cf. *op. cit.* p. 34).

Nunes chega a aventar que o conglomerado [V + se] pode ser uma categoria neutralizada [+V], paralelamente à morfologia passiva, não atribuidora de Caso acusativo, de modo que a não concordância entre o verbo, assim como a possibilidade de alçamento do DP posposto para a posição de sujeito da sentença, seria explicada a partir do amálgama formado, que possui propriedades inacusativas. O autor, no entanto, assume que tal proposta não abarca as sentenças em que há discordância entre o verbo e o argumento interno, porque, nestes contextos a presença de *se* não impede a atribuição de Caso acusativo ao DP pós-verbal (Nunes 1990, p. 36).

Nunes estabelece, assim, na morfologia passiva, das construções perifrásticas, o paralelo para a sua análise da entrada lexical de *se* indeterminador. Por um lado, em construções com concordância entre o verbo e o argumento interno, *se* absorve o papel temático do argumento externo e detematiza a posição de sujeito, paralelamente ao que ocorre em estruturas passivas em que há a assimilação do (**pe**) pelo morfema *-do* (cf. (45) e (46), respectivamente). Por outro lado, quando não há concordância entre o verbo e o argumento interno, *se* não absorve papel temático, assim como o morfema *-do* da passiva perifrástica, não alterando o caráter temático da posição de sujeito (cf. (47) e (48), respectivamente). De acordo com a proposta do autor, a presença de *se* na estrutura, neste caso, é a de apenas indeterminar a posição de sujeito da estrutura.

(45) [O livro]_{pi} foi [compra + do]_{pe} t_{pi}

(46) *pro expl* Vendem-se _{pe} casas _{pi}

(47) João_{pe} tinha [compra + do]_{p0} [o livro]_{pi}

(48) *pro ref* _{pe} Aluga-se _{p0} casas _{pi}

Nossa proposta é a de que a construção *verbo + se*, no processo de reanálise mantém a grade temática do verbo da estrutura passiva, licenciando apenas um único argumento, o interno.

2.3.1.2 O alçamento do argumento interno

De acordo com a discussão de Eliseu (1984), entre muitas outras em estudos gerativistas, as construções passivas estão associadas a processos morfológicos que afetam as propriedades dos verbos na derivação de objetos sintáticos no sistema computacional. Ou seja, o morfema passivo inacusativiza verbos transitivos, de modo que a realização do argumento externo da estrutura temática do verbo transitivo não seja mais obrigatória para que a sentença convirja (cf. ilustra o paradigma (49)).

(49) João vendeu a casa.

(49a) A casa foi vendida (por João).

Uma das evidências das estruturas inacusativas, assim como o caso da passiva, é a possibilidade de alçamento do argumento interno, ou de qualquer outro elemento da estrutura⁷⁷, para a posição de sujeito, ou uma posição mais alta, uma vez que esta posição é detematizada. O que observamos nas construções de (50) a (51) com *se* indeterminador a seguir é que há este alçamento de argumento interno e/ou de outro elemento de natureza vária para uma posição mais alta da estrutura⁷⁸.

⁷⁷ Como é o caso das expressões locativas/temporais (cf. Coelho 2000, Coelho & Vandresen 2002 e Coelho 2004, assim como a discussão no terceiro capítulo, na seção 3.3.3, desta dissertação).

⁷⁸ Nas sentenças em que *pro expl* está foneticamente realizado por um elemento pronominal, como em (52), (53) e (54), possivelmente o alçamento do argumento interno e/ou de elementos de natureza vária se dê para uma posição mais alta na estrutura, como a de tópico, por exemplo; todavia não nos aprofundaremos nesta questão aqui.

- (50) *Aquela fruta de conde*, que aqui no Rio é caríssima, lá vende assim por um preço baratíssimo. (Galves 2001, p.144)
- (51) *Cigarro* vende em qualquer lugar... mas é monopólio estatal (Camacho, 2003b, p.107)
- (52) *Feijão, a farinha, a carne a gente* comprava na praia. *FPL24L1229*
- (53) *Arroz a gente* comia pouco, porque arroz era muito caro, *FLP24L1202*
- (54) <Zipra> *a gente* benzia. *FLP08L0610*
- (55) *À margem do noticiário* revelam-se os vieses portugueses, ingleses e espanhóis sobre o Brasil e o resto do mundo. *Veja 23 de jul de 2003 – PV*
- (56) *Ainda hoje*, falando francamente, especula-se com o mesmo ímpeto, só que os movimentos não são tão sincronizados nem tão visíveis quanto os da década passada. *Veja 17 de dez de 2003 – PA*

Estas evidências empíricas evidenciam nossa proposta de que o todo morfológico *verbo-se* possui propriedades inacusativas e desempenha, portanto, morfológicamente, o mesmo papel do morfema passivo, inacusativizando verbos transitivos. Enquanto este, o morfema passivo, no entanto, torna opcional a presença do argumento externo da estrutura temática do verbo transitivo na sentença, o “morfema” *se indeterminador* descarta tal possibilidade, sendo obrigatória a não realização deste argumento na estrutura⁷⁹.

2.3.1.3 A composicionalidade e as estruturas com *se* indeterminador

Segundo Viotti (1999, p. 113) os exemplos (57) e (58), abaixo, utilizam o mesmo verbo *quebrar*, no entanto, expressam eventualidades diferentes, de modo que o sentido de cada uma das sentenças é dado a partir da composição do verbo com o seu argumento.

⁷⁹ Esta é uma questão, ainda, a ser explorada em trabalhos futuros.

Segundo a autora, em (57) o sujeito é interpretado como um agente enquanto em (58) o sujeito é interpretado como um objeto afetado ou experienciador.

(57) O menino quebrou o vaso

(58) O menino quebrou o braço

De acordo com a análise da autora, a atribuição do papel temático para o argumento externo das estruturas acima se dá configuracionalmente na derivação, no componente sintático, a partir da concatenação do verbo com o argumento interno. Num processo análogo, a adjunção do “morfema” *-se* indeterminador ao item verbal, porém agora no nível morfológico, não licencia na derivação de objetos sintáticos, no sistema computacional, a projeção da categoria *v* e, conseqüentemente, a realização do argumento externo da grade temática do verbo.

Segundo Hornstein, Nunes & Grohmann (a sair) “the verb and its complement form a syntactic constituent that is independent of the subject, namely V’, but the subject and the verb alone don’t form a constituent;” De fato, a relação do verbo com o argumento interno (AI), ou com seu complemento, parece ser uma relação composicional, mais estreita que a relação do verbo com os outros argumentos, de maneira que na primeira concatenação da derivação, há a formação de um único constituinte sintático, em que o papel temático tem que ser, necessariamente, descarregado ao complemento do verbo, formando um “todo sintático” cujas propriedades, inclusive as da grade temática do verbo, são (re)definidas a partir do objeto formado.

Segundo esses autores, as expressões idiomáticas de um língua estabelecem-se sempre a partir da relação do verbo com o seu complemento, ou argumento interno, numa determinada estrutura sintática. Essa relação ancora-se num efeito de sentido bastante específico do objeto sintático formado, de maneira que, para que a expressão se sustente, o argumento interno tem que se manter inalterado durante todo o processo de derivação na sintaxe. Em outras palavras, para que tenhamos uma determinada interpretação idiomática

de uma determinada expressão sintática, a relação que o verbo estabelece com o seu complemento, cuja posição canônica, no PB ao menos, parece ser a pós-verbal, não pode ser rompida.

Assim como acontece com as expressões idiomáticas, parece que a relação de uma partícula pronominal átona enclítica, ocupando a posição canônica de complemento do verbo, é uma relação mais estreita e, de certo modo, diferente da proclítica. Quando abordamos, no entanto, a relação entre o verbo e o seu complemento, estamos nos referindo à relação estruturalmente subjacente, ou ao processo hierárquico que se estabelece na sintaxe, uma vez que a linearidade é um processo pós-sintático aplicado em PF.

De acordo com a noção de Projeção Lexical, o verbo já entra na derivação com uma grade temática cuja configuração inclui a atribuição de um papel temático de tema e de agente aos seus argumentos, no caso de um verbo transitivo como *questionar*, por exemplo. Todavia, a concatenação do verbo, aqui acrescido do “morfema” *-se*, com o seu complemento (argumento interno), momento em que o papel temático de tema é descarregado, não consegue projetar a categoria funcional *v* para licenciar o seu segundo papel temático de agente, inibido pela estrutura verbal, ou mais especificamente, pelo “morfema” *-se*.

Neste caso, mais coerente seria pensarmos que os verbos ditos transitivos podem até possuir no nível do léxico, conforme a noção de Projeção Lexical, uma estrutura temática hierarquizada, no entanto, uma vez na derivação, o “todo sintático” formado pelo verbo e o seu complemento, passa a definir as propriedades dos constituintes. Em (59) abaixo, os diferentes papéis temáticos exercidos pelo DP *Maria*, especificado a partir do “todo sintático” formado pelo verbo e seu complemento, ilustram a nossa argumentação.

- (59) a. Maria [tomou o ônibus]
b. Maria [tomou um sorvete]
c. Maria [tomou chuva]
d. Maria [tomou um susto]

É a partir da relação entre o verbo e o AI, ou do objeto sintático VP, que o papel temático de AE é licenciado nas construções em (59). Enquanto em (59b) *Maria* tem um papel temático [+ agentivo], por exemplo, em (59c) e (59d) essa premissa não é verdadeira. Em outras palavras, a relação do verbo, ou mais acertado seria do VP, com o AE se dá *a posteriori*, ou na sintaxe.

2.3.2 Uma proposta de análise...

Considerando que o “morfema” *-se* indeterminador é adjungido ao item verbal por regras morfológicas e que as propriedades da construção (*pro expl*) (*se*) *V(-se)*, paralelamente àquelas da morfologia passiva, são as de uma estrutura inacusativa, não projetando a categoria funcional *v* na derivação de objetos sintáticos no CHL, propomos a seguir, passo a passo (cf. ilustra a derivação em (63)), uma análise derivacional das estruturas em questão (variantes de uma mesma variável, de acordo com a discussão na introdução e no terceiro capítulo desta dissertação) retomadas pelas sentenças (60), (61) e (62) e pelos passos descritos abaixo.

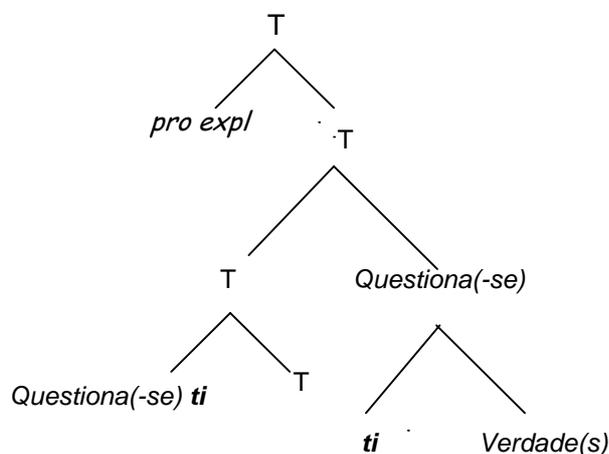
(60) *pro expl* Questiona(-*se*) verdade(s)⁸⁰

(61) *Se* questiona(-*se*) verdade(s)

(62) *A gente* questiona(-*se*) verdade(s)

⁸⁰ Duas considerações, importantes para a análise que aqui se coloca, devem ser feitas: (i) assumimos que nas estruturas (61) e (62) o *se* *indeterminador enclítico* – “morfêmico” – é apagado em PF, por algum motivo que, apesar de importante para a análise, não entraremos em maiores detalhes; por ora vale lembrar que em outros contextos tal fenômeno ocorre; (ii) consideramos que, enquanto na sentença (60) a categoria *pro expl* entra na Numeração e, posteriormente, na derivação para checar o traço D (EPP) em T, nas sentenças (61) e (62), pronomes não referenciais (“expletivos”) como *a gente*, *você*, *se* *proclítico* é que checam tal traço na derivação. Voltaremos ao estatuto (“quase expletivo”) destes pronomes não referenciais no terceiro capítulo.

(63)



(i) O DP *verdades* é concatenado com o verbo *questiona-se* na posição de complemento da estrutura verbal. Nesta operação, o papel temático de argumento interno é configuracionalmente atribuído ao DP *verdades*. A checagem do traço de Caso de *verdades* é procrastinada;

(ii) O rótulo projetado pela derivação do objeto sintático [*questiona-se verdades*] possui propriedades inacusativas, o que não licencia a categoria funcional *v*; logo T é concatenado;

(iii) A categoria funcional T tem traço D (EPP) forte não-interpretável, traço V forte, em PB pelo menos, e traço de Caso nominativo. O CHL tem que neste momento checar/eliminar os traços D e V, uma vez que traços fortes não-interpretáveis têm que ser eliminados do sistema assim que entram na derivação;

(iv) O item lexical *questiona-se* se move em adjunção para um espaço derivacional aberto em T para checar o traço verbal desta categoria;

(v) *pro expl*, assumindo aqui que o expletivo possui traços D (cf. Chomsky 1998), é concatenado, para checar o traço D (EPP) de T⁸¹;

⁸¹ Neste passo da derivação, consideramos que os pronomes não referenciais *se proclítico* e *a gente* são inseridos, invés de *pro expl*, para convergir nas estruturas em (61) e (62).

(vi) A estrutura vai para *spell-out* neste estágio da derivação, e

(vii) assumindo que a categoria *pro expl* não tem traço de Caso; o Caso nominativo de *verdades* é checado em sintaxe encoberta. Assumimos aqui que tal operação é válida porque o PB possui Caso nominativo *default*.

A mesma derivação se aplicaria às construções exemplificadas por Martins, A. M. (2003a) em dialetos da Madeira (Câmara de Lobos e Caniçal), exemplificadas na seção 2.2.1 deste capítulo e retomada aqui em (64). Com a distinção de que em tais estruturas há a realização lexical de um pronome não referencial (“expletivo”) – a forma *a gente* – e o *-se indeterminador enclítico* não é elidido.

(64) *A gente via-se* elas [as baleias] longe, era o espanto.

2.4 Considerações finais do capítulo

Apresentamos neste capítulo uma análise formal para as construções de indeterminação com *-se* no PB. De acordo com nossa proposta, o *-se indeterminador enclítico* está associado ao fenômeno da ênclise, distinto da próclise, e é adjungido à estrutura verbal a partir de regras morfológicas. Nossa análise pressupõe a possibilidade deste “morfema” ser apagado na estrutura linear, assim como ocorre com outros morfemas na língua.

Ancorados nessa análise, apresentamos uma proposta unificada do *-se* indeterminador no PB, assim como das construções de indeterminação com *-se*, distinguindo-o dos demais usos de *se*, dentre eles o reflexivo quase sempre associado a uma posição pré-verbal. Propomos, ainda, uma derivação das construções (*pro expl*) (*se*) V(*-se*), dentro dos pressupostos do programa minimalista.

Capítulo III

Uma análise (socio)lingüística sincrônica das construções com *se* indeterminador no PB⁸²

Introdução

O foco deste capítulo é apresentar a análise empírica da regra variável acerca das estruturas de indeterminação com *se* no PB. Nosso intuito é buscar descrever, ancorados na frequência e probabilidade de uso das variantes em questão, o quadro sincrônico destas construções em duas amostras distintas de língua falada e escrita.

O capítulo está dividido em três seções. Na primeira delas, traçamos algumas considerações acerca das construções de indeterminação com *se* e o fenômeno da concordância no PB. Ancorados em estudos já realizados sobre tais construções abordaremos num segundo momento, de um modo bastante sucinto, o percurso diacrônico das estruturas de indeterminação com *se*, para, então, apresentarmos, na terceira seção, a análise sincrônica destas construções, assim como os ambientes (socio)lingüísticos favorecedores (ou não) das variantes em questão.

⁸² Nos referimos a esta entidade, o PB, como uma realidade generalizada e, portanto, abstrata, uma vez que, como vem nos mostrando vários estudos sociolingüísticos, o Português falado no Brasil possui natureza vária, seja ela marcada por diferenças regionais, sociais, estilísticas, entre outras. Agradeço à professora Ana M. S. Zilles por esta observação.

3.1 *Se* indeterminador e o fenômeno da concordância no PB

Segundo Galves (2001), no PE, a interpretação indeterminada de estruturas como (1) e (2) depende da presença do clítico *se*, de maneira que sua ausência torna tais estruturas agramaticais nesta língua. Em PB, essas construções podem ser interpretadas como de sujeito indeterminado uma vez que a morfologia nesta língua está enfraquecida e o verbo carrega uma desinência não marcada, como é a desinência de terceira pessoa do singular, ou a não-pessoa nos termos de Benveniste. De acordo com a proposta da autora, a perda da distinção formal entre segunda e terceira pessoas no PB, com a entrada de *você* no quadro dos pronomes pessoais, “gera um sistema de concordância no qual a pessoa pode ser caracterizada como um traço sintático que comporta apenas dois valores: positivo e negativo” (p. 144).

- (1) O que usa normalmente aqui no interior é o freio.
- (2) Aquela fruta de conde, que aqui no Rio é caríssima, lá vende assim por um preço baratíssimo.

A evidência de que o sistema de concordância no PB é fraco faz com que os clíticos sejam reanalisados nesta língua como sintagmas, não sendo mais legitimados como núcleos, uma vez que esta possibilidade de legitimação, por hipótese, está relacionada com a riqueza de traços de concordância nas línguas⁸³. Segundo a autora, em PB, em não havendo o movimento do verbo para ‘AgrS’ o clítico se move de sua posição de base, não se cliticizando, porém, na sintaxe, mas se adjungido à primeira projeção que domina o verbo que o seleciona. (cf. *op cit.*, p.140).

Cumprido notar que a análise de Galves para a posição dos clíticos em PB, geralmente em posição pré-verbal, diz respeito ao movimento dos clíticos argumentais, a partir de

⁸³ A idéia de concordância fraca ou forte aqui está ligada à possibilidade de movimento do verbo na estrutura (cf. Pollock *apud* Galves 2001, p. 144) e não às propriedades do sujeito nulo.

posições de projeções máximas, como sintagmas. Em outras palavras, a autora propõe uma análise sintática atribuindo ao clítico o estatuto de projeção máxima, baseando-se na hipótese de que o verbo fica bloqueado em T; deste modo, o clítico é movido e adjungido à projeção funcional que contém o verbo que lhe atribui papel temático. A proposta da autora depende crucialmente da assunção de que os clíticos são projeções máximas e não núcleos, o que possibilita uma análise sintática diferenciada para a próclise no PB.

Esta análise proposta pela autora sobre o estatuto, assim como a posição, dos clíticos, no entanto, depara-se com alguns problemas quando aplicada a um clítico em especial: o *se* indeterminador, exemplificado em (3) e (4)⁸⁴. Segundo Galves, “o *se* indeterminado apresenta uma tendência clara a aparecer em ênclise, principalmente em fórmulas, como receitas culinárias, ou no discurso pedagógico” (p. 148).

(3) Parte-*se* um ovo...e serve-*se*...

(4) Esses tubérculos, chegou-*se* à conclusão...

Na proposta de Galves, o estatuto da ênclise não pode receber a mesma análise sintática dada para a próclise, o que a leva a hipotetizar que formas enclíticas, como *parte-se* e *chegou-se* são cristalizadas e inseridas diretamente na estrutura. No caso do *se* indeterminador nos exemplos acima, devemos, ainda, nos questionar se ele está desempenhando algum papel temático na estrutura.

Como vemos no exemplo (5) a seguir, no PB, a possibilidade de interpretação indeterminada destas estruturas sem *se* é garantida. De acordo com a proposta aqui advogada (cf. segundo capítulo desta dissertação), diferentemente da de Nunes (1990), segundo a qual nestas construções há um *pro referencial* na posição de sujeito, assumimos que o estatuto formal destas estruturas, sem *se* (i. e. com o apagamento do *se* indeterminador na estrutura linear), mantém-se o mesmo. Ou seja, há na posição de sujeito

⁸⁴ Exemplos da autora.

um *pro expletivo* e o “morfema” *-se*, agora apagado na estrutura linear, garante, ainda, as propriedades inacusativas da construção.

(5) *pro expl* Parte um ovo... e serve....

Ainda, sobre as construções de indeterminação sem *se* (ou com o apagamento de *se*, de acordo com nossa proposta), Gonçalves (2000) propõe que há restrições (semânticas) que impedem uma total substituição desta, a variante inovadora, pelas construções com *se*, a variante conservadora⁸⁵. Segundo o autor,

[...] para que essas construções possam ser interpretáveis, torna-se essencial a presença de outros elementos associados à interpretação genérica, tais como a restrição de escopo sobre o sujeito (adverbiais como *aqui, nos dias de hoje*), o tempo verbal combinado com aspecto não-específico (geralmente com o tempo no presente do indicativo), e o objeto, quando presente, na maioria das vezes apresentando também interpretação genérica, na forma singular nu. (p.85)

3.2 O percurso diacrônico do *se* indeterminador

Considerando alguns estudos lingüísticos acerca do *se* indeterminador, podemos traçar seu percurso diacrônico no PB, desde o seu aparecimento a partir de um processo de reanálise de estruturas com *se* apassivador (cf. Nunes 1990 e Martins 2003a), até a possibilidade do seu apagamento em estruturas finitas e não finitas para se expressar a

⁸⁵ Algumas dessas restrições apresentadas pelo autor serão investigadas como grupos de fatores na análise apresentada na seção 3.3 deste capítulo.

indeterminação do referente do sujeito agentivo (cf. Nunes 1990, Figueiredo Silva 1996 e Gonçalves 2000). Tal percurso parece estar encaixado num processo de mudança gramatical que o PB exemplifica.

Segundo Figueiredo Silva (1996, p.123), para que obtenhamos uma interpretação referencial para a expressão dos sujeitos nulos argumentais, “a expressão de um pronome lexical parece indispensável; caso contrário, sua interpretação será obrigatoriamente não-definida, isto é, a interpretação antes associada ao clítico *se* ‘impessoal’” (cf. paradigma em (6)).

(6) Ela não usa mais chapéu

(6a) Não usa mais chapéu

(6b) Não se usa mais chapéu

A partir disso, a possibilidade de uma interpretação indeterminada do referente agentivo em estruturas sem a realização do clítico *se* parece estar diretamente atrelada ao enfraquecimento do elemento de concordância no PB (cf. Galves, 2001).

Por outro lado, parece que a ausência do *se* indeterminador numa dada estrutura, para que se obtenha uma interpretação genérica, cedeu espaço para que outros elementos com propriedades não referenciais (expletivas) fossem realizados na posição de sujeito. Parece, ainda, que o triste fim do *se* indeterminador não é de fato o desaparecimento, mas o apagamento da sua forma fonética na estrutura linear, uma vez que as propriedades das construções de indeterminação sem *se*, como a de não permitir a realização do argumento externo da grade temática do verbo numa dada derivação, mantêm-se na nova construção. Dessa forma, pronomes não referenciais (de caráter expletivo) tendem a ser um forte candidato ao preenchimento desta posição, como observa-se no paradigma (7), a seguir.

(7) Comeram-*se* os bolos (*se* passivador)

- (7a) Comeu-*se* os bolos (*se* indeterminador)
- (7b) Comeu os bolos (*apagamento de se*)
- (7c) *A gente* comeu os bolos (*a gente – indeterminado – expletivo*)

Milanez (1982), analisando os recursos de indeterminação do sujeito no PB em dados de fala do projeto NURC (Projeto de Estudo da Norma Urbana Lingüística Culta) de São Paulo, observa que “a preferência sistemática no PB pelo uso dos pronomes pessoais torna redundante a presença de *se* para expressar a indeterminação” (p. 67). Segundo a autora, há no PB uma “*coexistência*” das duas formas – com e sem *se* – num mesmo contexto, como mostra o exemplo da autora retomado aqui em (8).

- (8) O camarão, quer dizer, camarão fresco, preferencialmente, limpa Ø, tira Ø bem as cascas, tira Ø as tripas...pouca gente tira as tripas de camarão, né? Nós tiramos, né? Isso também é tradição na família... e *se* faz com refogado muito... muito rico, com tomate, tira-*se* as cascas do tomate, as sementes e pica Ø o tomate em pedacinhos, mas bastante tomate, cebola bem picadinha também e... e... esse refogado em... em azeite, que dizer, nós agora usamos o óleo Mazzola, não há necessidade de ser azeite de oliva. Faz Ø o refogado pra... pra desfazer bem o tomate e quando já está bem, assim, desfeito, então mistura-*se* os camarões só uma fervura, não pra cozinhar bem.

Duarte e Lopes (2002), analisando as estratégias de indeterminação do sujeito utilizadas numa amostra extraída de um *corpus* de cartas do século XIX, deparam-se com a ocorrência de três sentenças finitas sem o pronome *se* (cf. (9)) que foram excluídas da análise. As autoras consideram como formas pronominais de indeterminação “o uso da terceira pessoa do plural, com a forma pronominal *eles* preferencialmente nula, além do uso de *se* e *nós*” (p.156).

- (9) (...) diatribe em que se não precisa ter grande agudeza de espírito para atinar logo que a inveja, o desrespeito e a falta de resignação pela collocação inferior na escala social foram os motivos determinantes da descomunal agressão; e que também não precisa grande atilamento para conhecer o autor d'ella!

Respaldando-nos no pressuposto de que as estruturas com interpretação genérica sem *se* tiveram sua origem naquelas com *se*, e que, de acordo com Nunes (1990), como se observa nos resultados apresentados pela *tabela 1* abaixo, a elisão de *se* passa a ser um processo mais recorrente no século XX, apresentaremos uma análise sincrônica do *se indeterminador enclítico* tomando como regra variável a presença e/ou apagamento de tal partícula na estrutura linear. Uma outra pressuposição que norteará nossa análise é de que o apagamento de *se* nestas estruturas abre caminho para a entrada de pronomes não referenciais (expletivos). Esta hipótese parece estar relacionada ao fato de que o PB está perdendo suas características de uma língua essencialmente *pro-drop* em direção ao preenchimento da posição de sujeito lexical (cf. Duarte, 1993; 1995).

Período de tempo	Apl/total	%
Século XVI	0/27	0
Século XVII	4/103	4
Século XVIII	7/549	1
Século XIX	13/206	6
Século XX	144/228	50
Total	138/1113	12

Tabela 1: Passivas Pronominais - Apagamento do clítico *se* por período de tempo (adaptada de Nunes 1990, p.101)⁸⁶

⁸⁶ O autor utiliza em sua análise quatro *corpora*: um diacrônico composto por cartas, diários e documentos, compreendendo o período entre 1555 e 1989; um de 13 entrevistas provenientes do Banco de Dados da PUCSP; um terceiro proveniente de 24 entrevistas do português europeu; e um *corpus* proveniente do conjunto de reportagens da revista *Veja* do período de maio de 1988 a maio de 1989.

Observando (10), (11), (12) e (13) a seguir podemos traçar o percurso diacrônico de *se* indeterminador no PB: o seu aparecimento a partir de um processo de reanálise de estruturas com *se* apassivador (cf. Nunes 1990 e Martins, A. M. 2003), exemplificado em (11) – estrutura reanalisada a partir de (10); a possibilidade do seu apagamento em estruturas finitas e não finitas para *se* expressar a indeterminação (cf. Galves 1986; 2001, Figueiredo Silva 1996 e Gonçalves 2000), exemplificado em (12), até o preenchimento lexical da posição de sujeito (cf. Duarte, 1993; 1995, 1999), como mostram (12a), (12b) e (12c).

(10) Nesta terra vendem-*se* balaios.

(11) Nesta terra vende-*se* balaios.⁸⁷

(12) Nesta terra *pro expletivo* vende balaios.

(12a) Nesta terra *a gente* vende balaios.

(12b) Nesta terra *você* vende balaios.

(12c) Nesta terra *tu* vende balaios.

(13) Nesta terra se vende(m) balaios.⁸⁸

Dessa maneira, pressupondo que este seja o percurso diacrônico das construções de indeterminado com *se* no PB⁸⁹, apresentamos na próxima seção uma análise sincrônica destas estruturas em duas amostras distintas, assim como a metodologia deste trabalho.

⁸⁷ A não concordância entre o verbo e o argumento interno destas estruturas será tomada aqui como uma fase do processo de mudança que envolve as construções com *se* indeterminador num estágio já bastante avançado no PB (cf. Nunes (1990) e, com amostras de textos escritos em língua padrão, Cavalcante (1999) e Martins, M. A. (2003)); todavia consideraremos na análise, também, as construções com marca de concordância presente.

⁸⁸ Como mostram os resultados das rodadas estatísticas, a seguir (cf. seção 3.3.3), a realidade (entendida aqui como o estatuto deste elemento em conformidade com a estrutura na qual se encontra) de *se* indeterminador proclítico parece ser bastante distinta daquela de *se* indeterminador enclítico.

⁸⁹ Pretende-se em estudos futuros delinear o percurso diacrônico das construções de indeterminação com *se* no PB a partir da análise formal aqui proposta, de modo a mapear a entrada das formas *você* e *a gente* nas estruturas de indeterminação e a elisão de *se*.

3.3 Uma análise (sócio)lingüística das construções com *se* indeterminador no PB: sobre freqüências e probabilidades de uso

Apresentamos, nesta seção, a análise estatística das construções de indeterminação com *se* no PB, assim como os resultados de freqüências e probabilidades de uso das variantes em questão nas amostras analisadas. Num primeiro momento, descrevemos a metodologia seguida no que concerne à coleta, estratificação e tratamento dos dados extraídos de dois corpora distintos. Os resultados relativos à variante inovadora (i. e. das construções sem *se*) serão apresentados em duas seções: segundo as variáveis sócio-estilística, cuja distribuição geral das variantes nas amostras parece apontar para uma evidência bastante interessante e segundo as variáveis lingüísticas (ou estruturais).

3.3.1 Metodologia

A fim de empreender uma investigação sincrônica das estruturas de indeterminação com *se* no PB utilizamos uma amostra de língua falada e outra de língua escrita, extraídas do banco de dados do projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana na Região Sul) e da revista *Veja* (no período de Abril de 2003 a Abril de 2004), respectivamente.

Em relação à amostra do VARSUL, utilizamos dezesseis entrevistas da cidade de Florianópolis, socialmente estratificadas conforme o *quadro 1*, a seguir. A amostra da revista *Veja* foi constituída por sentenças extraídas das entrevistas das páginas amarelas e de dois editoriais – *Ponto de vista* e *Em Foco*.

<i>Número de Informantes da região urbana de Florianópolis</i>	<i>Escolaridade</i>	<i>Faixa etária</i>
08	Primário	De 25 a 49 anos
		Mais de 50 anos
08	Colegial	De 25 a 49 anos Mais de 50 anos

Quadro 1: estratificação social dos informantes da amostra do VARSUL

Os dados foram coletados e categorizados de acordo com a metodologia da teoria da variação e mudança (cf. Mollica & Braga 2004). Foram consideradas apenas as construções em que a alternância das variantes, com *se* indeterminador enclítico, *se* indeterminador proclítico e sem *se*⁹⁰, não comprometessem o significado referencial da estrutura (cf. os pressupostos da teoria da variação e mudança). As construções de indeterminação com quantificadores, tais como *todo*, e expressões como *a pessoa*, *o cara*, *o camarada*, não foram consideradas na análise; apenas as estruturas com a presença de *se indeterminador* (enclítico e proclítico) e as construções na terceira pessoa do singular sem *se* (com *pro expl* ou a realização de um pronome não referencial, como detalharemos a seguir)⁹¹ compõem as amostras descritas. As construções de indeterminação na terceira pessoa do plural como *vendem flores na cidade*, apesar de se tratar de uma forma bastante produtiva na língua, não foram computadas porque, juntamente com aquelas na primeira pessoa do plural são outras formas de indeterminação de que a língua dispõe distintas das aqui analisadas, ou seja, daquelas com *se*⁹².

⁹⁰ Retomaremos a discussão da regra variável a seguir.

⁹¹ As construções com concordância entre o verbo e o SN pós-verbal, apesar de se tratar (mesmo na língua escrita) de um número bastante reduzido, foram computadas na análise.

⁹² Estamos considerando aqui que as três variantes propostas são construções de indeterminação com *se*. Isso porque, como propomos no segundo capítulo desta dissertação, a realidade de *se* indeterminador está associada a regras morfológicas e à ênclise e, mesmo nas estruturas em que o morfema *se* indeterminador não está foneticamente realizado, ele “garante” as propriedades da construção.

Os dados de cada amostra foram, então, independentemente, submetidos ao sistema logístico VARBRUL (cf. versão Pintzuk 1988). Os resultados fornecidos pelo programa são frequências e probabilidades (pesos relativos) de aplicação da regra variável analisada (ou de suas variantes) segundo as variáveis independentes, sociais e lingüísticas, controladas.

Apesar de a variável dependente do presente estudo ser ternária, três rodadas binárias distintas para cada amostra foram feitas. Na primeira delas, denominada Rodada 1, a aplicação da regra foi a variante inovadora sem *se* (com *pro expl* ou a realização de um pronome não referencial (“expletivo”)). Nosso propósito em tal escolha foi o de buscar o ambiente (sócio)lingüístico favorecedor (ou não) do uso da variante inovadora em ambas as amostras. Numa segunda etapa, denominada Rodada 2, a aplicação da regra foi a variante *se indeterminador enclítico* e *se indeterminador proclítico*. Por fim, a terceira etapa do processo, denominada Rodada 3, teve como aplicação da regra a variante *se indeterminador enclítico*. As duas últimas etapas nos permitiram “observar” a realidade do *se* enclítico em relação àquela das construções com *se* proclítico e sem *se*.

3.3.1.1 O envelope de variação

Conforme discutimos até aqui, parece que para delinear uma análise sincrônica das construções com *se* indeterminador no PB, precisamos considerar o processo de mudança que alterna (10) por (11) e outro que tende a alternar, por hipótese, (11) por (12) nos exemplos supracitados.

3.3.1.1.1 A variável dependente

Este estudo tem como pressuposto o fato de que as construções com *se* indeterminador podem se alternar entre as formas/estruturas exemplificadas em (10) e

(11)⁹³, com *se enclítico*, em (13) com *se proclítico* e em (12), com a supressão de *se* (i. e. com a forma inovadora) atrelada à possibilidade de realização de um pronome não referencial (expletivo) (cf. ex. (12a), (12b) e (12c)). Assim, assumimos como variantes de uma mesma variável:

- a) *Se indeterminador enclítico* realizado foneticamente:

Eram umas festas muito boas, [muito]- fazia-se blocos, viu?
FLP08L0397⁹⁴

- b) *Se indeterminador proclítico* realizado foneticamente:

Comércio é uma escola, se aprende muita coisa. FLP04L0971

- c) Ausência do *-se indeterminador enclítico* (com *pro expl* ou a realização de um pronome não referencial – “expletivo”)

E também quando ia alguém na casa da gente, que não queria ir embora, a gente varria a casa. FLP08L0413

⁹³ Apesar de as construções com concordância entre o verbo e o SN pós-verbal nas estruturas com verbos transitivos serem em número reduzido, mesmo na amostra de língua escrita, estas construções foram computadas na análise aqui desenvolvida.

⁹⁴ Os exemplos doravante citados com este código foram extraídos da amostra do VARSUL. O código refere-se à cidade, número e linha da entrevista, respectivamente.

3.3.1.1.2 As variáveis independentes

- a) Preenchimento (ou não) da posição à esquerda da construção *pro expl (se) V(-se)*: esperamos diagnosticar com o controle desta variável que a anteposição de massa foneticamente realizada à construção *pro expl (se) V(-se)* seja um ambiente inibidor da aplicação da variante inovadora (como ilustra a sentença a seguir), tomada aqui como as construções sem *-se* foneticamente realizado;

(ARROZ) a gente comia pouco, porque arroz era muito caro,
FLP08L1202

- b) Forma de realização dos preenchedores da posição à esquerda da construção *pro expl (se) V(-se)*: nossa expectativa com o controle desta variável é a de que a variante *Expressões locativas/temporais*, em oposição às demais (*Elementos discursivos* e *Outros advérbios e elementos topicalizados*), não seja favorável à variante inovadora sem *se* (com *pro expl* ou a realização de um pronome não referencial – “expletivo”), tendo em vista que o alçamento desta expressão teria que se dar para uma posição mais alta que a de sujeito da estrutura;

Naquele tempo(aii)(tranqüilamente) se aprendia (hes) a bordar.
FLP24L0798

- c) Ordem das expressões locativas/temporais: esperamos que a anteposição, e, conseqüentemente, a presença, de expressões locativas/temporais às construções *pro expl (se) V(-se)* não seja favorável à aplicação da variante inovadora;

Hoje vai-se aos bailes com traje esporte chique, né? Mas era baile de gala. FPL24L0892

Você faz negócio com o irmão ou com o cunhado para escapar do risco. Veja, 28 de Abril de 2004 – PA⁹⁵

- d) Forma de realização das expressões locativas/temporais: esperamos controlar com esta variável quais das formas de expressão locativa/temporal, realizadas como (i) Sintagmas Preposicionados (SP) e (ii) Sintagmas nominais e advérbios, são ambientes favorecedores da variante inovadora;

Então naquela casa [de]- de noite (antigamente) tu sentia o barulho do mar, viu? FLP24L0010

- e) Tipo de construção: nossa hipótese para esta variável é a de que o tipo de construção *Grupo verbal (Modal/Aspectual+Infinitivo /particípio/gerúndio; Perífrase*, em oposição à variante *Verbo simples flexionado*), esteja atrelado ao uso da variante inovadora sem *se* (com *pro expl* ou a realização de um pronome não referencial – “expletivo”), a fim de confirmar – ou não – os resultados de estudos já realizados (cf. Nunes 1990, por exemplo);

A gente deve respeitar (respeita) o pensamento das pessoas, (hes) dos outros. FLP11L0797

⁹⁵ Os exemplos doravante citados com este código foram extraídos da amostra de língua escrita retirada de um *corpus* da revista Veja. Este código refere-se ao dia, mês e ano de publicação da revista e ao tipo de texto (PA – Entrevistas das Páginas Amarelas; PV – editorial Ponto de Vista e EF – editoria Em Foco), respectivamente.

- f) Forma de realização do pronome não referencial (expletivo): nosso propósito com esta variável é observar a frequência de uso de cada uma das formas pronominais (*a gente*, *tu* e *você*) nas construções *pro expl (se) V(-se)*;

A gente botava três montinhos de sal no fogo pra pessoa ir embora.
FLP08L0421

- g) Tipo de texto: em relação à amostra da revista *Veja*, controlamos a variável *Tipo de texto* com a hipótese de que a entrevista, por mais se aproximar da língua falada, tenderia a apresentar uma maior recorrência da variante inovadora;
- h) As variáveis sociais: os fatores sociais observados na amostra do VARSUL foram a *Idade* e a *Escolaridade*, por refletirem se há alguma mudança em curso e se o uso da variante inovadora está associado a menos escolaridade.

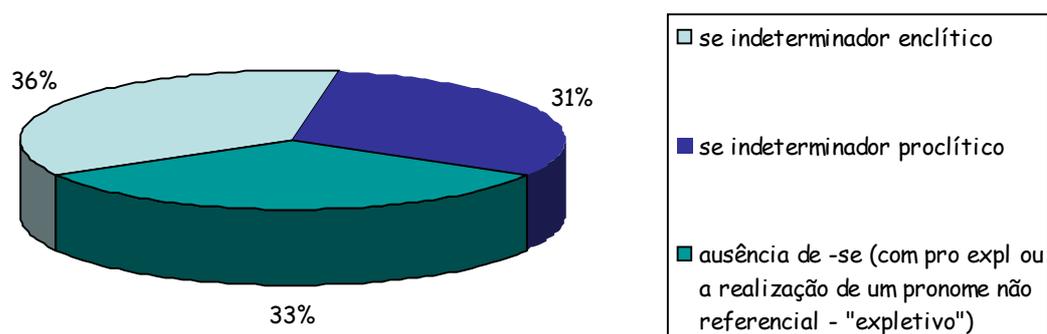
3.3.2 As construções sem -se...

3.3.2.1 ... segundo variáveis sócio-estilísticas

Pretendemos nesta seção, apresentar os resultados das rodadas estatísticas em relação às variáveis sócio-estilísticas nas amostras analisadas. Em relação à amostra da revista *Veja*, houve um certo “equilíbrio” no uso das variantes em questão. Dos 160 dados da amostra, 57 (i. e. 36%) foram de construções com *se indeterminador enclítico* realizado foneticamente (cf. (14)); 50 (i. e. 31%) de construções com *se indeterminador proclítico* (cf. (15)), também realizado foneticamente; e 53 (i. e. 33%) foram de construções *sem a*

realização do *se* indeterminador (com *pro expl* ou a realização de um pronome não referencial – “expletivo”) (cf. (16)), conforme ilustra o gráfico 1, a seguir⁹⁶.

Gráfico 1: Distribuição geral de aplicação da regra variável nos dados da revista *Veja*



(14) Antigamente dizia-se que o conhecimento humano dobrava a cada dezoito meses. *Veja* 6 de ago. de 2003 – PV

(15) Embora numa primeira observação *se* possa colocar tais decisões na conta do pragmatismo, ou do calor de um momento de crise, há algo mais nessas escolhas. *Veja* 6 de ago de 2003 EF

(16) Antigamente **você** precisava entender de mecânica para dirigir um carro. *Veja* 6 de ago. de 2003 – PV

Na amostra de língua escrita da revista *Veja*, ainda, a variável *Tipo de texto*⁹⁷ mostra-se um fator favorável ao uso da variante sem *se*, conforme observamos na *tabela Veja 1*, a seguir. Enquanto os editoriais apresentam 19% de aplicação das construções sem

⁹⁶ Das 53 construções sem *se*, 47 são com a realização de um pronome não referencial (“expletivo”); destas, 40 ocorrências são com a forma *você* e 7 com a forma *a gente*.

⁹⁷ Esta variável foi a segunda selecionada pelo programa estatístico como significativa no uso da construção sem *se* indeterminador enclítico.

se e um peso de 0,32, as entrevistas apresentam um percentual de 38% de aplicação e peso de 0,57. Entendemos aqui que estes resultados refletem o fato de as entrevistas, apesar de passarem por edição, e, conseqüentemente, por revisões e todas os pressupostos que tal processo acarreta, apresentam uma maior correspondência com a língua falada o que caracterizaria uma maior recorrência de possibilidade de uso da variante inovadora sem *se*.

	Apl/total	%	PR.
Editoriais	8/42	19	0,32
Entrevistas	45/118	38	0,57
Total	53/160	33	

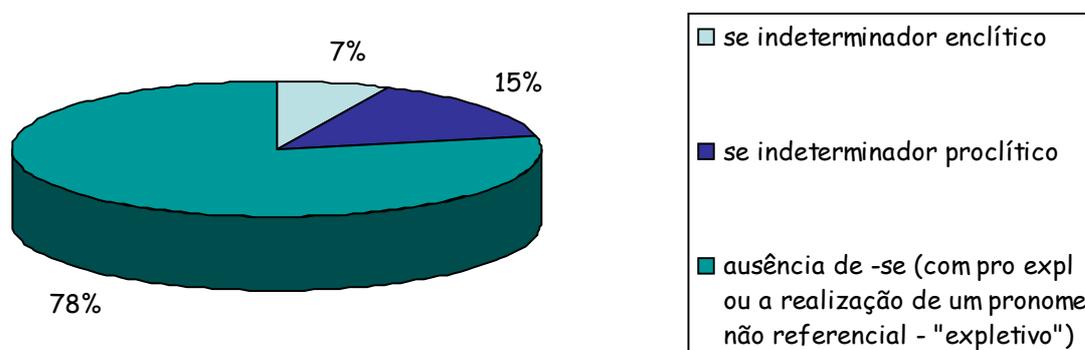
LOG LIKELIHOOD: -91.174 SIGNIFICANCE: .032

Tabela Veja 1: Frequência e probabilidade de *pro expl* (ou *pronome não referencial – “expletivo”*) V, segundo a variável *Tipo de texto*

Do total de 366 dados extraídos de dezesseis entrevistas do Banco de dados do VARSUL (cf. discutido na metodologia), podemos observar que a realização do *se indeterminador enclítico* ou *proclítico* é bastante inferior à realização das construções sem *se*. Enquanto o uso desta soma 285 dos 366 dados da amostra (78%), o que inclui aquelas construções com um pronome não referencial (“expletivo”)⁹⁸, a ocorrência daquelas soma, apenas, 81 sentenças (22%) do total conforme ilustra o *gráfico 2*, a seguir.

⁹⁸ Destas 285 construções sem *se*, 206, o que equivale 72% do total, são com a realização de um pronome não referencial (“expletivo”); ou seja, com o preenchimento lexical por pronome, tal como *a gente*, *você* e *tu*. Das 206 construções com pronomes, 110 são ocorrências com a forma *a gente*; 49 com a forma *você*; e 47 com a forma *tu*.

Gráfico 2: Distribuição geral de aplicação da regra variável nos dados do VARSUL



Tal distribuição, quando confrontamos os resultados obtidos nas nuas amostras (da revista *Veja* e do VARSUL), parece ser um indício de que o processo de mudança no que concerne às construções de indeterminação com *se* está bastante adiantado na fala⁹⁹. Em outras palavras, a frequência de uso da variante inovadora *Ausência do clítico se indeterminador*, sendo que em 72% do total das construções com ausência do *se* são de estruturas com a realização de um pronome não referencial (“expletivo”) (cf. nota 17), é significativamente superior ao uso das demais variantes (i. e. das construções com *se enclítico* e/ou *proclítico*).

Na alternância entre uma gramática e outra, ou entre o uso do *se* e o uso *pro expl* (ou a realização de um pronome não referencial – “expletivo”)¹⁰⁰, a variável selecionada nas três rodadas foi a *Escolaridade*, ou seja, uma variável social. Nos valendo da proposta de Kroch (1989, 2001), parece que as construções com e sem *se* indeterminador

⁹⁹ E nos referimos aqui a um processo de mudança de caráter estrutural envolvendo construções, uma vez que, apesar de superficialmente tais construções parecerem pertencer a uma mesma gramática (i.e. uma mesma estrutura), são bastante distintas (cf. os resultados apresentados nas seções subsequentes).

¹⁰⁰ O pressuposto aqui é o de que tais variantes (com e sem *se* indeterminador) pertencem a distintas gramáticas, muito embora superficialmente pareçam a mesma, como veremos com a discussão dos resultados das rodadas estatísticas mais adiante. Na análise dos dados, mesmo sem termos controlado cada informante separadamente, observamos a alternância de uso na fala de um mesmo indivíduo entre as variantes aqui controladas.

apresentam-se como opções gramaticalmente incompatíveis, alternando-se, apenas, em diferentes registros sociais marcados pela escolaridade.

	Apl/total	%	PR.
Primário	183/210	87	0,63
Colegial	102/156	65	0,33
Total	285/366	78	

LOG LIKELIHOOD: -166.802 SIGNIFICANCE: .050

Tabela VARSUL 1: Frequência e probabilidade de *pro expl* (ou *pronomes não referenciais – “expletivos”*) V, segundo a variável *Escolaridade*¹⁰¹

Como observamos nos resultados da tabela VARSUL 1 acima, a tendência de uso da variante inovadora, ou das construções sem *se* (com uma frequência maior de realização de pronomes não referenciais – “expletivos”), segundo a variável social *Escolaridade* é significativa. Ou seja, no uso destas construções a variante *Primário*, com um peso de 0,64, parece ser uma variável favorecedora de aplicação da regra da variante inovadora, enquanto que no uso das demais variantes com *se*, com pesos de 0,25 e 0,29 conforme nota 20 (i. e. um menor grau de escolaridade – *Primário*), não.¹⁰²

Ainda em relação à frequência de uso e probabilidade da variante inovadora e aos fatores sociais, na Rodada 1 cuja aplicação da regra foi a construção sem *se* (com *pro expl* ou pronomes não referenciais – “expletivos”), a variável *Idade* também se mostrou significativa. Tal variável foi a quarta selecionada pelo VARBRUL na amostra do VARSUL. Como esperado¹⁰³, a probabilidade de uso da variante inovadora está atrelada à

¹⁰¹ Nas duas rodadas subsequentes, Rodadas 2 e 3, em que a aplicação da regra é a construção com *se* enclítico “confrontada” com o *se* proclítico e com o *se* proclítico somado às construções com *pro expl* sem *se*, os percentuais e as probabilidades desta variável, respectivamente são: na Rodada 1, 15% e 0,25 para a variante *Primário* e 39% e 0,64 para a variante *Colegial*; na Rodada 2, 2% e 0,29 para a variante *Primário* e 13% e 0,77 para a Variante *Colegial*. Ou seja, enquanto a variante *Primário* tende a ser um ambiente favorável a aplicação da variante inovadora sem *se*, mostra-se inibidora das construções com *se* enclítico.

¹⁰² Nunes (1990) em seu estudo sobre a reanálise de *se* apassivador para *se* indeterminador nas passivas pronominais destaca que a queda da concordância naquelas estruturas é sensível à escolaridade.

¹⁰³ Os estudos sociolinguísticos vêm apontando que a variante inovadora está, quase sempre, atrelada às faixas etárias mais jovens (cf., dentre muitos outros, os artigos em Mollica & Braga, 2004).

faixa etária mais jovem, com 87% de aplicação dos dados e um peso de 0,62 (cf. *tabela VARSUL 2*, a seguir)¹⁰⁴.

	Apl/total	%	PR.
De 25 a 49 anos	88/101	87	0,62
Mais de 50 anos	197/265	74	0,45
Total			

LOG LIKELIHOOD: -166.802 SIGNIFICANCE: .050

Tabela VARSUL 2: Frequência e probabilidade de *pro expl* (ou *pronomes não referencial* – “*expletivo*”) *V*, segundo a variável *Idade*¹⁰⁵

O que mostram tais resultados é que na língua falada o uso das variantes é, acima de tudo¹⁰⁶, estilisticamente marcado, no sentido de que enquanto o uso da variante inovadora sem *se* está atrelado a uma fala vernacular, sem o monitoramento da escola (pensada aqui como apregoadora de uma gramática normativa), o uso da variante conservadora, com o clítico *se* (*enclítico*, essencialmente, porque, a realidade de *se proclítico* assemelha-se àquela da realização de *pronomes não referenciais* – “*expletivos*” – (cf. seção 3.3.3)), é favorecido pela influência da escola, ou por um maior nível de escolaridade – *Colegial* (cf. os dados na nota 20).

Segundo Duarte (1999, p.110), se referindo ao *se* indeterminador,

enquanto decresce o uso do pronome *se*, que alcança, na fala de informantes mais velhos, percentuais próximos aos da construção sem o pronome, na fala de informantes mais jovens, aumenta o uso

¹⁰⁴ Estudos de uma amostra de faixas etárias inferiores àquelas utilizadas na análise, a fim de se verificar se a curva da mudança se manteria, ou seja, que os mais jovens utilizam mais a variante inovadora, seriam bastante interessantes.

¹⁰⁵ Cf. também os resultados de Duarte (1995), nos quais o uso do *se* indeterminador se limita apenas à fala de informantes de uma faixa etária acima de 50 anos.

¹⁰⁶ Digo “acima de tudo” porque variáveis lingüísticas também foram selecionadas pelo programa em duas das rodadas, como mostraremos a seguir.

de formas pronominais plenas, entre as quais destaca-se o uso de *você*.

De acordo com os resultados apresentados nesta seção, nota-se que enquanto na língua falada, conforme os dados da amostra do VARSUL, o uso do *se* indeterminador já é bastante pequeno (e quando este é enclítico, o seu uso é ainda mais restrito), na língua escrita, representada pela amostra da revista *Veja*, há uma distribuição um tanto que “equiparada” das variantes em questão. Tais resultados nos apontam para uma realidade bastante significativa em relação aos clíticos como um todo, e em especial ao *se* indeterminador, no PB. Em outras palavras, há alguns resquícios de ênclise em construções com *se* indeterminador na língua falada, aparentemente, condicionados por determinados fatores sociais, atrelados a uma gramática específica, muito provavelmente pelo monitoramento de uma gramática normativa, como L2, enquanto o seu uso na língua escrita se faz mais presente.

3.3.2.2 ... segundo variáveis lingüísticas (estruturais)

Uma vez que a grande quantidade de dados da amostra do banco VARSUL é de construções sem *se* indeterminador, ou, ao menos, como assumimos neste trabalho, sem a realização fonética deste na estrutura linear, e que tal realidade está supostamente atrelada a fatores sócio-estilísticos, conforme discutimos, buscaremos, então, nesta seção apresentar os fatores lingüísticos (ou estruturais) que se mostraram significativos nas rodadas do VARBRUL, bem como discutir os resultados dos fatores que favorecem (ou não) o uso das construções sem *se* com *pro expl* (ou com pronomes não referenciais – “expletivos”). Estaremos tratando, dessa maneira, na discussão subsequente, da Rodada 1, dentre aquelas apresentadas na metodologia deste trabalho.

Em ambas as amostras, a variável *Preenchedores da posição à esquerda da construção pro expl (se) V(-se)* foi selecionada pelo VARBRUL como significativa para a

aplicação da regra¹⁰⁷. Como mostram os resultados expressos pelas *tabelas VEJA 2 e VARSUL 3*, abaixo, tanto na amostra de língua escrita quanto na de língua falada as variantes *Outros advérbios e elementos topicalizados* e *Elementos Discursivos* mostram-se um ambiente favorecedor da realização apenas do *pro expl* (ou pronomes não referenciais – “expletivos”) sem *se* na estrutura¹⁰⁸. Esta com peso de 0,58 na amostra da revista *Veja* e 0,63 na amostra do VARSUL, aquela com peso de 0,64 e 0,52, nas respectivas amostras.

	Apl/total	%	PR.
Expressões locativas/temporais	3/28	11	0,28
Elementos discursivos	15/43	35	0,58
Outros advérbios e elementos topicalizados vários	7/20	35	0,64
Total	25/92	27	

LOG LIKELIHOOD: -91.174 SIGNIFICANCE: .032

Tabela VEJA 2: Frequência e probabilidade de *pro expl* (ou pronomes não referenciais – “expletivos”), V, segundo a variável *Preenchedores da posição à esquerda da construção pro expl (se) V(-se)*

	Apl/total	%	PR.
Expressões locativas/temporais	30/52	58	0,31
Elementos discursivos	52/72	72	0,63
Outros advérbios e elementos topicalizados	14/22	64	0,52
Total	96/146	66	

LOG LIKELIHOOD: -168.489 SIGNIFICANCE: .009

Tabela VARSUL 3: Frequência e probabilidade de *pro expl* (ou pronomes não referenciais – “expletivos”)V, segundo a variável *Preenchedores da posição à esquerda da construção pro expl (se) V(-se)*

Estes resultados apontam para o fato de que a presença de massa fonética anteposta à construção *pro expl (se) V(-se)* realizada como elementos discursivos e/ou como outros

¹⁰⁷ A variável em questão foi a terceira selecionada pelo programa na amostra da revista *Veja* e a segunda na amostra do VARSUL, respectivamente.

¹⁰⁸ Sempre que nos referirmos a construções com *pro expl* (ou com pronomes não referenciais – “expletivos”) estaremos fazendo alusão às construções sem a realização fonética de *se indeterminador*, quer enclítico quer proclítico (i. e. a variante inovadora do presente estudo).

advérbios e elementos topicalizados (no caso da amostra de língua escrita), na configuração (i) abaixo, mostra-se um ambiente favorecedor do uso da variante inovadora.

(i) *X pro expl (se) V(-se)*

Dessa maneira, em contextos como os exemplificados abaixo, com advérbios não locativos/temporais (cf. ex. (17)) e com elementos discursivos (cf. ex (18)), nas amostras da revista *Veja* e do VARSUL, respectivamente, a probabilidade de uso de *pro expl* (ou pronomes não referenciais – “expletivos”) é maior.¹⁰⁹

(17) *Curiosamente você vai ter de se tornar um ignorante. Veja 6 de ago de 2003 – PV*

(18) *Aí a gente vai costurando assim. FLP08-L0620*

Ainda em relação às variáveis lingüísticas (ou estruturais), a variável *Forma de realização dos preenchedores da posição à esquerda da construção pro expl (se) V(-se)* foi a única selecionada em comum, como significativa, nas amostras da revista *Veja* (escrita) e do VARSUL (fala). Cabe aqui salientar a diferença percentual entre as variantes da regra variável em questão nas respectivas amostras e que, em certa medida, a gramática da variante inovadora está mais consolidada na amostra do VARSUL. Talvez por esse motivo, as demais variáveis favorecedoras (ou não) para a aplicação da variante inovadora, discutidas a seguir, foram selecionadas apenas na amostra do VARSUL. Analisemos agora, então, os demais fatores favorecedores das construções sem *se* nesta amostra.

A variável *Ordem das expressões locativas/temporais* apesar de não ter sido selecionada pelo VARBRUL nesta rodada apresenta resultados pertinentes para a discussão e análise das demais variáveis subseqüentes. Observemos a *tabela VARSUL 4*, a seguir¹¹⁰.

¹⁰⁹ A posição que tais elementos possuem na estrutura linear é uma questão a ser trabalhada posteriormente que não será abordada nesta discussão.

¹¹⁰ Esta variável foi desconsiderada pelo programa no quarto nível da análise quando cruzada com as três variáveis selecionadas anteriormente, a saber: *Escolaridade*, *Preenchedores da posição à esquerda do pro expletivo* e *Forma de realização das Expressões Locativas/Temporais*.

	Apl/total	%	PR.
LOC (se) V(-se)	71/80	89	(0,68)
(se) V(-se) LOC	30/52	58	(0,38)
Ausência de LOC	184/234	79	(0,46)
Total	258/366	78	

LOG LIKELIHOOD: -68.728 SIGNIFICANCE: .995

Tabela VARSUL 4: Frequência e probabilidade de *pro expl* (ou *pronome não referencial* – “*expletivo*”) V, segundo a variável *Ordem das expressões locativas/temporais*

A variante *LOC (se) V(-se)* com peso de 0,68 parece ser um ambiente favorecedor para a realização da construção inovadora (i. e. aquela sem *se*). Salientamos, todavia, que o nosso objetivo em trazer esta variável à baila é que a variável *Forma de realização das expressões locativas/temporais* foi selecionada pelo programa como significativa para a aplicação da regra (cf. tabela VARSUL 5, a seguir). A variante *Advérbios*, apesar de apresentar peso relativo (0,51) muito próximo da variante *Sintagmas Preposicionados* (0,49), mostra-se um ambiente favorecedor da variante inovadora sem *se*.

	Apl/total	%	PR.
SP	64/80	80	0,49
Advérbios	37/52	71	0,51
Total	101/132	77	

LOG LIKELIHOOD: -166.802 SIGNIFICANCE: .050

Tabela VARSUL 5: Frequência e probabilidade de *pro expl* (ou *pronome não referencial* – “*expletivo*”) V, segundo a variável *Forma de realização das expressões locativas/temporais*

Na amostra da revista *Veja*, a primeira variável lingüística selecionada pelo programa estatístico VARBRUL foi o grupo de fatores *Tipo de Forma Verbal* (cf. *tabela Veja 3, a seguir*). De acordo com os resultados da *tabela Veja 3*, a probabilidade de uso da variante *Ausência do clítico se indeterminador* quando a construção é uma estrutura com grupo verbal (cf. exemplo (19)) é de 0,67.

	Apl/total	%	PR.
Grupo verbal (Modal/Aspectual+Infinitivo/ particípio/gerúndio; Perífrase)	23/46	50	0,67
Verbo simples flexionado	30/144	26	0,43
Total	53/160	33	

LOG LIKELIHOOD: -91.174 SIGNIFICANCE: .032

Tabela Veja 3: Frequência e probabilidade de *pro expl* (ou *pronomes não referenciais* – “*expletivos*”) V, segundo a variável *Tipo de construção*

- (19) Há dietas que são muito específicas, que dizem o que *you* *pode comer* durante um breve período. *Veja 10 de dez. de 2003 – PA*

As *locuções verbais* no estudo de Nunes (1990) mostraram-se, já, um ambiente favorecedor no processo de mudança que implementa(ou) a discordância entre o verbo e o argumento interno nas construções com *se* passivador e *se* indeterminador, assim como das construções inovadoras com supressão de *se*. Ora, se os resultados de Nunes já apontavam o tipo de construção um “*forte condicionador*” das construções sem *se*, o resultado expresso na *tabela Veja 3* mostra um passo aquém no processo de mudança em que tal variável continua atuando.

- (20) *pro expl* *Vai-se preferir comprar* a passagem lá porque é mais barata.*pro*
- (20a) *expl* *Vai preferir comprar* a passagem lá porque é mais barata.
- (20b) *Você* *vai preferir comprar* a passagem lá porque é mais barata. *Veja, 28 de Abril de 2004 – PA*

O que trazemos à baila, juntamente com os resultados de Nunes, é que o *Tipo de construção*, selecionado como um fator condicionador da mudança que alterna a construção com *se* (cf. ex. (20)) naquelas sem *se* (cf. ex. (20a)), parece continuar atuando no processo

de variação que alterna construções sem *se* em estruturas com a realização fonética do *pro expl* da construção (cf. ex. (20b)). Isso tendo em vista que das 53 construções inovadoras sem *se* na amostra da revista *Veja* da nossa análise, como aquela exemplificada em (20a), 47 ocorrências possuem um pronome não referencial (“expletivo”) realizado foneticamente, como exemplifica (20b).

Cyrino (1993) ao estudar a mudança diacrônica do objeto nulo e da mudança da posição dos clíticos no PB observa que, “*em uma locução verbal, o clítico está afixado ao V(erbo) mais baixo*” nessa língua (p. 170), como exemplifica a gramaticalidade de (21) e a agramaticalidade de (22) – sentença esta, segundo a análise da autora, possível no PB do século XIX.

(21) João vai me dar um livro.

(22) *João me vai dar um livro.

(23) João vai-me dar um livro.

Na proposta de análise de Cyrino, a mudança na posição do clítico no PB teria sido fruto de uma reanálise (cf. Roberts 1993a), de modo que em estruturas com locução verbal, nas quais a ênclise era possível ao verbo auxiliar, a criança pode ter interpretado o pronome não como enclítico a este verbo (cf. exemplo (23), utilizado pela autora), “*mas como proclítico ao verbo principal*” (p. 171), conforme exemplo (24), a seguir.

(24) João vai me dar um livro.

Em se tratando do clítico *se* indeterminador, nosso objeto de estudo, parece que o processo de mudança que tende a alterar (25) por (26), continua seu curso alternando agora (26) por (27), tendo em vista os resultados da tabela *Veja* 3, acima. E, como veremos na seção 3.3.3 deste capítulo, o que garante, ainda a “sobrevivência” do clítico *se* na estrutura

da gramática é a possibilidade deste poder ser interpretado na posição do elemento lexical (cf. ex. (28)), de acordo com nossa proposta,

(25) ?? Pode-*se* alugar esta casa.

(26) ? Pode *se* alugar esta casa.

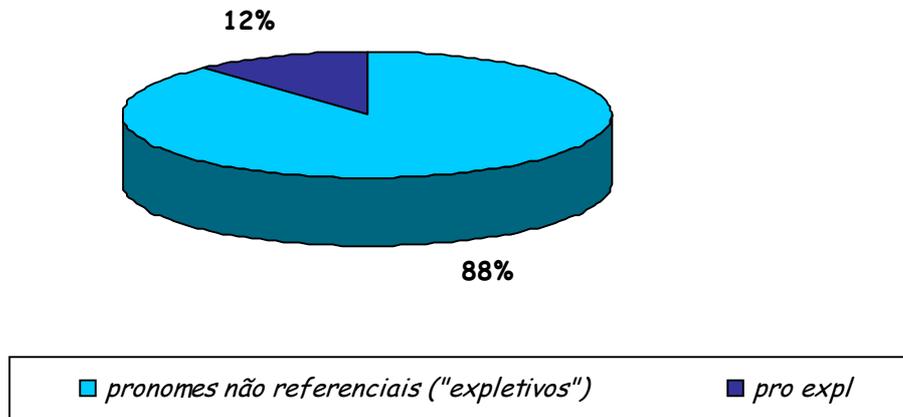
(27) *A gente* pode alugar esta casa.

(28) *Se* pode alugar esta casa.

3.3.3 O preenchimento do sujeito e as construções de indeterminação sem -*se* no PB

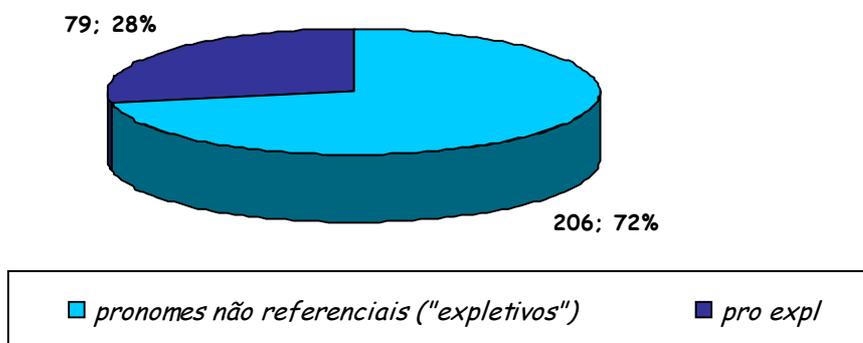
Os estudos de Duarte vêm apontado para a tendência de que parece estar em curso no PB um processo de mudança no estatuto que se refere ao preenchimento da posição de sujeito. Nas palavras da autora, “*seguimos o caminho recente da perda progressiva do sujeito obrigatório, passando pelas estruturas que mais rapidamente cederam terreno ao sujeito pronominal pleno*” (Duarte 1995, p.124) . Dentro desse contexto, os resultados apresentados e discutidos na seção anterior corroboram a proposta da autora, uma vez que a grande quantidade das construções sem a realização de *se* indeterminador enclítico ou proclítico apresenta a realização fonética de um pronome não referencial (“expletivos”).

Gráfico 3: Realização de pronomes não referenciais ("expletivo") na amostra da revista Veja



De acordo com os resultados dos gráficos 3 e 4 podemos observar uma forte tendência a que a posição ocupada por *pro expl*, (i. e. a posição de sujeito da estrutura) das construções de indeterminação sem *se* seja preenchida por elemento pronominal não referencial ("expletivo"). Das construções inovadoras sem *se*, 206 dos 285 dados (88%), e 46 dos 52 dados (72%), nas amostras da revista Veja e do VARSUL respectivamente, são preenchidos lexicalmente por um elemento pronominal.

Gráfico 4: Realização de pronomes não referenciais ("expletivo") na amostra do VARSUL



E, ainda, de acordo com os pressupostos da autora (cf. Duarte 1999, 2003), na garimpagem dos dados para a presente pesquisa nos deparamos com construções impessoais com o preenchimento lexical da posição de sujeito, como as exemplificadas em (29) e (30), a seguir.

- (29) *Você* tem dificuldade já de pedreiro profissional realmente, o carpinteiro, o encanador, né? *FLP20-L1219*¹¹¹
- (30) O que *você* tem no Brasil é que meia dúzia de bancos controla todo o fluxo de caixa nacional. *Veja 02 de jul de 2003 – PA*

Os resultados apresentados por Costa (2003) de um estudo acerca da ordem e do preenchimento numa amostra de língua escrita e falada por crianças e adolescentes em Florianópolis mostram a possibilidade de o PB estar num processo de mudança em tempo aparente, tendo em vista que, nas palavras da autora, “há uma redução no uso de sujeitos nulos (na amostra analisada) na mesma proporção em que a faixa etária dos informantes diminui” (Costa 2003, p. 100).

Duarte (2002) levanta a possibilidade de a redução das construções com *se* indeterminador, e diria aqui, daquelas construções também com o apagamento de *se*, estar relacionada à perda gradativa do sujeito nulo. Nossos resultados parecem trazer uma resposta afirmativa a essa questão, tendo em vista que o preenchimento da posição de sujeito, a posição do *pro expl*, apresenta um número bastante significativo na amostra analisada.

¹¹¹ Construções desta natureza, com verbos impessoais como *ter* e *haver*, não foram computadas na análise desta dissertação.

3.3.4 A realidade enclítica e proclítica do *se* indeterminador

Duas rodadas foram feitas tendo como aplicação da regra a variante *se indeterminador enclítico* realizado foneticamente (Rodadas 2 e 3); uma confrontando-a com a variante *se indeterminador proclítico* e outra com as variantes *se indeterminador proclítico* e *ausência do clítico se indeterminador*. Nosso propósito em tal empreendimento foi o de verificar o estatuto (i. e. as propriedades formais/estruturais) das construções com *se enclítico realizado foneticamente*, assim como o de delinear os fatores (des)favorecedores de seu uso nas amostras analisadas.

No que concerne à primeira destas rodadas, que denominamos *Rodada 2*, em ambas as amostras analisadas a variável lingüística *Preenchimento (ou não) da posição à esquerda da construção pro expl (se) V(-se)* foi a primeira selecionada pelo programa estatístico (cf. *tabelas Veja 4 e VARSUL 6*, a seguir)¹¹².

	Apl/total	%	PR.
Preenchimento	23/67	34	0,24
Não preenchimento	34/40	85	0,88
Total	57/107	53	

LOG LIKELIHOOD: -48.166 SIGNIFICANCE: .004

Tabela Veja 4: Frequência e probabilidade de *se indeterminador enclítico* segundo a variável *Preenchimento (ou não) da posição à esquerda da construção pro expl (se) V(-se)*

¹¹² As sentenças com partículas negativas (em sua grande maioria, NEG), conforme exemplos (i) e (ii), antepostas à construção *pro expl (se) v(-se)*, não foram consideradas como tendo esta posição preenchida. É como se tais partículas se comportassem como parte do todo verbal.

(i) Não *se* pode inventar nessa área. *Veja 18 de fev de 2004 – PA*

(ii) Ø não podia comprar, porque não existia macarrão. *FLP08LI206*

	Apl/total	%	PR.
Preenchimento	11/52	21	0,36
Não preenchimento	14/29	48	0,73
Total	25/81	31	

LOG LIKELIHOOD: -43.051 SIGNIFICANCE: .008

Tabela VARSUL 6: Frequência e probabilidade de *se indeterminador enclítico*, segundo a variável *Preenchimento (ou não) da posição à esquerda da construção pro expl (se) V(-se)*

Perante tais resultados, observamos que a tendência de uso da variante *se indeterminador enclítico*, realizado foneticamente, nas amostras analisadas, ao menos, mostra-se atrelada ao não preenchimento da posição à esquerda da construção *pro expl V(-se)*. Como mostram as tabelas *Veja 4* e *VARSQL 6*, respectivamente; 34 dos 40 dados e 14 dos 29 dados, cuja posição à esquerda da estrutura não está preenchida, possuem o clítico *se* indeterminador enclítico realizado foneticamente, como exemplifica (31) abaixo.

- (31) *pro expl* Fala-se de desmatamento na Amazônia como se fosse um problema gerado por atividades vistas como anomalias. *Veja 12 de nov de 2003 PA*

Gonçalves (2004, p.37), analisando as construções de terceira pessoa do singular sem *se* indeterminador, elenca algumas sentenças para ilustrar a (a)gramaticalidade de tais construções no que se refere à estrutura temática do verbo da construção. Em todos os contextos apresentados pelo autor, a posição à esquerda da construção, por nós advogada *pro expl V (sem se)*, é preenchida com algum elemento com massa fonética (cf. exemplifica as sentenças no paradigma em (32), (33) e (34)).

- (32) *Nesse lugar* usa brinco no umbigo.

(32a) Usa-se brinco no umbigo.

- (32b) ? Usa brinco no umbigo.¹¹³
- (32c) *A gente* usa brinco no umbigo.
- (32d) *Ai a gente* usa brinco no umbigo.
- (33) *Aqui* vende sapato.
- (34) *Nessa biblioteca* lê muito livro.

Tais exemplos ilustram os resultados apresentados pelas tabelas *Veja 4* e *VARFUL 5* acima, tendo em vista que o não preenchimento da posição à esquerda da construção *pro expl V(-se)* se mostrou favorável ao uso do *se* indeterminador enclítico (cf. exemplifica a gramaticalidade da sentença (32a)). Nossa hipótese é a de que, com a elisão de *-se* na estrutura, a posição a esquerda do verbo tende a ser preenchida, ou com um elemento pronominal não referencial – “expletivo” – (cf. ex. (32c)), ou com o alçamento de algum elemento da estrutura, no caso dos exemplos de Gonçalves, uma expressão locativa/temporal. De acordo com a discussão na seção 3.3.3, o preenchimento da posição à esquerda da construção *pro expl V(-se)*, como ilustra o exemplo (32d), também pode se dar numa estrutura com a realização lexical com um pronominal¹¹⁴.

Na amostra do *VARFUL*, apenas a variável *Preenchimento (ou não) da posição à esquerda da construção pro expl (se) V(-se)* foi selecionada pelo *VARBRUL* nas duas rodadas aqui discutidas. Todavia, na amostra da revista *Veja*, e, talvez, devido ao fato de que a distribuição das variantes nesta foi mais equilibrada que naquela (cf. os resultados dos gráficos 1 e 2), em ambas as rodadas cuja aplicação da regra foi a *variante se indeterminador enclítico* (denominadas Rodada 2 e Rodada 3 na metodologia), além das já discutidas, mais três variáveis lingüísticas foram selecionadas.

O fato de as mesmas variáveis serem selecionadas pelo programa nas Rodadas 2 e 3 na amostra da revista *Veja* parece, já, uma evidência de que o estatuto (entendido aqui com

¹¹³ Esta construção, em alguns dialetos do PB, ao menos, não parece ser uma boa construção, tendo em vista que a posição de sujeito tende a vir preenchida, ou por um locativo/temporal, como em *Aqui usa brinco no umbigo*, ou pelo alçamento da expressão locativa presente já na estrutura como em *(N)o umbigo usa brinco*.

¹¹⁴ Como também discutimos na seção 3.3.1, estamos nos referindo à estrutura linear destas construções.

as propriedades formais) das construções com *se* enclítico contrapõe-se ao estatuto das construções com *pro expl* (ou com pronomes não referenciais – “expletivos”) e com *se* proclítico. Em outras palavras, é como se operassem duas gramáticas, ou duas opções gramaticalmente incompatíveis de acordo com a proposta de Kroch (1989, 2001), e que a “sobrevivência” do clítico *se* se estabelecesse quando este assume a posição estrutural dos pronomes indeterminados (“expletivos”) nas construções sem *-se* enclítico. Voltaremos a essa questão mais adiante após a análise das variáveis estruturais selecionadas pelo VARBRUL na amostra da revista *Veja* nas Rodadas 1 e 2.

Devido ao fato de as mesmas variáveis serem selecionadas em ambas as rodadas, apresentaremos apenas os resultados da Rodada 3, tendo em vista que tal rodada contrapõe as estruturas com *se indeterminador enclítico* àquelas com *pro expl* (ou pronome não referencial – “expletivo”) *V* e *se* proclítico.

O não preenchimento da posição à esquerda da construção *pro expl V(-se)* é um ambiente favorecedor de aplicação da variante conservadora *se indeterminador enclítico*, de acordo com a discussão acima; quando esta posição é preenchida com expressões locativas/temporais (com peso de 0,69, cf. os resultados da tabela *VEJA 5*, a seguir), ainda, também se mostram contextos favorecedores da variante conservadora.

	Apl/total	%	PR.
Expressões locativas/temporais	12/28	43	(0,69)
Elementos discursivos	7/43	16	(0,40)
Outros advérbios e elementos topicalizados	4/20	20	(0,45)
Total	23/92	25	

LOG LIKELIHOOD: -89.762 SIGNIFICANCE: .088

Tabela *Veja 5*: Frequência e probabilidade de *se indeterminador enclítico*, segundo a variável *Preenchedores da posição à esquerda da construção pro expl (se) V(-se)*¹¹⁵

¹¹⁵ Esta variável não foi selecionada como significativa pelo programa, foi desconsiderada no terceiro nível da rodada quando cruzada com as primeiras variáveis selecionadas *Preenchimento da posição à esquerda do pro expletivo* e *Tipo de Forma Verbal*; todavia os resultados por ela apresentados na rodada são pertinentes para a discussão que segue das demais variáveis selecionadas. Os pesos relativos desta tabela foram extraídos da segunda rodada.

De acordo com os resultados acima, em estruturas com *se indeterminador enclítico*, como exemplificado em (35), quando na posição de sujeito há uma categoria vazia *pro expl*, a tendência é que a expressão locativa/temporal seja alçada para esta posição da estrutura. Essa probabilidade confirma nossa proposta exposta no capítulo II de que as construções com *se indeterminador enclítico* (amalgamado ao verbo) são estruturas com propriedades inacusativas, tendo em vista a possibilidade de ter um outro elemento alçado à posição de sujeito, uma vez que tais construções não possuem argumento externo.

(35) Desde 1988 sabe-se que os 12% são uma insanidade que, felizmente, jamais entrou em vigor graças a um pequeno e curioso detalhe. *Veja 2 de Abril de 2003 – EF*

Os resultados das terceira e quarta variáveis selecionadas pelo programa¹¹⁶, a *Ordem* e a *Forma de realização das expressões locativas/temporais* respectivamente, vêm reforçar o argumento de que quando as expressões locativas/temporais estão antepostas à construção *pro expl (se) V(-se)*, possivelmente ocupando a posição de sujeito da estrutura no lugar do *pro expl*, a tendência é que a variante *se indeterminador enclítico* seja aplicada. Com peso de 0,79, como mostra a tabela *Veja 6* a seguir, a variante *LOC (se) V (se)* é um contexto favorecedor da variante conservadora.

	Apl/total	%	PR.
LOC (se) V(-se)	10/26	38	0,79
(se) V(-se) LOC	4/27	15	0,15
Ausência de LOC	43/107	40	0,53
Total	57/160	36	

LOG LIKELIHOOD: -85.019 SIGNIFICANCE: .010

Tabela *Veja 6*: Frequência e probabilidade de *se indeterminador enclítico* segundo a variável *Ordem das expressões locativas/temporais*

¹¹⁶ A segunda variável selecionada será discutida a seguir; optamos por essa ordem de apresentação tendo em vista que as terceira e quarta variáveis são um “refinamento” daquelas já postas na discussão.

Das 53 ocorrências de sentenças com a presença de expressões locativas/temporais (26 *LOC (se) V (se)* e 27 *(se) V (se) LOC*), 38 sentenças (i. e. 32%) são sintagmas preposicionados (SP), conforme os dados da *tabela VEJA 7*. Dito de outra maneira, construções com expressões locativas/temporais realizadas como sintagmas preposicionados e antepostas às estruturas *pro expl (se) V(-se)* são, ainda, ambientes favorecedores ao uso, em língua escrita, ao menos, do *se indeterminador enclítico* (cf. ex. (36) a seguir).

	Apl/total	%	PR.
SP	12/38	32	0,66
Advérbios	2/15	13	0,16
Total	14/53	26	

LOG LIKELIHOOD: -85.019 SIGNIFICANCE: .010

Tabela Veja 7: Frequência e probabilidade de *se indeterminador enclítico*, segundo a variável *Forma de realização das expressões locativas/temporais*

(36) Até a década de 60 acreditava-se que a felicidade estava associada à juventude e também a um bom nível de instrução. *Veja 10 de Março de 2004 – PA*

A segunda variável selecionada pelo programa na amostra da revista *Veja* foi a *Tipo de construção*. Com um peso de 0,60, a variante *Verbo simples flexionado* parece favorecer o uso da construção com *se enclítico*. Enquanto a variante inovadora sem *se*, assim como as construções com *se proclítico*, parece estar atrelada a construções com locuções verbais e perífrases, propriamente, de acordo com a discussão na seção 3.3.1, a variante conservadora com *se enclítico* esta relacionada a contextos com verbos simples flexionados.

	Apl/total	%	PR.
Grupo verbal (Modal/Aspectual+Infinitivo /particípio/gerúndio; Perífrase)	8/46	17	0,27
Verbo simples flexionado	49/144	43	0,60
Total	57/160	36	

LOG LIKELIHOOD: -85.019 SIGNIFICANCE: .010

Tabela Veja 8: Frequência e probabilidade de *se indeterminador enclítico*, segundo a variável *Tipo de construção*

Este resultado nos remete à discussão da seção 3.3.1 em que a variante, aqui desfavorecedora da construção com *se indeterminador enclítico* (peso de 0,27), *Grupo verbal (Modal/Aspectual+Infinitivo/particípio/gerúndio; Perífrase)* se mostrou um ambiente favorável ao uso da variante inovadora sem *-se*. Dessa maneira, as construções com verbo simples flexionado são, ainda, um ambiente favorecedor das construções com *se enclítico* como exemplifica (37) a seguir.

(37) Há quarenta anos, fumar maconha não era o objetivo em si. Fumava-se maconha e queimavam-se sutiãs como forma de transgressão. *Veja jun de 2003 – PA*

Perante tais resultados, assim como das discussões até aqui estabelecidas, no que concerne às construções de indeterminação com *se* no PB, duas gramáticas parecem colorir-se com cores bastante distintas nesta língua. De um lado, a das construções conservadoras com *se indeterminador enclítico*, atrelada às feições de uma língua intermediada pelos dogmas da gramática normativa e, conseqüentemente, à escolaridade¹¹⁷ (cf. bem delineiam os resultados da amostra do VARSUL na primeira parte desta seção); Por outro lado, a das construções inovadoras sem *-se*, em sua grande maioria com a realização de um pronome não referencial (“expletivo”), e das construções com *se*

¹¹⁷ Como uma L2, adquirida em instâncias várias, distinta do vernáculo adquirido como primeira língua (i. e. L1).

indeterminador proclítico, cujas propriedades – (sócio)lingüísticas – assemelham-se às das construções sem *-se*.

3.3.4.1 Sobre as expressões locativas/temporais

As expressões locativas/temporais, quando antepostas às estruturas *pro expl (se) V(-se)*, mostraram-se na análise das Rodadas 2 e 3, na amostra da revista *Veja*, um ambiente favorecedor ao uso de *se indeterminador enclítico* (ou da variante conservadora), ao mesmo tempo que na Rodada 1¹¹⁸ evidenciam um caráter inibidor da variante inovadora sem *-se*. Se levarmos em consideração que 206 ocorrências das 285 construções analisadas com *pro expl* possuem um elemento pronominal realizado lexicalmente e 47 das 53 (cf. gráficos 3 e 4 na seção 3.3.2), nas amostras do VARSUL da revista *Veja*, respectivamente, reforçamos a análise proposta no capítulo II de que as construções *pro expl (se) V(-se)* são estruturas com propriedades inacusativas.

Enquanto em construções como (38) há a possibilidade do alçamento da expressão locativa/temporal para uma posição mais alta na estrutura, uma vez que em tal posição há uma categoria vazia; em construções como (39) a realização lexical com um elemento pronominal inibe tal movimento. É o que, aparentemente, se mostra nos resultados.

(38) *Antigamente dizia-se que o conhecimento humano dobrava a cada dezoito meses. Veja 6 de ago. de 2003 – PV*

(39) *Você passa ali, o cara diz: mel puro. FLP02L0757*

Coelho (2000) em seu estudo sobre a ordem V SN / SN V em construções monoargumentais examina o papel dos preenchedores das fronteiras, configurados antepostos, pospostos ou entre os dois constituintes. A autora constata, estatisticamente,

¹¹⁸ E aqui se apresentou como um fator inibidor da variante inovadora nas amostras da revista *Veja* e no VARSUL.

uma estreita relação entre construções inacusativas e a presença de expressões locativas/temporais na configuração destas construções, “em especial na configuração [Loc V DP], preenchendo a posição imediatamente à esquerda do verbo” (Coelho 2000, p.215). Independentemente da posição, portanto, as estruturas com “*interpretação locativa*”, como denomina Coelho, estão atreladas a construções inacusativas. É esse fato que, aqui, nos interessa.

De um modo ou outro, ora inibindo as construções inovadoras sem *se*¹¹⁹ e ora sendo um ambiente favorável às construções conservadoras com *se indeterminador enclítico*, as expressões locativas/temporais mostraram-se relevantes na alternância entre as variantes do estudo aqui realizado. Este fato, somado aos resultados de Coelho que, ancorada na hipótese de Torrego (1989, *apud* Coelho, 2000. p. 193), aventa a possibilidade de essas expressões estarem ligadas à estrutura argumental do predicado das construções existenciais e inacusativas, contribuindo para reforçar a nossa hipótese de que as propriedades da variável dependente aqui analisada possuem traços inacusativos.

(40) *Aí lá de dentro* vinha a minha mãe, botava todo mundo de castigo. *FLP01L218*

(41) *E aí depois* veio [aquele]- [o]- o teatro. *FLP05I568*

(42) *Porque antigamente* entrava navios aqui [na]- na Baía Sul. *FLP24L1066*

Segundo Coelho, nas estruturas (40), (41) e (42), por não ser uma posição temática,

a posição sujeito de uma construção inacusativa pode ser ocupada por categorias vazias ou por pronomes expletivos, o que sugere que ela possa ser ocupada também por itens lexicais que não tenham

¹¹⁹ E cabe reafirmar que quando me refiro às construções inovadoras sem *se*, estou considerando as estruturas com *pro expl* (ou pronomes não referenciais – “expletivos”) em construções sem *se* e as estruturas com *se* indeterminador proclítico, que, de acordo com a análise na seção 3.3.3, parecem fazer parte de uma mesma gramática contraposta àquela das estruturas com *se* indeterminador enclítico.

papel semântico associado ao verbo – mas ao predicado – como, por exemplo, por um locativo/temporal. (p. 198)

De um modo geral, a relação entre as construções de indeterminação com *se* no PB, objeto de estudo desta dissertação, e as expressões locativas/temporais parece ser um caminho promissor para se deslindar o estatuto destas construções.

3.4 Considerações finais do capítulo

De acordo com a análise dos resultados apresentados neste capítulo, buscamos pintar, com tintas aparentemente bem claras, duas gramáticas distintas atuando no PB em relação às construções de indeterminação com *-se*. De um lado, parece que as estruturas inovadoras sem *-se* se encaixam no sistema da língua em oposição àquelas com *-se*, como evidencia a alta frequência de uso da variante sem *-se* indeterminador enclítico na amostra de língua falada do VARSUL, especificamente. E, tomando por base a amostra de língua falada, a variante inovadora sem *-se* parece estar ganhando terreno na “batalha”. A variação entre as construções com *-se indeterminador enclítico* e aquelas sem *-se* (com *pro expl* ou pronome não referencial – “expletivo”) ou com *se indeterminador proclítico* parece se dar, ainda, em instâncias sócio-estilísticas, em que a influência da variável *escolaridade* mostra-se um fator significativo na aplicação da variante inovadora.

Os resultados apresentados nesta pesquisa corroboram os resultados de estudos acerca do fato de que o PB vem, gradativamente, perdendo suas propriedades de uma língua *pro-drop* (cf. Duarte 1993, 1995; Costa 2003; entre outros). Ou seja, dentre as construções de indeterminação com *se* que se instalam no sistema do PB estão aquelas cuja partícula morfêmica – o *-se indeterminador enclítico* – não está foneticamente realizada na estrutura superficial e possuem a realização de um pronome não referencial (“expletivo”).

Tendo em vista que as mesmas variáveis lingüísticas (i. e. aquelas que estão dentro do sistema estrutural da língua) foram selecionadas nas Rodadas 2 e 3, quando

contrapomos as construções de indeterminação com *-se indeterminador enclítico* (realizado foneticamente), ora com aquelas com *se* proclítico e ora com *se* proclítico e aquelas sem *se*, parece que tais construções estão, de fato, atreladas a duas gramáticas (dentro da proposta de Kroch 1989) distintas no sistema do PB. E, ainda, a duas gramáticas cuja distinção ancora-se em fatores sociais, ou, mais especificamente, no nível de escolaridade, ou de influência desta numa suposta L2, distinta daquela em que o uso predominante é o das construções sem *-se*, e, ainda, com a realização (fonética) de um pronome não referencial (“expletivo”).

Considerações finais...:

Aonde nos leva a análise proposta?

Segundo Galves (1993, p.395), “a consequência fundamental dos postulados da teoria de Princípios e Parâmetros para os estudos diacrônicos é que o conjunto de fenômenos atestando uma mudança deve ser explicado por uma só causa profunda”. De acordo com a proposta da autora, o caminho que uma mudança lingüística percorre num determinado sistema está atrelado à noção de encaixamento proposta pela teoria da variação e mudança. Ancorados na afirmação da autora, assumimos que a ocorrência de construções com e sem *-se*, como recurso para se indeterminar o sujeito em PB, está, de certo modo, encaixada num processo de mudança mais profundo pelo qual esta língua está passando (cf. discutimos anteriormente)¹²⁰. Acreditamos que a pesquisa desenvolvida nesta dissertação possa ajudar a compreender as gramáticas emergentes do PB, em particular, no que concerne às construções de indeterminação com *-se*. Retomemos alguns pontos aqui discutidos.

Ancorados nos pressupostos ora da gramática gerativa e ora da teoria da variação e mudança buscamos no primeiro capítulo “situar” as análises teórica e empírica das construções em questão. A partir das distinções na concepção de língua e de mudança lingüística de ambos os modelos teóricos colocamos a proposta de análise desta pesquisa, cuja orientação é a de que a língua é um sistema heterogêneo inerentemente variável.

No segundo capítulo, propomos uma análise formal das construções *pro expl (se) V(-se)*, buscando diferenciar a realidade enclítica do *-se* indeterminador, interpretada aqui como um morfema amalgamado à estrutura verbal, das propriedades de *se indeterminador proclítico*. De acordo com nossa proposta, assim como ocorre com outros morfemas no PB, há a possibilidade de o “morfema” *-se* indeterminador ser apagado na estrutura linear da

¹²⁰ De maneira que por mudança lingüística entendamos aqui um processo pelo qual a estrutura de um dado sistema lingüístico passa em busca de estabilidade, supondo, segundo Galves, um grau de abstração maior nas representações, em busca de estabilidade.

construção. Ancorados nesta proposta, apresentamos uma derivação convergente, dentro do quadro teórico do programa minimalista de pesquisa, destas estruturas no sistema computacional.

Buscando respaldo empírico para a análise formal proposta, apresentamos no terceiro capítulo uma análise estatística, nos moldes da regra variável proposta pela teoria da variação e mudança, do uso das construções *pro expl (se) V(-se)* em duas amostras distintas. De acordo com os resultados obtidos, parece que o PB está operando com dois sistemas (ou duas gramáticas, na proposta de Antony Kroch 1989) aparentemente bastante distintos: de um lado, as construções com *-se indeterminador enclítico* elidido na estrutura linear e com a realização de um pronome não referencial (“expletivo”), em estruturas tais como *A gente vende casas*; e, de outro lado, as construções com a realização de *-se indeterminador enclítico* em estruturas como *Vende-se casas*, atreladas a uma língua conservadora cuja influência da variável *escolaridade* mostra-se bastante significativa.

Esta situação parece ganhar cores mais estáveis na amostra de língua falada, conforme podemos observar nos dados do VARSUL (cf. seção 3.3.1), de modo que o uso da variante conservadora com *-se indeterminador enclítico* está sempre associado a uma L2, influenciada por um nível de escolaridade sempre alto, assim como a falantes de mais idade.

Observamos, ainda, que, corroborando os resultados de estudos que evidenciam o fato de que o PB vem gradativamente perdendo as características de um língua essencialmente *pro-drop* (cf. Duarte 1993, 1995, 1999, 2003; Costa 2003, entre outros), as estruturas sem *-se indeterminador enclítico* apresentam uma forte tendência a ter a posição de sujeito (i. e. a posição da categoria *pro expl*) preenchida, no caso da nossa análise¹²¹, por um pronome não referencial (“expletivo”).

Os resultados das rodadas estatísticas evidenciam, ainda, a análise formal proposta no segundo capítulo desta dissertação para as construções em questão. O fato de as mesmas variáveis lingüísticas serem selecionadas pelo pacote estatístico VARBRUL nas Rodadas 2

¹²¹ Duarte (2003) realiza um estudo sobre os possíveis preenchedores, dentre os quais os elementos pronominais, desta posição em estruturas existenciais.

e 3 na amostra da revista Veja (cf. seção 3.3.3) nos conduz à evidência, agora empírica, de que a realidade enclítica de *-se* indeterminador contrapõe-se àquela das construções em que o *se* está proclítico ou, ainda, daquelas sem a realização fonética de *-se*. Outra questão que se verifica na análise empírica envolve as propriedades formais das construções *pro expl (se) V(-se)*. Como propomos no segundo capítulo, o “*morfema*” *-se* indeterminador possui, paralelamente à morfologia passiva, morfologicamente, ao menos, propriedades inacusativas; os resultados apresentados no terceiro capítulo, de um modo geral, apontam para o fato de as expressões locativas/temporais, e, conseqüentemente, a uma leitura locativa/temporal – marcas características da inacusatividade (cf. Coelho 2000, 2004), estarem atreladas às construções de indeterminação com *-se* no PB.

Muitas das questões discutidas no decorrer desta pesquisa permanecem em aberto, ou, ainda, necessitam de uma análise formal e empírica de maior fôlego. Pretendemos em estudos futuros delinear na diacronia o percurso das construções de indeterminação com *-se*, assim como o preenchimento com pronomes não referenciais (“expletivos”) destas estruturas sob o aparato teórico aqui abordado, a fim de respaldar a análise sincrônica ora apresentada.

Bibliografia

- ARONOFF, Mark. Word Formation in Generative Grammar. *Linguistic Inquiry*. Monograph N°1. Cambridge: MIT Press. 1975.
- BENTIVOGLIO, Paola. A variação nos estudos sintáticos. *Estudos Lingüísticos XIV*. Campinas, UNICAMP. pp. 7-27. 1987.
- BONET, Eulalia. *Morphology after Syntax: pronominal clitics in Romance Languages*. Doctoral dissertation, MIT, Cambridge, Mass. 1991.
- CAMACHO, Roberto Gomes. O formal e o funcional na teoria variacionista. In: Roncarati, C.; Abraçado, J. (orgs.). *Português Brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, pp. 55-65. 2003a.
- _____. Em defesa da Categoria de Voz Média no Português. *D.E.L.T.A.*, 19:1. pp. 91-122. 2003b.
- CÂMARA Jr. Joaquim Mattoso. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 17ª ed. Petrópolis: Vozes. 1970.
- _____. *Dispersos*. [sel. Endrod. Por Carlos Eduardo Falcão Uchoa]. Rio: FGV. XLLt, 273p. 1972.
- _____. *Princípios de lingüística geral*. 4 ed. Livraria Acadêmica: Rio de Janeiro, 1973.
- CAVALCANTE, Sílvia R. de O. A indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca nos séculos XIX e XX. Dissertação de mestrado. UFRJ. Rio de Janeiro, 1999.
- CERQUEIRA, Vicente C. A forma genitiva “dele” e a categoria de concordância no Português Brasileiro. In: Roberts, In.: Kato, M. (org.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp, pp. 129-161, 1993.
- CHOMSKY, Noam. (1995). *The minimalist program*. Cambridge. Mass: MIT Press.
- _____. (1998). *Minimalist inquiries*. Cambridge; Mass: MIT Working Papers.

- _____. (1999). *Linguistics and Brain science*. University of Maryland. Working Paper en linguistics, vol.8, p.104-117.
- COELHO, Izete Lehmkuhl. *A ordem V DP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- _____. *O estatuto das construções monoargumentais no PB: por trás das freqüências*. XX Jornada do GELNE: João Pessoa, 2004.
- _____; VANDRESEN, Paulino. *Ali encostava o navio Hoepcke e o navio Hoepcke encostava ali: sobre os preenchedores Locativo/Temporais em construções inacusativas*. In: VANDRESEN, Paulino. (org.) *Variação e Mudança no Português Falado na região sul*. Pelotas.: Educat, pp. 315-342, 2002.
- COSTA, João; MARTINS, Ana Maria. *Clitic placement across grammar components*. Groing Romance, November, Nijmegen University. 2003.
- _____ & FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina. *Nominal and verbal agreement in Portuguese: an argument for Distributed Morphology*
- COSTA, Sueli. *O sujeito usado por crianças e adolescentes de Florianópolis: um estudo da ordem e do preenchimento*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2003.
- CLARK, Robin; ROBERTS, Ian. A Computational Model of Language Learnability and Language Change. *Linguistic Inquiry*. Volume 24, p. 299-345, 1993.
- CYRINO, Sonia Maria Lazzarini. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: In: Roberts, I.; Kato, M. (org.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp, pp. 163-184, 1993.
- _____. *O objeto nulo no Português do Brasil*. Londrina: Editora da UEL, 1997.
- D'Alessandro, Roberta. Agreement in Italian impersonal *se* constructions. A derivacional analysis. *Revista da ABRALIN* – vol.1 nº1. pp. 35-72, 2002.

- DOBROVIE-SORIN, Carmen. Impersonal *se* Constructions in Romance and the Passivization of Unergatives. *Linguistic Inquiry* 29, pp. 399-437, 1998.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no Português do Brasil. In: Roberts, I.; Kato, M. (org.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp, pp. 107-128, 1993.
- _____. *A perda do princípio "evite pronome" no Português Brasileiro*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp. 1995.
- _____. A sociolinguística paramétrica: perspectivas. In: In: HORA, Dermeval da; CHRISTIANO, Elizabeth. (orgs.) *Estudos Lingüísticos: realidade brasileira*. Idéia: João Pessoa, 1999, p. 107-114.
- _____. Construções com *se* apassivador e indeterminador em anúncios do século XIX. In: Alkmim, Tânia (org.) *Para a História do Português Brasileiro*, vol III, Novos Estudos, São Paulo: Humanitas, pp. 155-176, 2002.
- _____. O sujeito expletivo e as construções existenciais. In: Roncarati, C.; Abraçado, J. (orgs.). *Português Brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, pp. 123-131, 2003.
- _____; LOPES, Célia Regina dos Santos. Realizaram, realizou-se ou realizamos...? As formas de indeterminação do sujeito em cartas de jornais do século XIX. In: Duarte, M.E.L.; Callou, D. *Para a história do Português Brasileiro*. FAPERJ, Rio de Janeiro. 2002.
- DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. *Introdução à teoria da ciência*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1998.
- ELISEU, André M. G. Simões. *Verbos ergativos do português: descrição e análise*. trabalho de síntese para prova de Aptidão Pedagógica e Capacidade científica, Faculdade de letras, Lisboa, 1984.

- FARACO, Carlos Alberto. Estudos Pré-saussurianos. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Chistina. *Introdução à lingüística 3: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 27-54.
- FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina. *A posição sujeito no Português Brasileiro: nas frases finitas e infinitivas*. Campinas: Unicamp. 1996.
- FIGUEROA, Ester. *Sociolinguistic metatheory*. Language & Communication Library, Vol. 14. Oxford: Pergamon, 1994.
- GALVES, Charlotte. *Aluga-(se) casas: um problema de sintaxe portuguesa na teoria de Regência e Vinculação*. Preedição 2, Campinas. 1986.
- _____. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: Roberts, I.; Kato, M. (org.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp, pp. 387-408, 1993.
- _____. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2001.
- GONÇALVES, Alberto. *Uma análise de sujeitos genéricos de terceira pessoa do singular em sentenças finitas raízes no Português do Brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2000.
- _____. Uma análise de sujeitos genéricos de terceira pessoa do singular em sentenças finitas raízes no Português do Brasileiro. *Working papers em Lingüística*. N.6, Florianópolis, pp. 30-54, 2004.
- GUY, Gregory. Varbrul: Análise Avançada. (tradução de Ana M. S. Zilles) *Cadernos de tradução do Instituto de Letras*, n.1, 2ª Edição, pp.25-46. 1998.
- _____; ZILLES, Ana M. S. *Metodologia de análise quantitativa na Sociolingüística Variacionista*. Manuscrito em revisão para publicação.
- FIGUEROA, Ester. *Sociolinguistic Metatheory*. Language & Communication Library, Vol. 14. Oxford: Pergamon, 1994.

- HAUSER, Marc D.; CHOMSKY, Noam; FITCH, W. Tecumseh. The faculty of Language: What is it, Who has it, and How did it evolve? *Science*, vol. 292. 2002.
- HENRY, Alison. Variation and Syntactic theory. In: Chambers, J. K.; Trudgill, P. & Schilling – Estes (eds.). *The Handbook of language variation and change*. Oxford: Blackwell. 2002.
- HORNSTEIN, N.; NUNES, J. & GROHMANN, K. *Understanding Minimalism: An Introduction to Minimalist Syntax*. (a sair)
- KAYNE, Richard S. Romance clitics, verb movement and PRO. *Linguistic Inquiry*. Vol. 22, pp. 647-686, 1991.
- KATO, Mary A. Variação sintática e estilo. *Caderno de Estudos lingüísticos* 22. pp. 127-137, 1992.
- _____. Os frutos de um projeto Herético: parâmetros na variação intra-lingüística. In: HORA, Dermeval da; CHRISTIANO, Elizabeth. (orgs.) *Estudos Lingüísticos: realidade brasileira*. Idéia: João Pessoa, p. 96-106, 1999.
- _____. *Variação e mudança no Português Brasileiro: problemas de aquisição*. João Pessoa. 2003. ms.
- _____; NASCIMENTO, Milton; NICOLAU, Eunice; BERLINCK, Rosane de A.; BRITTO, Helena de S. Padrões de predicação no português falado no Brasil. In: Mary A. Kato (org.) *Gramática do Português Falado*. Volume V. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996. pp. 201-274.
- KROCH, Anthony. Toward a theory of social dialect variation. *Language in Society*. Volume 7. Cambridge University Press, 1978.
- _____. Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change. *Language Variations and Change*, 1: 199-244, 1989.
- _____. Morphosyntactic Variation. In: K. Beals et al. (eds.), *Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society Vol 2: The Parasession on Variation in Linguistic theory*. 1994.

- _____. Syntactic Change In: Baltin & Collins (eds.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Massachusetts. USA: BlackWell. 2001.
- _____. & TAYLOR, Ann. The Middle English verb-second constraint: a case in language contact and language change. In: R. Hendrick, P. van Reenen, and L. Schoesler (eds.), *Textual parameters in Older Language*. Philadelphia: John Benjamins, 1997.
- LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 1972.
- _____. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. *Working Papers in Sociolinguistics* 44. 1978.
- _____. Building on empirical foundations. In: Winfred P. Lehmann & Yakov Malkiel (eds.). *Perspectives on Historical Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. P. 17-92, 1982.
- _____. *Principles of linguistic Change: internal Factors*. Oxford: Blackwell. 1994.
- _____. *Principles of linguistic Change: Social Factors*. Oxford: Blackwell. 2001.
- _____. Some Sociolinguistic Principles. In: Paulston, C. B.; Tucker, G. R. (org.) *Sociolinguistics: The essential Readings*. Blackwell Publishing. 2003.
- LAVANDERA, Beatriz. Where does the sociolinguistic variable stop? *Language in Society* 7: 82-171. 1978.
- LIGHTFOOT, David W. *Principles of Diachronic Syntax*. Cambridge University Press.
- _____. *The Child's Trigger Experience: Degree-0 Learnability*. BBS 12. p. 321-334, 1989.
- _____. Cuing a new grammar. In: A. Van Kemenade & B. Los (orgs.) *Handbook on the history of English*. Blackwell. (no prelo).
- LOPES, Ruth E. V. *Uma proposta minimalista para o processo de aquisição da linguagem: relações locais*. Tese de Doutorado, Unicamp. 1999.
- _____. Aquisição da linguagem: novos modelos e velhas análises? *Letras de Hoje*. Porto Alegre. v.38, nº1, pp. 145-169. 2003.

- LORENZO, Guillermo; LONGA, Victor M. Minimizing the genes for grammar. The minimalist program as a biological framework for the study of language. *Lingua* 113, nº7. 2003. pp. 643-657.
- LUCCHESI, Dante. *Sistema, Mudança e Linguagem: um percurso na história da lingüística moderna*. São Paulo: Parábola Editorial. 2004.
- MARTINS, Ana Maria. Mudança Sintática: clíticos, negação e um pouquinho de Scrambling. *Estudos lingüísticos e literários* nº 19: 129-162. 1997.
- _____. Construções com *se*: mudança e variação no português europeu. In: Ivo Castro and Inês Duarte. *Razões e Emoção: Miscelânea de estudos em Homenagem a Maria Helena Mateus*. Vol. 2. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 2003a.
- _____. From unity to diversity in Romance syntax: Portuguese and Spanish. In: Braunmüller, Kurt and Gisella Ferraresi, (eds.) *Multilingualism in European Language History*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins. 2003b.
- _____. "Clitic-placement, VP-ellipsis and scrambling in Romance". *Grammaticalization and Parametric Change*, ed. by M. Batllori, M.-L.Hernanz, C. Picallo i F. Roca. Oxford & New York: Oxford University Press. (no prelo).
- MARTINS, Marco Antonio. "*Questiona(m)-se verdades*": A variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural. Trabalho de Conclusão de Curso. UFSC. 2003.
- _____. Sobre o *se* indeterminador no Português do Brasil: uma proposta morfológica. *Working Papers em Lingüística*. Número 7, p. 41-58. 2004a.
- _____. *Por um modelo de Competência (Sócio)Lingüística: um estudo diacrônico das construções de indeterminação com se no Português do Brasil*. Projeto de doutorado. (ms), 2004b.
- MILANEZ, Wânia. *Recursos de indeterminação do Sujeito*. Dissertação de Mestrado. Campinas. Unicamp. 1982.
- MILROY, James & MILROY, Lesley. Varieties and Variation. In: COULMAS, Florian. *The handbook of Sociolinguistics*. (org) Blackwell Publishers. 1997. p. 81-91.

- MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (orgs.) *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- NARO, Anthony J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: Braga, Maria Luiza & Paiva, Conceição. *Introdução à Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, pp.15-25. 2003.
- NUNES, Jairo M. *O Famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador*. Dissertação de Mestrado. Campinas. Unicamp. 1990.
- _____. *Se apassivador e se indeterminador: o percurso diacrônico no Português Brasileiro*. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 20. Campinas. pp. 33-57. 1991.
- _____. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: Roberts, I.; Kato, M. (org.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp, pp. 207-220. 1993.
- _____. Ainda o Famigerado *se*. *D.E.L.T.A.* 2, vol.11. pp. 201-240. 1995.
- _____. Sideward Movement. *Linguistic Inquiry*. vol. 32, n. 2, pp. 303-344. 2001.
- OLIVEIRA, Marco Antonio. Variável lingüística: conceituação, problemas de descrição gramatical e implicações para a construção de uma teoria gramatical. *D.E.L.T.A.* 3 (1). pp. 19-34. 1987.
- PAGOTTO, Emilio Gozze. *Variação e(é) identidade*. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas, SP. 2001.
- ROBERTS, Ian. *Verbs and Diachronic Syntax*. Kluwer Academic Publishers: Dordrecht, 1993a.
- _____. O português brasileiro no contexto das línguas românicas. In: Roberts, Ian & Kato, Mary A. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993b, p. 409-425.
- _____. Roberts, Ian & Kato, Mary A. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

- ROMAINE, Suzanne. The status of variable rules in sociolinguistic theory. In: *J. Linguistics* 17. Cambridge University Press, 1981, p.93-119.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística geral*. São Paulo: Cultrix. 2002.
- SPENCER, Andrew. *Morphological theory*. Cambridge: Blackwell. 1994.
- TARALLO, Fernando. *Tempos Lingüísticos*. Ática: São Paulo, 1990.
- _____. Diagnosticando uma Gramática Brasileira: o português d'aquém e d'além-mar no final do século XIX. In: Roberts, Ian & Kato, Mary A. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, pp. 69-105.
- _____. Reflexões sobre o conceito de mudança lingüística. *Organon* 18. Porto Alegre: UFRGS. pp. 11-22, 1991.
- _____. & KATO, Mary. *Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e inter-lingüística*. Preedição-5. Campinas, UNICAMP. Departamento de Lingüística. 1989.
- TAVARES, Maria Alice. *A gramaticalização de e, ai, daí e então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da seqüenciação retroativa- propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. Tese de Doutorado, UFSC, 2003.
- VIOTTI, Evani de Carvalho. *A sintaxe das sentenças Existenciais do Português do Brasil*. Tese de doutorado, USP, 1999.
- WEINER, E. Judith & WILLIAM Labov. Constraints on the agentless passive. *Journal of linguistics* 19:29-58. 1983.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William & HERZOG, Marvin. Empirical foundations for a theory of language change. In: Winfred P. Lehmann & Yakov Malkiel (eds.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press. pp. 97 -195. 1968.